Ética e Psicologia

REFLEXÕES NA PANDEMIA E PARA ALÉM DELA



ORGANIZADORES

Dionatans Godoy Quinhones
Rosalice Lopes

Editora CRV

VOLUME 1

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Dionatans Godoy Quinhones
Rosalice Lopes
(Organizadores)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ÉTICA E PSICOLOGIA:
reflexões na pandemia e para além dela

Volume 1

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2022

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem de Capa: @kedprincess/Freepik; @storyset/Freepik; Freepik/Flaticon
Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

ET84

Ética e Psicologia: reflexões na pandemia e para além dela / Dionatans Godoy Quinhones, Rosalice Lopes (organizadores) – Curitiba : CRV, 2022.
162 p. (Coleção Ética e Psicologia, v. 1)

Bibliografia
ISBN Coleção Digital 978-65-251-3401-7
ISBN Coleção Físico 978-65-251-3404-8
ISBN Volume Digital 978-65-251-3403-1
ISBN Volume Físico 978-65-251-3406-2
DOI 10.24824/978652513406.2

1. Psicologia 2. Ética 3. Ética profissional 4. Pandemia da covid-19. I. Quinhones, Dionatans Godoy. org. II. Lopes, Rosalice. org. III. Título IV. Coleção Ética e Psicologia, v. 1

2022-27286

CDD 150
CDU 159.9

Índice para catálogo sistemático
1. Ética em psicologia – 150

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!

DISPONÍVEL NO Google Play
Baixar na App Store

2022
Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: **www.editoracrv.com.br**

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFFS)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)
Helmuth Krüger (UCP)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Rodrigo Pratte-Santos (UFES)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Andrea Vieira Zanella (UFSC)
Christiane Carrijo Eckhardt Mouammar (UNESP)
Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)
Edson Olivari de Castro (UNESP)
Érico Bruno Viana Campos (UNESP)
Fauston Negreiros (UFPI)
Francisco Nilton Gomes Oliveira (UFSM)
Helmuth Krüger (UCP)
Ilana Mountian (Manchester Metropolitan University, MMU, Grã-Bretanha)
Jacqueline de Oliveira Moreira (PUC-SP)
Marcelo Porto (UEG)
Marcia Alves Tassinari (USU)
Maria Alves de Toledo Bruns (FFCLRP)
Mariana Lopez Teixeira (UFSC)
Monilly Ramos Araujo Melo (UFCG)
Olga Ceciliato Mattioli (ASSIS/UNESP)
Regina Célia Faria Amaro Giora (MACKENZIE)
Virgínia Kastrup (UFRJ)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
Dionatans Godoy Quinhones
Rosalice Lopes

PREFÁCIO 13
Marilene Kovalski

SEÇÃO I
REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E DA ÉTICA EM PSICOLOGIA NO BRASIL

LAICIDADE, SECULARIZAÇÃO E PSICOLOGIA:
aspectos de um dilema ético e histórico 19
Dionatans Godoy Quinhones
Adriano Furtado Holanda

EMPATIA: a escolha de *dar um lugar ao outro* 33
Rosalice Lopes
Blanches de Paula

DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO
DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO:
reflexões teórico-práticas 53
Beatriz Xavier Flandoli

SEÇÃO II
QUESTÕES EMERGENTES E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O PSICÓLOGA/O

A SOCIEDADE EM REDE:
a questão digital e a Psicologia 67
Caroline Assis Barbosa
Simone Silveira Cougo

PSICÓLOGA/O NA ERA DIGITAL
– CONSIDERAÇÕES SOBRE
A IDENTIDADE PROFISSIONAL 77
Nara Helena Lopes Pereira da Silva

FORMAÇÃO E GESTÃO PARA O SUS:
um desafio ético-político para a Psicologia 93
Maria de Lourdes Dutra
Conrado Neves Sathler

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SEÇÃO III
DESAFIOS ÉTICOS NO ENFRENTAMENTO DE PANDEMIAS

A SAÚDE MENTAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS NA PANDEMIA DA COVID-19: impasses éticos à construção da identidade da/o psicóloga/o pesquisadora/or 109
Shirley Macêdo

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19: (im)possibilidades de uma prática ético-política 129
Catia Paranhos Martins
Esmael Alves de Oliveira

ÉTICA, IMIGRAÇÃO E PSICOLOGIA: a responsabilidade como fundamento das relações humanas 145
Dionatans Godoy Quinhones
Thalia Ternovoe Nepomuceno
Mirela Oliveira Mochi

ÍNDICE REMISSIVO 157

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

APRESENTAÇÃO

A Psicologia ao longo dos seus 60 anos de regulamentação, celebrados em 2022, constituiu-se como um espaço de diálogos, entrelaçamentos e, muitas vezes, de embates. Tais características são próprias de uma Ciência e Profissão que tem o seu *Ethos* marcado pela polifonia e pela pluralidade. Isso exige do Sistema Conselhos de Psicologia a produção de estratégias sempre renovadas de escuta e muita sensibilidade diante do surgimento de novas demandas e novos desafios para o exercício profissional e, por conseguinte, para os limites da ética.

Em 2019, atento aos fenômenos emergentes que provocavam um posicionamento das instâncias de regulamentação da profissão, o IX Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região (Mato Grosso do Sul) aprovou a criação do Fórum Estadual dos Professores de Ética em Psicologia (FEPE), com o objetivo de aproximar o CRP das instituições de Formação e, também, de constituir um espaço de trocas e de articulações que, mais do que disseminar o que já estava produzido, se propunha a construir compreensões e estratégias de atuação frente às mudanças sentidas nos cenários ético, político, estético e interacional, a fim de salvaguardar a tradição da Psicologia, mas também promover aberturas para novas direções e novos diálogos.

Assim, o FEPE congregou representantes das 13 Instituições de Ensino Superior que tinham cursos de Psicologia em funcionamento no Estado do MS. Foram planejadas ações de divulgação, congressos, pesquisas e a confecção do presente livro. No momento que o cronograma de execução foi iniciado o mundo foi tomado de assalto pela pandemia da covid-19. Tudo foi posto em suspenso. Estávamos assustados, acuados e em luto. De um lado um vírus do qual pouco se sabia e de outro um governo inerte e perverso que zombava da dor e do medo que afligiam a sociedade.

O Sistema Conselhos teve que ser um protagonista diante dessa crise. Para as psicólogas/os, muitas orientações foram produzidas em tempo recorde; e para a sociedade teve que levantar sua voz por diversas vezes em defesa da vida e da saúde. A própria pandemia, com tudo que ela representa, se tornou um dos fenômenos que desafiavam os limites da Psicologia como Ciência e Profissão.

O FEPE teve que se reorganizar. Os objetivos se tornaram mais discretos. O cronograma inicial foi suspenso. Mas esse livro tinha que ser publicado! Era um compromisso com a sociedade e com as IES que confiaram em nosso trabalho. Assim, alguns dos temas que provocaram o Sistema Conselhos durante a pandemia, e que seguirão provocando para além dela, foram aqui organizados e desenvolvidos na forma de capítulos. São textos que condensam muito mais do que conclusões e achados. Condensam o Desejo de construirmos uma atuação ética e firme, que respeita a vida e os coletivos, que se opõem a toda e qualquer

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

forma de descaracterização do humano e que abra um caminho para o intenso debate sobre qual psicologia queremos pelos próximos 60 anos. Então, o texto que ora apresentamos, não encerra o projeto do FEPE, mas o reinaugura com mais intensidade, pois se teve algo que a pandemia nos ensinou é que a Psicologia tem algo a dizer para a sociedade e precisamos construir os canais por onde essa interlocução pode se dar.

Neste sentido, este livro é uma alternativa de interlocução sobre questões atinentes à ética profissional da psicóloga[1]. Surgiu do desejo de alguns profissionais do MS – e outras regiões do país – interessados em apresentar suas reflexões sobre temas que atravessam à prática contemporânea de psicólogas/os em alguns campos do saber-fazer cotidianos, em grande medida, compostos de dilemas éticos.

Desta forma, este primeiro volume da Coleção CRP-14 *Ética e Psicologia*, traz reflexões sobre a ética na pandemia e para além dela e reúne produções de docentes e profissionais da área que, a partir de seus campos e práticas, refletiram sobre este período tão complexo da experiência humana no planeta e em nosso país. Todos sabem que a pandemia da covid-19 trouxe à tona os mais distintos problemas e desafios: o desmonte de políticas públicas; perda de direitos históricos; crescimento de um nefasto negacionismo diante dos avanços científicos de combate e contenção à disseminação do vírus; cortes de verbas em diferentes âmbitos mas, especialmente para a ciência e educação; a proliferação de uma cultura de ódio por meio das redes sociais com a legitimação de ações racistas, machistas, etaristas, LGBTfóbicas e tantas outras que contribuíram para a ampliação dos conflitos sociais e, sobremaneira, a perda de Direitos Humanos. Pensar em Ética Profissional e Psicologia é mais que necessário!

A organização da obra envolve capítulos que abordam temáticas atinentes à Ética e Psicologia, propondo reflexões "de fundo," ou seja, que se dirigem a quaisquer âmbitos da prática profissional e que, portanto, têm repercussões deontológicas; como também aborda questões que apresentam questões emergentes da prática resultantes da experiência pandêmica, assim como resultados de trabalhos desenvolvidos em diferentes áreas e campos do fazer cotidianos durante a pandemia. Optou-se por organizar o livro em três seções e nove capítulos, os quais podem ser lidos de modo independente, pois não guardam uma relação sequencial.

A primeira seção, *Reflexões sobre os fundamentos do exercício profissional e da Ética em Psicologia no Brasil*, tem uma perspectiva de repercussões deontológicas. O capítulo 1, *Laicidade, Secularização e Psicologia: aspectos de um Dilema Ético e Histórico*, de autoria de Dionatans Godoy Quinhones e Adriano Furtado Holanda

1 Quando usamos a flexão no feminino, estamos fazendo eco ao que foi estabelecido no Sistema Conselhos sobre escrita gendrada, sendo que a expressão "psicóloga" faz referência a todos e todas que atuam profissionalmente na Psicologia.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

aborda a intrincada questão da laicidade e suas repercussões para a Psicologia como ciência e profissão. Um tema de extrema relevância que certamente ainda carece de enfrentamento e para o qual os autores apontam caminhos possíveis. O capítulo 2, *Empatia: a escolha de dar um lugar ao outro*, de autoria de Rosalice Lopes e Blanches de Paula, traz um aprofundamento da temática que as autoras realizam há alguns anos – a empatia como fundamento do fazer ético em Psicologia – e que objetiva caracterizar a empatia como a escolha – ato voluntário – de dar um lugar ao outro, uma guinada na compreensão do conceito e com repercussões morais e éticas relevantes. O capítulo 3, último da seção, Direitos Humanos na *Constituição do Código de Ética do Psicólogo: reflexões teórico-práticas*, de autoria de Beatriz Xavier Flandoli, aborda as principais questões relacionadas à articulação dos princípios e artigos do Código de Ética profissional às complexas questões dos direitos humanos, contribuindo ainda nesta reflexão, com a análise de demandas originadas no âmbito do sistema prisional, sabidamente o espaço no qual ocorre o mais amplo aviltamento de direitos desta natureza.

A segunda seção, *Questões emergentes e o exercício profissional da/o psicóloga/o*, traz reflexões e experiências de profissionais resultantes dos inúmeros processos criativos e de ajustes realizados para a efetivação de atendimentos às demandas profissionais, e também de formação, e suas repercussões éticas em tempos pandêmicos. No capítulo 4, *A sociedade em Rede: a questão digital e a Psicologia*, de autoria de Caroline Assis Barbosa e Simone Silveira Cougo, apresentam um panorama do surgimento e instituição das redes sociais como uma nova forma de organização social, da qual Psicologia não teve, especialmente com a pandemia, forma de escapar. Quer seja no âmbito da formação ou das práticas profissionais as autoras apontam a necessidade de ampliação dos diálogos sobre a temática e suas repercussões. No capítulo 5, *Psicóloga/o na Era Digital: considerações sobre a identidade profissional*, a autora Nara Helena Lopes Pereira da Silva, apresenta reflexões sobre a influência da mediação tecnológica nos atendimentos psicológicos, e as repercussões dessa evolução digital na constituição da identidade da/o profissional psicóloga/o. A temática é extremamente relevante dado o crescimento deste tipo de atividade durante a pandemia e sua manutenção no momento pós-pandêmico. No capítulo 6, último da seção, *Formação e Gestão para o SUS: um desafio ético-político para a Psicologia*, Maria de Lourdes Dutra e Conrado Neves Sathler trazem suas reflexões sobre os desafios da organização de uma formação no SUS, tema que toma relevância dada a possibilidade mundial de novas pandemias. A capacitação de estudantes de Psicologia para atuarem no SUS evidencia a necessária preocupação das instituições de ensino em dividir responsabilidades com outras instituições concretas existentes nas localidades nas quais se instalam, objetivando oferecer possibilidades formativas éticas e humanitárias, uma vez que futuros profissionais disputam espaços no âmbito da Saúde, Saúde Mental, Segurança, Educação e Assistência Social.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A terceira seção, *Desafios éticos no enfrentamento de pandemias*, traz experiências práticas vividas por pesquisadores e docentes na realização de atividades de pesquisa e formação em Psicologia durante a pandemia. Trata-se de temas importantes à reflexão dados os desdobramentos éticos destas atividades em condições extremas como as vividas recentemente. No capítulo 7, *A saúde mental nas universidades públicas brasileiras na pandemia da covid-19: Impasses Éticos à construção da identidade da/o psicóloga/o pesquisadora/o*, Shirley Macêdo aborda os agravos vividos, em termos de saúde mental, por acadêmicos da pós-graduação e seus docentes, assim como os impasses éticos surgidos na construção da identidade das/do psicólogas/psicólogos pesquisadoras/es. A autora aponta aspectos relevantes a serem observados pelo sistema Conselhos no tocante às orientações sobre a realização de pesquisas em Psicologia. No capítulo 8, *Atenção Psicossocial na pandemia da covid-19: (im)possibilidades de uma prática ético-política*, Cátia Paranhos Martins e Esmael Alves de Oliveira, apresentam a partir de uma sensível reflexão sobre o Estágio Supervisionado em "Psicologia Social, Saúde Pública e Coletiva" durante o ano de 2021, a partir de diferentes marcadores implicados na construção de uma ética que defenda o SUS e opere na construção de políticas e práticas antimanicomiais e libertárias. Diante das impossibilidades registradas durante a pandemia, os autores apontam quais as possibilidades de superação das iniquidades em saúde. Por fim, o capítulo 9, último deste livro, *Ética, Imigração e Psicologia: A responsabilidade como fundamento das relações humanas*, de Dionatans Godoy Quinhones, Thalia Ternovoe Nepomuceno e Mirela Oliveira Mochi aborda a questão da migração sob a perspectiva da responsabilidade ética, considerando que a Psicologia tem um papel importante na superação de atitudes totalitárias e violentas contra os imigrantes, considerados no texto uma expressão da Alteridade radical não subsumível ao domínio do Mesmo..

Damos por certo que as questões éticas presentes nas mais distintas práticas ultrapassam a possibilidade de abordagem em um único livro, e que se fazem necessárias novas publicações que promovam discussões relevantes sobre a temática, não apenas durante a formação em Psicologia, como também junto aos profissionais que já atuam em diferentes áreas campos dessa profissão e outros, que se interessem pelos temas aqui tratados. Desejamos que a presente obra fomente debates e provoque avanços onde eles são necessários, para que a Psicologia se consolide, cada vez mais, como uma prática e uma Ciência indispensáveis ao viver humano ético e democrático.

Dionatans Godoy Quinhones
Rosalice Lopes

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PREFÁCIO

O presente livro tem como objetivos refletir sobre os novos contextos que desafiam os limites da ética na prática da psicologia, retomar os fundamentos da prática profissional frente às mudanças impostas pela hipermodernidade e, sobretudo, pela expressiva expansão do acesso e uso das redes sociais como lócus de atuação profissional, além de promover diálogos intra e interprofissionais que contribuam para uma melhor compreensão da relevância da discussão sobre a ética profissional em nosso país e no planeta como um todo, uma vez que vivemos tempos de absoluta e profunda globalização.

Esta publicação afirma-se como um estímulo a outras publicações que se fazem necessárias sobre a temática. Os debates éticos devem sempre acompanhar as mudanças sociais. O mundo que ainda vive a pandemia em 2022 e o futuro das relações humanas que se configuram a partir desta experiência carecem de olhares reflexivos que acompanhem as transformações pelas quais passamos. Além de ser um registro histórico do que os profissionais do MS, com suas experiências peculiares têm a manifestar, esta obra assume uma inquestionável importância em decorrência do escasso número de publicações sobre a questão da ética. Por fim, é uma resposta da Gestão do IX Plenário do CRP 14 MS por meio da COF – Comissão de Orientação e Fiscalização na relação com a formação profissional, a uma ampla necessidade de nossa comunidade.

O Fórum dos Professores de Ética do CRP/14 MS, grupo composto por aqueles que ministram a disciplina de Ética nos cursos de graduação em Psicologia nas Universidades do Estado do MS, percebeu a necessidade de se aprofundar no assunto. Surgiu então o desejo de fazer um convite ao professor Pedrinho Guareschi. Referência nacional no assunto, o palestrante, além de reunir um número expressivo de professores e alunos do curso de Psicologia num evento histórico na Sede da UNIGRAN – Campo Grande, nos brindou com uma Roda de Conversa de horas na sede do Conselho de Psicologia. Sua fala mansa e sua escuta acurada, sua disponibilidade e poder de transmissão, suas referências teóricas, suas pesquisas e seus livros, e principalmente, seus relatos da convivência e aprendizagem com Paulo Freire no exílio, encantaram os olhos, ouvidos, mentes e corações dos presentes, deixando marcas indeléveis.

A ética da qual falava Pedrinho, tinha uma estreita familiaridade com a ética Lacaniana que conheci por meio da formação Psicanalítica. Segundo Lacan, "a psicanálise é uma ética". A ética do desejo. Diferente da moral com um conjunto de normas, regras e costumes, que se impõe ao sujeito causando constrangimento. A ética é uma reflexão sobre a nossa ação. A fundamentação de nossa ação não é a partir da moral, dos costumes, dos bons exemplos dos princípios, mas sim a partir do desejo. Lacan nos pergunta: "Está agindo de acordo com o desejo

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

que te habitas?" Se sim, sua ação então é uma ação ética. Esta é a métrica. Não existe um jeito certo de agir. A regra é: aja de acordo com seu desejo. Muito mais que uma moral de uma cultura, é a ética do sujeito que deve ser respeitada. Um sujeito de direito e de desejo.

Partindo daí, houve a necessidade de outros encontros. Qual é o diálogo possível da ética Lacaniana com a ética da Psicologia, uma ciência. Convidamos, então, o Professor Aluísio Lopes Brito, psicólogo responsável pela última revisão do Código de Ética que norteia o fazer das/dos psicólogas/os e pela revisão do CPD, Código de Processamento Disciplinar, e dos primeiros passos da implantação das Câmaras de Mediações nas resoluções de processos éticos do sistema dos Conselhos de Psicologia. Juntos falamos de Ética em Psicologia no II Seminário internacional da ULAPSI, evento organizado pela União Latino-americana de Psicologia em Recife no ano de 2019. O tema do evento era: Desafios do contexto latino-americano: ética, conhecimento e práticas em Psicologia. Ainda em 2019, continuamos a falar sobre a ética no Congresso de Psicologia Clínica e Saúde, organizado pela comissão de Saúde do CRP 14/MS em Campo Grande /MS. Partilhamos experiências e saberes, e no final, o Professor Aluísio, que era a referência da Ética no Sistema Conselhos, me surpreendeu pedindo para levar meu material para compor suas aulas de ética que ministrava na Universidade. Este gesto celebra um bom encontro entre Psicologia e Psicanálise.

Aluízio se posicionava assim: "Não falem de amor, amém. Não falem de sinceridade, sejam transparentes. Não falem de verdades, sejam verdadeiros. Porque a ética não habita as palavras, habita as ações".

Pedrinho, por outro lado, quando nos falava de ética, citou alguns filósofos e apontou para a necessidade de deslocar um pouco da racionalidade, retomou Habermas para falar sobre a comunidade, essa comunidade interpretativa. Nesta, o indivíduo é sentido, é amado, é querido. Segundo Habermas, em sua vivência na aldeia, "todos sabiam quando ele chegava ou saia, ele era amado, amava os outros e se conheciam". Habermas defendia a ética nas comunidades onde todos têm voz e vez. É na comunidade que dizem a palavra, expressam a opinião, que manifestam seu pensamento. Essas comunidades deveriam expandir e chegar à esfera pública. A saída é voltar a comunidade, é começar a pensar globalmente, mas agir localmente".

Passamos, então, de uma ética Lacaniana da primazia do desejo, pautada na ação e sintetizada na questão: "Agiste de acordo com seu desejo?" e vamos até Aluízio, que nos diz que a ética não habita as palavras, mas as ações e completamos o percurso com Pedrinho que nos aponta para a importância da comunidade na vida do sujeito, na acolhida e na existência de cada um.

Esses encontros, com Lacan, Pedrinho, Aluízio e outros, me levaram a pensar numa Ética para a Psicologia. Uma Psicologia como Ciência e como Profissão, que possa a se voltar ao Sujeito, como centro. Sua história, sua cultura

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

e principalmente seu desejo. Não se trata aqui do sujeito apenas como objeto de pesquisa, fomento de produção de saber.

Acredito numa Psicologia que seja capaz de ouvir o sujeito em sua singularidade no território, na sociedade a que pertence. Sem submeter a um discurso vigente e colonizador. De normas e regras às quais deve se submeter para ascender ao pertencimento.

A Psicologia deve visar ao atendimento do sujeito humano, utilizando-se, para tal, do seu saber, de sua teoria e de sua prática. Uma Psicologia a serviço do sujeito e da sociedade.

Não é possível falar sobre ética sem ver o contexto social no qual o sujeito está inserido, sua cultura e as relações que estabelece com seu meio. Mais ainda, não é possível falar em uma métrica que sirva para todos os seres humanos.

É preciso que o ato ético do fazer do (a) esteja mais referido ao desejo de estar ali naquele lugar, de onde atua, com aquele que atende, do que referido a um código de normas.

Esperamos que esta breve reflexão e as reflexões apresentadas neste livro, que buscam minimizar a falta de mais referências na temática, possam apoiar os professores que ministram as aulas de ética nos cursos de graduação em Psicologia nas Universidades. A Comissão de Orientação e Fiscalização – COF do CRP 14/MS, por meio do Núcleo Fórum dos Professores de Ética, deste modo, cumpre parte de seus objetivos.

Desejamos boa leitura e aproveitamento a todos e todas.

Marilene Kovalski
Psicanalista e Presidente do CRP 14/MS

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SEÇÃO I

REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E DA ÉTICA EM PSICOLOGIA NO BRASIL

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

LAICIDADE, SECULARIZAÇÃO E PSICOLOGIA: aspectos de um dilema ético e histórico

Dionatans Godoy Quinhones[1]
Adriano Furtado Holanda[2]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

"Em todo lugar onde os modernos têm que, ao mesmo tempo, construir e se deixar levar por aquilo que os arrebata, nas praças públicas, nos laboratórios, nas igrejas, nos tribunais, nos supermercados, nos asilos, nos ateliês de artistas, nas fábricas, nos seus quartos, é preciso imaginar que tais fe(i)tiches são erigidos como os crucifixos ou as estátuas dos imperadores de outrora."
(Bruno Latour – reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches)

A Psicologia está celebrando os 60 anos de sua regulamentação como Ciência e profissão no Brasil. Isso é um marco significativo para uma democracia tão jovem como a brasileira. Porém, em termos de história das civilizações ou até mesmo para a história da ciência ocidental, que remonta aos filósofos naturalistas da Grécia Antiga, ela ainda está em fase germinativa. É necessário que isso seja dito para que as coisas possam ser colocadas em perspectiva. A Psicologia como uma jovem Ciência teve que lidar com temas e contextos bastante complexos ao mesmo tempo que buscava afirmar sua identidade no universo dos saberes respeitáveis. Então, é fundamental que certas pautas sejam revisitadas, com uma pitada de perspectiva histórica, para que o risco de equívocos seja diminuído. No contexto brasileiro, em particular, uma dessas pautas é o tema da laicidade ou, melhor dizendo, da espiritualidade e da religiosidade, uma vez que a laicidade é muito mais um método do que um conteúdo, como diria Bobbio (1999).

O filósofo político Norberto Bobbio (1999), ao se posicionar sobre um manifesto pela laicidade escrito por intelectuais italianos, levanta uma questão no mínimo interessante. O modo como intelectuais situam a laicidade cria uma ambiguidade no seio da experiência humana. De um lado, o racional, representado pela Ciência; de outro, o irracional, representado pela fé. Acontece, que a posição racional dos/as intelectuais na ocasião da tessitura do manifesto não se fundamentou em argumentos e demonstrações lógicas, e sim, em ataques

1 Filósofo. Psicólogo. Professor do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Doutorado (em andamento) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: dionatans.quinhones@gmail.com.

2 Doutor em Psicologia. Professor Associado do Departamento de Psicologia da UFPR. Docente e orientador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPR. E-mail: aholanda@yahoo.com.br

viscerais, anticlericais e, portanto, nada laicos, mas laicistas, o que seria um arranjo político-institucional totalmente diferente do proposto pela laicidade, que guarda uma consideração pelo saber religioso (BOBBIO, 1999). A atitude laicista não é nada democrática e, também, desloca a questão da espiritualidade e da religiosidade do âmbito dos processos de subjetivação e convivência social, desconsiderando a capacidade de articulação dos saberes ditos religiosos, seja no âmbito da política, ou no âmbito das significações pessoais.

Ainda no âmbito das discussões em Psicologia, Peres, Simão e Nasello (2007) recuperam os conceitos espiritualidade e de religião de Koenig (2001) que parecem bastante interessantes por condensar, de certa forma, as diferentes leituras desses dois fenômenos no universo da produção científica. Para Koenig (2001), a religião remete a um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos projetados para auxiliar a proximidade do indivíduo com o sagrado e o transcendente. Já a espiritualidade é uma busca pessoal de respostas pelo significado da vida e pelo relacionamento com o sagrado e o transcendente. Esses dois conceitos guardam, como fica evidente, uma relação intrínseca muito difícil de delimitar, o que leva a entender que ambos precisam ser colocados lado a lado pelo binômio espiritualidade/religiosidade (E/R).

O interesse pela E/R sempre existiu ao longo da história humana, independente da cultura ou da época (PERES; SIMÃO; NOSELLA, 2007). O que denota que o fenômeno religioso é fator fundamental para o processo de subjetivação e organização societal. Assim, a Psicologia não poderia desconsiderar tal fenômeno na dinâmica de compreensão integral do humano, sob pena de, ao fazê-lo, perder seu próprio objeto que é o ser humano e suas manifestações.

A secularização [3] e o Estado Liberal deram indicativos que a questão da religiosidade e da espiritualidade eram pautas ultrapassadas e que a religião já havia encontrado o seu fim. Mas, a crescente efervescência de diferentes manifestações religiosas colocou um grande ponto de interrogação sobre essa questão, o que leva Habermas (2013) a formular um problema inquietante: os indivíduos têm consciência do que é a secularização na sociedade pós-secular? Cremos que a chave para buscar uma aproximação a essa questão é o tema da laicidade como arranjo político-institucional do Estado liberal, vista, aqui, pela ótica disciplinar da Psicologia.

O tema da laicidade, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, comumente vem associado ao "Código de Ética Profissional do " (CEPP) quando trata das vedações que devem ser observadas no exercício da profissão, onde se lê: "[é vedado] induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, *religiosas*, de orientação sexual ou de qualquer tipo de preconceito, quando do exercício

3 A secularização, em termos históricos, é a passagem dos bens da Igreja para o Estado. Já em termos socioculturais, é a redução da autoridade eclesial, baseada na separação da Igreja e do Estado e a crescente valorização da racionalidade como signo da modernidade.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

de suas funções profissionais" (CFP, 2005, art. 2, b, grifo nosso). É, no mínimo, curioso que a única referência à E/R presente no principal texto regulador da profissão de psicologia as situem no âmbito das vedações.

Ainda que não diretamente, isso cria uma distorção na compreensão da experiência religiosa, como se ela tivesse que ser alijada da atuação em Psicologia como algo pernicioso. Por associação, E/R não seria reconhecida como própria da condição antropológica de constituição das subjetividades e do que tendemos a conhecer como sendo o gênero humano, ou seja, que acompanha a construção do que conhecemos como sendo o humano, desde seus primórdios (HARARI, 2018).

Essa compreensão se alicerça, sobretudo, na histórica falta de aprofundamentos propositivos sobre a relação entre a Psicologia e a E/R. Serão nominados neste texto como "propositivos" os textos, notas, orientações que indiquem caminhos viáveis para a inserção da experiência religiosa no escopo da atuação profissional como um reconhecimento do direito inalienável do indivíduo de expressar ou não uma crença. Reconhece-se igualmente sua dimensão integral do indivíduo, e a transversalidade da religiosidade e da espiritualidade na formação das subjetividades, o que faria eco a inúmeras produções científicas [4] que tratam desse assunto e que permanecem historicamente silenciadas como subsídios para uma discussão apropriada no âmbito das regulamentações da Psicologia brasileira.

Entendemos que uma postura propositiva estaria alinhada com os itens I e II dos Princípios Fundamentais que regem o CEPP, a saber: [a/o psicóloga/o] "baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da igualdade e da integridade do ser humano"; […] "e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CFP, 2005). Ecos inegáveis de uma compreensão dos Direitos Humanos que, dentre outras coisas, reconhece a liberdade de credo como um direito inalienável e fundamental nas sociedades democráticas. Ademais, estaria ainda de acordo com uma posição de orientação – portanto, propositiva – e não apenas de fiscalização, portanto, de impedimento e punição.

Porém, na prática, o que se nota é uma ausência de estratégias de orientação que sejam integradoras da experiência religiosa como um recurso para promoção do bem-estar e da vida humana. Entendemos que muito disso se deve, ainda que não exclusivamente, ao intenso debate que mobilizou o Sistema Conselhos e a sociedade nas últimas décadas sobre a chamada "cura gay" e o papel das comunidades terapêuticas no enfrentamento ao abuso de álcool e outras drogas.

4 Citamos aqui algumas delas, a título de indicativos, de uma forma claramente não exaustiva (convém assinalar que o campo de pesquisas na área cresce a cada ano, o que, por vezes, impede de considerar um cenário estrito): Pargament (1997), Ellison e Levin (1998), Volcan (2003), Ancona-López (2005), Guimarães e Avezum (2007), Panzini *et al.* (2007), Sanchez e Nappo (2007), Green e Elliott (2010), Veit e Castro (2013).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Essas duas pautas têm um forte componente religioso que acabou se tornando o alvo das mobilizações em defesa da diversidade sexual e da luta antimanicomial.

Gonçalves (2019) situa a controvérsia em torno da designada "terapia de reversão sexual", à reação de líderes religiosos do movimento pentecostal e neopentecostal que atribuem a "cura gay" a um processo psicoterápico específico e à conversão religiosa. Compreendemos que essa tentativa de traduzir as convicções religiosas para uma linguagem secular, visando traduzir a "imagem e semelhança de Deus para o direito constitucional" (HABERMAS, 2013, p. 15), em busca de aceitação universal, foi no mínimo desastrosa, mas também não pode ser considerada a totalidade das possibilidades do argumento religioso.

Já no que diz respeito às comunidades terapêuticas, a pauta ganhou força a partir de 2010, quando o Governo Federal, no esforço de aumentar as estratégias de intervenção nas questões de álcool e drogas, ampliou a oferta de serviços trazendo as comunidades terapêuticas para a rede de saúde, tornando-as equipamentos com financiamento estatal. Fossi e Guareschi (2015) fazem um resgate da estrutura das comunidades terapêuticas e colocam a moral cristã como "cerne do tratamento", o que em tese, dificultaria o desenvolvimento de potencialidades subjetivas, atuando como instrumento disciplinador e doutrinador. O que percebemos aqui é o jogo de poder da secularização.

O raciocínio aponta para uma redução da questão religiosa a um aspecto opressor e mitigador das subjetividades, como se as fronteiras entre o raciocínio científico e a normatividade religiosa fossem facilmente delimitadas. As políticas públicas, o controle genético, o domínio sobre a morte almejado pela Ciência moderna também não operam em uma determinada compreensão de humanidade, atuando dessa forma como balizadoras de estratégias de subjetivação?

Não se trata aqui de analisar os temas da "cura gay" e das comunidades terapêuticas em si mesmos. Muita coisa já foi dita sobre isso. Resta-nos, assinalar que essas pautas, que tiveram tanta atenção nos debates mais contemporâneos, foram direta e linearmente associadas a discursos religiosos, principalmente evangélicos, o que acabou produzindo, a nosso ver, uma compreensão de que todo discurso religioso precisa ser combatido em nome da laicidade e da cientificidade da Psicologia, colocando Ciência e experiência religiosa em universos separados e antagônicos. E, para isso, o Art. 2º do CEPP é evocado, indicando que "religião" é uma pauta vedada a profissionais da Psicologia, distorcendo a questão da laicidade para um laicismo.

Ora, esta suposta oposição não apenas é produto de uma série de mitos, como descreve Numbers (2020), também não deveria ser considerada senão como possibilidade. Afinal, aponta Gould, o suposto conflito entre Ciência e Religião é " um debate que só existe na mente a nas práticas sociais das pessoas e não na lógica ou na utilidade correta desses dois assuntos, internamente diferentes e igualmente vitais" (2002, p. 17). Por estas e outras razões, é que Gould (2002) coloca Ciência e Religião como dois "magistérios não-interferentes", ou seja, não devem se abrigar

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

sob o mesmo esquema de explicação ou análise, mas dizem respeito a duas condições independentes e cruciais para a dimensão humana e social.

A construção desse conflito não poderia ser mais equivocada. Outras áreas da Saúde, tais como a Psiquiatria, a Enfermagem e a Medicina Geral, não só reconhecem o potencial da E/R como a integram nas suas estratégias de atuação. Nesse sentido, a compreensão histórica da Psicologia sobre esse tema aparece mais como um dogma, tornando-a pouco propensa ao diálogo e ao debate, o que curiosamente, a afasta de um modelo de Ciência e a aproxima de uma lógica confessional. Isso pode ser verificado por duas vias, a primeira e mais óbvia é a ausência de documentos produzidos pelo Sistema Conselhos baseados em estudos e pesquisas sérias sobre o tema; a segunda é a nota publicada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2013, que reconhece a importância da espiritualidade e da religião como "fundamentos dos saberes tradicionais e suas racionalidades" (CFP, 2013) e como forte componente da formação das subjetividades, mas que termina o texto fazendo uma defesa da Ciência, da laicidade e do Estado frente aos dogmas religiosos de qualquer ordem.

Dessa forma, se tal defesa é necessária, é porque se reconhece um risco ou ameaça de fundo na aproximação dessas esferas. Essa tese é tomada como auto evidente, pois não há esforço para situá-la do ponto de vista da reflexão científica, tornando-a, portanto, dogmática.

Observe-se que "dogma" – a despeito de sua associação direta a uma linguagem religiosa – tem sentidos distintos em Filosofia e em religião. No contexto religioso, remete geralmente a uma posição tomada como verdade; filosoficamente, todavia, significa originalmente "opinião" e, assim, dogmático diz respeito a uma "doutrina" (MORA, 1994). Portanto, nada impede que se considere igualmente como "dogmas", posições tidas como "verdades", o que inclui o pensamento político ou mesmo o social, por exemplo.

Nesse sentido, buscar-se-á no transcorrer deste texto uma tentativa de abertura para vislumbrar alternativas de conciliação entre E/R e atuação em Psicologia. Será explorada a gênese dessa relação e das questões em torno da laicidade, esta, entendida como a dimensão integradora e potencializadora das diferentes experiências religiosas e espirituais, e não como a sua interdição.

Habermas (2013) faz uma retomada da relação entre fé (religião) e saber (Ciência), postas em nosso contexto como antagônicas e mutuamente excludentes. Ele o faz a partir de duas situações muito emblemáticas: a engenharia genética e o atentado do 11 de setembro. Enquanto, no primeiro caso, há uma disputa entre progresso e obscurantismo; no segundo há uma predominância de um sentimento fortemente religioso que atravessa tanto o Ocidente quanto o Oriente e revela que, tanto num quanto no outro, há a presença de ortodoxias endurecidas com grande potencial bélico. E, para se evitar esse "choque",

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

haveria que se adotar uma política para além daquela com a qual já estamos familiarizados, baseada em um Estado de segurança com perfil de polícia e forças militares. A política em questão teria como principal característica um "potencial civilizatório", portanto, aberta ao diálogo e não polarizadora.

O que Habermas (2013) propõe, nos parece fundamental para a superação de qualquer atitude laicista, pautada pelo combate visceral ao religioso. É preciso identificar os pontos de aproximação entre esses dois saberes, considerando que ambos têm algo de relevante a dizer sobre a experiência humana fática. Rios e colaboradores (2017) lembram que o Brasil é um Estado laico, o que está garantido na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Segundo os autores, essa laicidade tem a tarefa de funcionar como uma barreira às tentativas de avanço de uma religião sobre a esfera pública ou sobre as individualidades, coibindo atitudes abrangentes, proselitistas, fundamentalistas, integristas.

Em tese, o Estado laico seria o espaço de convivência das diversidades religiosas e da pluriconfessionalidade. Quando se propõe que as Igrejas precisam falar para dentro, apenas para seus membros e não se ocupar de temas públicos, onde a Ciência deveria ter a última palavra, não é o exercício da pluriconfessionalidade, pois entende-se que o argumento religioso não teria nada a contribuir com o debate coletivo. É claro que essa fórmula não funciona, porque ela reproduz de uma maneira muito sutil a base da constituição da Modernidade Ocidental a saber, a secularização como disputa de poderes. Não queremos aqui dizer que a laicidade como instrumento do Estado não seja necessária; pelo contrário, queremos afirmar isso. Contudo, acolhemos a tese de que precisamos estar cientes da "dialética inconclusa do nosso próprio processo de secularização" (HABERMAS, 2013, p. 4).

Secularização e laicidade não expressam a mesma coisa, mas em certa medida precisam ser analisadas juntas, para que se entenda que a laicidade é um arranjo jurídico-institucional, dependente do processo de secularização e, portanto, pode ter diferentes nuances. Em termos históricos, a palavra "secularização" indicava a expropriação dos bens da Igreja Católica que passou à posse do poder público secular. Posteriormente, ela foi transmutada para a modernidade cultural e social (HABERMAS, 2013, p. 5). Ranquetat Jr. (2012) percebe que há um paradigma que transversaliza nas diferentes compreensões de secularização. Esse paradigma se sustenta a partir de três conceitos: diferenciação, racionalização e mundanização.

A diferenciação coloca a religião no domínio do pessoal, do privativo, alijada de outras dimensões da vida social. Aqui podemos vislumbrar a diferenciação de público e de privado, ao estilo weberiano, mas também, podemos verificar uma dessacralização da política que implica em um "desencantamento" do mundo (WEBER, 1982) que é levado às últimas consequências pela racionalidade moderna.

A racionalização, por sua vez, propõe uma sistematização do mundo que deve ser feita a partir de critérios objetivos que permitam uma análise pormenorizada dos

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

fenômenos e sua reprodutibilidade. Nesta dimensão cresce a importância da organização de um pensamento lógico que se mantenha afastado dos preceitos religiosos.

E, por fim, a mundanização que é a supressão do transcendente ou do sobrenatural. Até mesmo as instituições religiosas têm seu valor balizado pelo impacto social que produzem, pelas ações sociais que coordenam e não mais pela dimensão sobrenatural da vida que podem revelar.

Esses três conceitos se justapõem para compor o que passamos a chamar de racionalidade científica como apego aos fatos, assepsia e esterilização da diferença que implica "limpar" o terreno da Ciência de tudo que poderia impedir o alcance da verdade. Essa posição nada mais é que um simulacro positivista que transmuta a secularização como separação entre Estado e Religião para uma extinção da Religião como saber reconhecido, cabendo à Ciência a delimitação do âmbito da verdade. Porém, a Ciência não se constrói por verdades, mas por proximidades e contextos. Isso é atestado pelos dois expoentes contemporâneos mais emblemáticos da Filosofia da Ciência: Karl Popper e Thomas Kuhn. Popper (1972) defende a tese da falseabilidade, a partir da qual a cada ponto de chegada é preciso se conjecturar sobre a existência de tantos outros para que a Ciência avance. Nesse sentido, encontrar a verdade seria o mesmo que decretar o fim da Ciência. Por sua vez, Kuhn (1996) defende que a Ciência responde a paradigmas histórica e socialmente situados. Ou seja, a produção do conhecimento científico não se dá por eliminação das discordâncias, mas em diálogo com elas.

Nessa direção, podemos presumir que a Psicologia já flertou (e flerta!) com a tese racionalista/positivista e procurou se modernizar pelo paradigma das Ciências Naturais. Habermas (2013) vê esse movimento na tentativa da Psicologia de construir uma semântica, biologicamente situada, capaz de explicar os conteúdos do pensamento:

> […] mas também essas propostas mais extremadas parecem fracassar por conta do fato de que o conceito de conformidade e afins, que introduzimos no jogo de linguagem darwinista de mutação e adaptação, seleção e sobrevivência, é pobre demais para abarcar a diferença entre ser e dever ser (2013, p. 11).

O que Habermas (2013) está indicando em sua análise do discurso científico é que a tentativa de subsumir a experiência subjetiva em uma objetividade descritiva "não é ciência"; é uma filosofia perversa que busca aniquilar a estética, a intersubjetividade e a moral. Apenas na interface com um outro é que podemos compreender as nossas posições e as posições distintas das nossas. Nessa interação somos convocados a nos justificar, construir sentidos e nos situarmos na experiência real e concreta. Essa defesa das dimensões pré-pessoais e pré-científicas como abertura e passividade nos remete à tese fenomenológica de mundo da vida de Edmund Husserl. Com efeito, essa relação não é gratuita, considerando que

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

o próprio Habermas reconhece na tese do mundo da vida de Husserl, complementada pela Sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, a influência necessária para a construção de sua teoria do agir comunicativo plasmado no conceito de "*common sense*" (SIEBENEICHLER, 2018).

Husserl é um autor marcado pela retomada da investigação sobre a subjetividade propondo uma abertura para a experiência concreta. Inicialmente, ele se ocupou de desenvolver um projeto de Fenomenologia orientado para uma fundamentação racional não apenas do conhecimento, mas da vida e da responsabilidade moral. Diferentemente de Kant, esse caminho se baseia no preenchimento da forma racional de vida pela subjetividade, promovendo uma suspensão da validade do caráter objetivo ou efetivo da experiência (HUSSERL, 2005).

O caminho para chegar à experiência concreta começa, grosso modo, na constituição do conceito de *Lebenswelt* (mundo da vida), do qual fazem parte fenômenos humanos muito subjetivos como a dor, o sofrimento e o outro, o espaço e o tempo, que aparecem como vividos. Então, "mundo" não se refere à totalidade das coisas existentes, antes é uma forma de se configurar a experiência que sintetiza em uma totalidade os dados pessoais e os horizontes de sentido. Assim, podemos dizer que uma experiência concreta não se esgota em sua singularidade, mas faz referência a horizontes mais amplos de sentido. Tais horizontes, antecipam os sentidos que a experiência concreta expressa, sendo que esses mesmos horizontes podem se alterar e modificar os sentidos que se desvelam na experiência. Assim, a relação entre experiência e horizontes revela uma dinamicidade dos entes que precisa ser considerada e valorada adequadamente.

Para Husserl (2012) a atividade científica é uma das atividades coletivas que ocorrem no mundo da vida. Portanto, ela precisa lançar luz a uma correlação entre o pensar/agir e um domínio a ser investigado. Essa correlação se dá pelo exercício de inúmeras apreensões de sentido que se dão sinergicamente. Quando esses sentidos são desprezados pela redução objetivista, a riqueza da vida se perde e as dimensões estéticas, práticas e valorativas são relegadas a um fundo de insignificância.

As teses de Habermas, amparadas pela compreensão de mundo da vida de Husserl, se mostram como uma alternativa para a superação de uma lógica positivista que reduz as nuances da experiência humana ao duro, raso e frio "fato". Essa atitude reducionista marca o modo como o Estado Constitucional democrático é estrategicamente operado, em algumas esferas, para dar lugar a uma laicidade asséptica ou neutra. Contudo, vale ressaltar que a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), reconhece o valor e a relevância das instituições religiosas como parceiras do Estado, isso indica que o modelo brasileiro de laicidade é de pluriconfessionalidade e não de neutralidade (RODRIGUES, 2014; MILANI, 2015; RIOS *et al.*, 2017).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A laicidade de neutralidade é aquela que se baseia na exclusão de qualquer valor religioso no âmbito das relações estatais de configuração de políticas públicas, o que a aproxima bastante de um laicismo. Para isso, ela bane do cenário coletivo qualquer símbolo, adereço ou referência religiosa. Já a laicidade pluriconfessional, que é o modelo brasileiro, reconhece o valor da Religião, sem, contudo, admitir que uma expressão religiosa se imponha sobre outras ou lance bases para tomar o poder estatal. Então, reconhece que as religiões podem ser parceiras em temas de interesse do Estado, que instituições públicas podem gozar da presença de uma liderança religiosa (capelães), que os Templos podem ser isentos de pagamento de tributos e o Ensino Religioso pode ser facultativo. É essa compreensão de laicidade que está na base da decisão de hospitais públicos que permitem rituais de pajelança para tratar pacientes indígenas; ou extrema unção para católicos/as e intercessões em leitos de evangélicos/as. O próprio Sistema Único de Saúde se abriu para a importância da relação espiritualidade/religião com as "práticas integrativas complementares" (PICs), sem contar que cresce a presença de Ligas Acadêmicas de Espiritualidade e Saúde em cursos de Medicina em Universidades Federais. Todas essas ações se fundamentam na compreensão de uma laicidade pluriconfessional que não nega o valor da E/R, mas os articula numa dinâmica complementar.

A mesma premissa, todavia, não se aplica à Psicologia. Na sua compreensão dura de Ciência, não admite às/aos psicólogas/os o exercício de atividades que guardam uma relação direta com a espiritualidade, com transcendência ou com a religiosidade, como a maioria das PICs. Essa resistência para se abrir a esse diálogo aponta para um modelo de laicidade de neutralidade que não é praticada em nenhuma outra esfera pública ou até mesmo um laicismo velado, que induz a uma compreensão de que atuar a partir da E/R seria uma falta ética. Além disto, ao se colocar numa posição de oposição, cria um ambiente de refração e de desqualificação tanto das crenças individuais quanto do próprio sentido de ser da Ciência (e, por contrapartida, do lugar de entrelaçamento entre sujeito, Ciência e Profissão), abdicando assim da possibilidade da interlocução, e motivando a construção de "nichos" ou agrupamentos particulares que sejam, por sua vez, permissivos a esse debate e consideração; o que, por seu turno, leva a confundir certas posições particulares – como opiniões desses grupos – com estatutos de "verdade" negligenciados pelo contexto geral.

Bobbio (1999) vai dizer que não existe uma ética laica e uma ética religiosa. O que existem são éticas laicas e éticas religiosas (plurais) que, quando analisadas mais profundamente, se tangenciam e se destinam ao mesmo fim. Podemos dizer que o imperativo para "não matar" do Direito Civil não guarda relação profunda com o mandamento divino? Não é o direito dos Estados democráticos, devedor do Direito canônico? "A sociedade secular só não será privada de importantes

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

recursos para a criação de sentido, caso se mantenha sensível ao poder de articulação das linguagens religiosas" (HABERMAS, 2013, p. 16).

Por tudo isto, defendemos a necessidade de se problematizar as relações entre religiosidade, política, formação e atuação profissional numa direção de interlocução, respeito e consideração da diversidade, em absoluta consonância com os preceitos da Constituição brasileira e em defesa da liberdade subjetiva e coletiva. Considera aqui a religiosidade como uma narrativa cultural, com seu estatuto antropológico, constitutivo do sujeito nas suas relações com seu mundo, seu território, sua cultura e sua história, pois "considerar o ser humano, privado de sua cultura, de sua história, de sua antropologia, não pode ser visto apenas como um mero erro: certamente é uma alienação do seu próprio objeto e sentido de ser como ciência" (HOLANDA, 2022, p. 12).

Considerações finais

Ao longo do texto nos propusemos a demonstrar como a linguagem da E/R é transversal à experiência humana e, portanto, deveria ser foco de interesse da Psicologia enquanto Ciência e enquanto prática profissional. Existem razões históricas para que essa ruptura tenha ocorrido no seio da organização da profissão no Brasil, mas as mesmas razões não sustentam que se permaneça nesse lugar.

O "pós-secularismo" anunciado por Habermas, não significa uma mudança radical na posição secular. Ainda vivemos um processo de secularização, marcado sobretudo pela separação entre Religião e Estado de Direito. Contudo, no pós-secularismo estamos cada vez mais conscientes da presença insistente das religiões e até mesmo de seu florescimento. As vozes dos líderes religiosos se fazem ouvir e eles alcançam lugares de destaque na estrutura político-administrativa de Estado. Então, ao invés de se ressentir, Habermas convida a racionalidade científica a assumir uma postura aberta ao diálogo e disposta a uma relação cooperativa. Assim, as dissonâncias poderão ser acolhidas como diferenças razoáveis de uma "aprendizagem complementar". Essa postura, se baseia em uma ética da cidadania, plasmada num "retorno do político" como estratégia civilizadora.

Essa ética da cidadania implica em uma retomada da atitude de cooperação, que não significa retroceder no processo de secularização, mas assumir uma atitude agnóstica e receptiva que significa admitir o lugar e o valor da E/R no âmbito da experiência humana, sem necessariamente renunciar à perspectiva racional de mundo. Nesse sentido, a laicidade é uma grande mesa de debate, onde os argumentos são ouvidos e considerados, sem que haja uma interdição de antemão. As ambiguidades são acolhidas para que se tenha uma compreensão mais profunda dos fenômenos com os quais se opera.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Assim, no que diz respeito à Psicologia, é necessário que alguns passos atrás sejam dados para que as E/R possam encontrar um lugar na estrutura do seu empreendimento científico. Poderíamos dizer que a Psicologia, nesse quesito, precisa de um posicionamento fenomenológico para se colocar algumas questões que ora seguem interditadas; quando, por exemplo, as abordagens vão se colocar seriamente a questão da E/R e desenvolver teorias que subsidiem atuações em diferentes contextos? Quando haverá uma orientação propositiva para ajudar as/os psicólogas/os a entenderem as formas de atuação frente à E/R? Quando os Cursos de Formação, Graduação e Pós-Graduação, serão provocados a problematizarem, de uma forma propositiva, a questão da E/R? Essas questões ilustram o longo caminho que ainda precisa ser trilhado para efetivamente se considerar a E/R como elemento fundante da experiência humana.

Se pensarmos pelo viés do mundo da vida de Husserl, poderíamos falar de horizontes de sentido que orientam as experiências concretas. A Ciência precisa se deter na compreensão desses perfis de experiência que aparecem nesse horizonte de sentido, considerando dimensões valorativas, estéticas e práticas. Portanto, a E/R não poderia ser alijada do raciocínio científico, sem que isso gerasse perdas significativas para a própria Ciência.

Então, uma Psicologia verdadeiramente laica é uma Psicologia que se ocupa da E/R como experiência humana, admitindo uma proximidade amparada por uma leitura ética de mundo que vise a construção de relações civilizatórias menos polarizadas, propensas ao diálogo e à complementaridade e não ao controle policial dos pensamentos e atitudes. Somente assim, a afirmação da Psicologia como Ciência, mas também como prática pautada pelos avanços conquistados pelos Direitos Humanos sobre racionalidades totalitárias, será validada.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ANCONA-LOPEZ, M. A espiritualidade e os s. *In*: AMATUZZI, M. M. (org.). **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 147-159.

BOBBIO, N. Cultura laica y laicismo. **Jornal El Mundo**, [*s. l.*], 17 nov. 1999. Tribuna Libre. Disponível em: https://www.elmundo.es/1999/11/17/opinion/. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Posicionamento do sistema conselhos de psicologia para a questão da psicologia, religião e espiritualidade**. Brasília: CFP, 2013. Portal da Transparência do Sistema Conselhos de Psicologia. Disponível em: https://site.cfp.org.br/documentos/posicionamento-do-sistema-conselhos-de-psicologia-para-a-questao-da-psicologia-religiao-e-espiritualidade/. Acesso em: 3 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 010/05, de 21 de julho de 2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.

ELLISON, C. G.; LEVIN, J. S. The religion-health connection: evidence, theory, and future directions. **Health Education & Behavior**, v. 25, n. 6, p. 700-720, dec. 1998. DOI: 10.1177/109019819802500603.

FOSSI, L. B.; GUARESCHI, N. M. F. O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas confessionais na conformação dos sujeitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 94-115, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812015000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 jun. 2022.

GONÇALVES, A. O. Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da "cura gay". **Religião e Sociedade**, v. 39, n. 2, p. 175-199, maio/ago. 2019. DOI: 10.1590/0100-85872019v39n2cap07.

GOULD, S. J. **Os pilares do tempo**: ciência e religião na plenitude da vida. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

GREEN, M.; ELLIOT, M. Religion, health and psychological well-being. **Journal of Religion & Health**, v. 49, p. 2, p.149-163, 2010. DOI: 10.1007/s10943-009-9242-1.

GUIMARÃES, H. P.; AVEZUM, A. O impacto da espiritualidade na saúde física. **Revista Psiquiátrica Clínica**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 88-94, 2007. DOI: 10.1590/S0101-60832007000700012.

HABERMAS, J. **Fé e saber**. Tradução de Fernando Costa Mattos. São Paulo: Unesp, 2013.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&M Pocket, 2018.

HOLANDA, A. F. Apresentação. *In*: HOLANDA, A. F. (org.). **Espiritualidade, religiosidade, psicologia e saúde**. Porto Alegre: Fi, 2022. p. 9-14. Disponível em: https://www.editorafi.org/ebook/496espiritualidade.

HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental**. Tradução de D. F. Ferrer. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, E. **Ideas relativas a uma fenomenologia pura y uma filosofia fenomenológica**: libro segundo: investigaciones fenomenológicas sobre la constituición. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

MILANI, D. J. **Igreja e estado**: relações, secularização, laicidade e o lugar da religião no espaço público. Curitiba: Juruá, 2015.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 1994.

NUMBERS, R. L. **Terra plana, Galileu na prisão e outros mitos sobre ciência e religião**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.

PANZINI, R. G. *et al.* Qualidade de vida e espiritualidade. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 105-115, 2007. DOI: 10.1590/S0101-60832007000700014.

PARGAMENT, K. I. **The psychology of religion and coping**: theory, research, practice. New York: Guilford Press, 1997.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PERES, J. F. P.; SIMÃO, M. J. P.; NASELLO, A. G. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Arch. Clin. Psychiatry**, v. 34, supl. 1, 2007. DOI: 10.1590/S0101-60832007000700017.

POPPER, K. **Conjecturas e refutações**. Brasília: UNB, 1972.

RANQUETAT JUNIOR, C. A. **Laicidade à brasileira**: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. 2012. 321f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

RIOS, R. R. *et al.* Laicidade e conselho federal de psicologia: dinâmica institucional e profissional em perspectiva jurídica. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 37, n. 1, p. 159-175, jan./mar. 2017. DOI: 10.1590/1982-3703002612016.

RODRIGUES, E. B. **Estado laico e símbolos religiosos no Brasil**: as relações entre estado e religião no constitucionalismo contemporâneo. Curitiba: Juruá, 2014.

SANCHEZ, Z. M.; NAPPO, S. A. A religiosidade, a espiritualidade e o consumo de drogas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, supl.1, p. 73-81, 2007. DOI:10.1590/S0101-60832007000700010.

SIEBENEICHLER, F. B. Mundo da vida e sistema na teoria do agir comunicativo. **Logeion**: Filosofia da Informação, v. 5, n. esp., p. 27-36, 2018. DOI: 10.21728/logeion.2018v5n0.p27-36.

VEIT, C. M.; CASTRO, E. K. Coping religioso/espiritual em mulhers com câncer de mama. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 421-435, 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672013000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 jun. 2022.

VOLCAN, S. M. A. *et al.* Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 440-445, 2003. DOI: 10.1590/S0034-89102003000400008.

WEBER, M. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. *In*: WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. São Paulo: LTC, 1982. p. 231-248.

.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

EMPATIA: a escolha de *dar um lugar ao outro*

Rosalice Lopes[1]
Blanches de Paula[2]

"Descubro cada vez mais que o paraíso são os outros.
Vi num livro para adultos.
Li só isso: O paraíso são os outros.
A nossa felicidade depende de alguém.
Eu compreendo bem"
(Valter Hugo Mãe, 2018).

Introdução

No mundo da vida que todas/os habitamos, somos convidadas/os regularmente a pensar no sentido da existência e, por vezes, ressignificá-la. A reflexão sobre o vivido envolve elos que deságuam em nossa temporalidade, afetos, lugares, de forma tão fundamental que ciências como a Psicologia tem se debruçado sobre o mapeamento dos vínculos que criamos para a continuidade do existir. Como parte do existir estão os relacionamentos interpessoais, os vínculos que estabelecemos, o cuidado oferecido e recebido. Essa dimensão também envolve a Psicologia como uma das ciências do cuidado que se estabelece basicamente pelo diálogo e a relação profissional. Nesse quesito, o "estar com" é pressuposto ético que abarca o ser psicóloga/o. Para Raniere e Barreira (2012) este "estar com" é denominado empatia, a qual evoca a vivência do relacionamento profissional como acompanhamento e a leitura do humano que está diante de nós. O objetivo deste capítulo é dialogar sobre a empatia, seus pressupostos etimológicos e epistemológicos. Além disso, oferecer uma discussão sobre a empatia como parte da identidade profissional do/a psicólogo/a e os desdobramentos críticos desse tema. Como parte dessa trajetória, ofereceremos um olhar sobre o ser humano especialmente no século XXI, logo depois abordaremos algumas epistemologias

1 Rosalice Lopes: Psicóloga, Psicanalista em formação, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Doutora em Psicologia Social pelo IPUSP – Universidade de São Paulo. Especialista em Avaliação Psicológica e Psicologia Social. Docente no Curso de Graduação em Psicologia e na Residência Multiprofissional da Universidade Federal da Grande Dourados – MS. Coordenadora do Fórum de Professores de Ética Profissional do MS – CRP 14. E-mail: rosalicelopes@ufgd.edu.br.

2 Blanches de Paula: Psicóloga, Teóloga e Filósofa, Mestre e Doutora em Ciências da Religião pela UMESP. Pós-doutorado em Teologia pela Candler School of Theology – Atlanta-EUA. Especialização em Logoterapia pela Sobral (Sociedade Brasileira de Logoterapia). Docente dos cursos de Teologia, Lato Sensu em Aconselhamento Pastoral e Pós-Graduação em Ciências da Religião pela UMESP. E-mail: blanchespaula@gmail.com.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

da empatia e por fim dialogaremos sobre a empatia como a escolha de "dar lugar ao outro".

Mapa identitário do ser humano no século XXI – aspectos gerais

A pergunta pela identidade do ser humano tem marca histórica e acompanha os acontecimentos de cada época e do revisitar contínuo de sua presença no mundo. Já alcançamos mais de duas décadas do século XXI e o ser humano tem sido convidado, mais uma vez, a se "re-ver". O individualismo e o isolamento de si atingem a relação consigo mesmo, com os demais seres humanos e com a natureza como marca que já se explicitava no final do século XX.

Nesse sentido, não há como colocar em tela o processo de desumanização que tem atingido as antropologias do início do século XXI. Alguns autores de áreas diferentes como saúde e educação se debruçaram sobre essa reflexão (DELLA TORRE, 2021; PENA; NUNES; KRAMER, 2018). Harari (2015) apresentou um panorama sobre a história do ser humano a partir do olhar do "homo sapiens" que nos oferece uma reflexão sobre quem somos e o que queremos ser quando afirma que:

> […] talvez outra pequena mudança fosse suficiente para iniciar uma Segunda Revolução Cognitiva, criar um tipo completamente novo de consciência e transformar o Homo sapiens em algo totalmente diferente. É verdade, ainda não temos o discernimento necessário para alcançar isso, mas parece não haver uma barreira técnica nos impedindo de produzir super-humanos. Os principais obstáculos são as objeções éticas e políticas que desaceleraram as pesquisas com humanos. E não importa o quão convincentes possam ser os argumentos éticos, difícil compreender de que modo conseguirão deter o próximo passo por muito mais tempo, sobretudo se o que está em jogo é a possibilidade de prolongar a vida humana indefinidamente, dominar doenças incuráveis e aprimorar nossas capacidades cognitivas e emocionais. (HARARI, 2015, p. 414).

A Revolução Cognitiva defendida por Harari (2015) abre a porta para o chamado pós-humano, também denominado de transhumanismo, ou seja, em linhas gerais, o uso dos benefícios tecnológicos, para o "melhoramento" do ser humano. Há uma intensa discussão sobre esse tema especialmente com a ampliação de interesse em relação à neurociência que alcança praticamente todas as áreas do saber humano. Inclusive o debate sobre esse tema tem crescido também no presente século como um campo a ser explorado nas pesquisas sobre empatia[3].

3 Há algumas reflexões que abrem leque para o diálogo entre transhumanismo e empatia. Por exemplo, o diálogo entre transhumanismo e direitos humanos. O que parece é que a não recente discussão sobre exclusão social grita nessa relação. Silva (2019) oferece uma reflexão introdutória sobre transhumanismo e direitos humanos. https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/43715.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Trazendo indagações iniciais de como o uso da biotecnologia pode ampliar nossa capacidade empática e se isto for possível: a empatia se tornaria uma atitude mecânica? Ou haverá espaço para a ética da vida como natural e espontânea a todo ser humano? Outro dos questionamentos que ainda podemos fazer é se estamos vivenciando um estranhamento identitário especialmente no presente século com o avanço da biotecnologia.

A identidade do ser humano não está desconectada do seu ambiente, seja de relacionamentos interpessoais, com a natureza e consigo mesmo, como afirmado anteriormente. Byung Chul-Han (2015) tem refletido sobre um dos desdobramentos do que significa ser humano, especialmente por meio de temas como os afetos, a era digital, os rituais, a morte, o cansaço. Han (2015) aborda sobre a Sociedade do Cansaço em que o excesso de 'positividade' significa em termos gerais: 'sim, nós podemos', mas num mundo individualista e permeado de uma profunda solidão. Ou seja, se algo der errado é porque o ser humano não se esforçou. Nesse sentido, a pessoa pode se tornar algoz de si mesma.

Aliado a esse pensamento de Han (2015), destaca-se a leitura do humano do século XXI feito por David Le Breton (2015). Este autor defende que as relações interpessoais estão atravessando o vale do desaparecimento do sujeito pelo isolamento de si e dos vínculos sociais.

> A desistência do vínculo social e a indiferença às vezes são acusadas de egoísmo, mas elas respondem, sobretudo, a uma vontade de abandonar o jogo, de se desligar das paixões comuns, de deixar de ser levado a contragosto por elas. É ascese de inspiração estoica, mas sem preocupação de perfeição moral. O desaparecimento de si é vivido pelos outros como uma deserção, como um isolamento em relação ao vínculo social. Ele suscita reprovação ou inquietação, mas o indivíduo não se importa, ele está além da situação, tem a sensação de não ter nada mais a oferecer, de estar demasiadamente esgotado para continuar envidando esforços para viver. A vontade dos outros de fazê-lo voltar a funcionar opõe apenas sua inércia (LE BRETON, 2015, p. 11).

As cisões com valores como solidariedade, respeito, empatia que contribuem com a dignidade humana efervesceram no contexto pandêmico. Ou seja, parece que houve uma espécie de clivagem na postura ética diante do/a outro/a. Por exemplo: os processos do luto que milhares de pessoas viveram [e ainda vivem] evocaram [e ainda evocam] um dos gritos mais doloridos pelo humano, necessitado de alguém que respeite a sua dor e ofereça um espaço-tempo de escuta e ressignificação da vida. É importante ressaltar que o tema do luto não está restrito somente às mortes pela pandemia da covid-19, mas advindo também de um desencantamento da solidariedade e da falta de reconhecimento do sofrimento subjetivo e coletivo. Possivelmente uma das perdas vivenciadas por

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

muitas pessoas, nesse tempo de pandemia, foi a frustração diante da ausência de empatia seja de pessoas 'próximas', seja de autoridades desse país. O fato de não ter alguém que compreenda a dor instalada e cultive esperança, parece acirrar a elaboração do luto.

Nesse preâmbulo, trazemos ainda que a identidade do ser humano está vinculada à noção de saúde, de construção social, relacionamentos interpessoais e sobrevivência como espécie, conforme apregoada pela OMS (Organização Mundial de Saúde)[4]. Essa concepção faz elo com a relação do ser humano com a natureza que tem sido denominado como saúde planetária. É o convite à uma vivência empática com a natureza.

> O ser humano possui um lugar singular. Ele desempenha uma dupla função. Por um lado, está dentro, é parte da natureza, inserido no imenso processo de evolução natural e cibiôntica. Por outro, está de frente, um vis-à-vis à natureza. Por sua consciência e por seu saber técnico, intervém nela, fazendo-se seu plasmador. Nem por isso deixa de ser parte da biosfera e geologicamente um objeto bem concreto. O ser humano sempre parte da natureza e um interventor da natureza. A relação o ser humano – natureza dialética, quer dizer, ambos se encontram indissoluvelmente intricados um no outro, de tal forma que o destino de um se transforma no destino do outro (BOFF, 2002, p. 38).

A saúde planetária[5] que vem tendo ampliado seu campo de pesquisas neste século nos lembra sobre a importância de uma empatia ambiental, ou seja, que envolve todas as dimensões de relacionamentos no planeta. É nessa dimensão sistêmica que a empatia também se faz presente como um dos fundamentos da vida.

Epistemologias da empatia

Abordar o tema da empatia na atualidade é caminhar num terreno pantanoso. Diferentes autores, de distintas áreas do conhecimento – Filosofia, Psicologia, Neurociências, Biologia – têm desenvolvido estudos e pesquisas sobre esta temática e, no conjunto, deixam evidente o quanto ainda precisamos caminhar para a elucidação do que vem a ser empatia dado o fato de ser recorrente o apelo à sua presença, quer seja nas relações sociais cotidianas, nas mais distintas práticas

4 Conforme podemos perceber no texto sobre saúde e espiritualidade, o olhar sobre o ser humano de uma forma integral e relacional é base para o bem-estar individual e social. Disponível em: https://www.ufmg.br/boletim/bol1551/segunda.shtml.

5 As pesquisas na área de saúde planetária estão em franco crescimento no presente século. Há cursos gratuitos sobre o tema. Um deles foi oferecido pela URGS. Vejam alguns sites: http://saudeplanetaria.iea.usp.br/pt/o-que-e-saude-planetaria/ / https://ideiaambiental.org.br/pt/pt-br//. Curso de saúde planetária: https://www.ufrgs.br/telessauders/noticias/lancamento-do-curso-de-saude-planetaria-para-atencao-basica-em-parceria-com-o-wonca/

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

profissionais, ou mesmo em nossas relações com a vida e a natureza, resultante de sua repercussão moral evidenciada, especialmente, no apelo de que *sermos empáticos* é altamente desejável à vida em comum.

As exigências relacionadas a uma boa convivência social na contemporaneidade, em distintas comunidades planetárias, e especialmente numa realidade pós-pandêmica, nos estimula a traçar alguns contornos mais nítidos sobre o conceito de empatia. Nesta direção, seria fascinante encontrar respostas mais precisas para questões, tais como: É efetivamente possível que as pessoas sejam empáticas? Ser empático tem sido uma espécie de desejo utópico diante da iniquidade e violência crescentes nas relações entre pessoas, grupos e nações? Todas as pessoas podem e querem ser empáticas? Qual a relevância da empatia para a vida humana em geral? Qual é a importância da empatia? No entanto, e concretamente, estas questões tão relevantes, ainda aguardam respostas menos especulativas. Mesmo sendo estudada mais efetivamente desde o final do século XIX, a conceituação de empatia carece de maior elucidação.

Responder a todas elas exigiria mais do que um texto como este, mas mantendo o direcionamento de sua aplicabilidade ao trabalho de psicólogas e psicólogos, entende-se que algumas tematizações retrospectivas são relevantes tendo em vista o interesse particular de demarcar seu uso na prática destas/es profissionais e, claro, os desdobramentos de ordem ética e bioética nos campos de atuação em que ciência psicológica se faz presente.

A palavra empatia tem origem na grega *empatheia* e remete aos significados de paixão ou ser muito afetado. Ao final do século XIX foi largamente utilizada no campo da estética por meio dos trabalhos dos filósofos Theodor Lipps, Franz Brentano e Robert Vischer. (SAMPAIO; CAMINO; ROAZZI, 2009)

Estes filósofos, segundo alguns autores, teriam sido os primeiros a utilizar o termo *Einfühlung*, de origem alemã e relativo à empatia, entendido como um processo de imitação interna, que ocorreria com um observador na apreciação de obras de arte, momento no qual aconteceria uma espécie de projeção do self do observador, permitindo que ele experimentasse sentimentos de admiração e unicidade com a obra que observava. Por meio do *Einfühlung*, a elegância, a nobreza e o poder "[…] poderiam ser sentidos como se pertencessem às próprias obras de arte" (SAMPAIO; CAMINO; ROAZZI, 2009, p. 213).

De uma perspectiva filosófica contemporânea Neu e Machado (2020) tratam o conceito de *Einfühlung* a partir de Husserl (2006) e apresentam características relevantes sobre o termo indicando a necessidade de novas reflexões sobre sua tradução direta como sinônimo de empatia. Segundo os autores *Einfühlung* "estaria em um nível anterior à empatia, uma vez que esta é muitas vezes utilizada também no sentido de simpatia, sendo um ato específico psíquico relativo a uma determinada pessoa" (p. 25).

Na fenomenologia, a *Einfühlung* permitiria

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> […] não só entender a própria corporeidade em si, mas, sobretudo, o modo como reagimos às circunstâncias do mundo-da-vida, como o compreendemos, tendo como ponto de partida as vivências intersubjetivas. Para Husserl, "o mundo intersubjetivo é o correlato da experiência intersubjetiva, isto é, da experiência mediada por 'empatia' (2006, § 151, p. 335)." […] Portanto, Einfühlung consiste propriamente em um mecanismo natural-inteligente capaz de automática compreensão pré-atencional/consciente sobre os atos vivenciais, que, em um segundo nível, pode ser compreendido em nível consciente e reflexivo, em correlação aos demais atos perceptivos (NEU; MACHADO, 2020, p. 27).

O trabalho de Neu e Machado (2020) apontam para o fato de que, em Husserl, a empatia decorre da *Einfühlung*. Esta perspectiva, não presente em outros trabalhos, abre espaço para novas reflexões sobre o conceito, assim como sobre tantas ideias dele decorrentes. A perspectiva de a *Einfühlung* não ser sinônimo de empatia, mas um mecanismo natural, faz pensar sobre as mais recentes descobertas relacionadas aos neurônios espelho, que no campo das neurociências têm sido apontados como os marcadores biológicos do que pode vir a ser o comportamento empático.

Segundo Moitoso e Casagrande (2017) os estudos atuais sobre empatia destacam duas vertentes sobre sua gênese que, embora distintas confluem quando tomadas a partir de uma perspectiva biológica e evolucionista. A primeira relaciona-se a estudos com crianças, mais "especificamente com o desenvolvimento ou com a presença da empatia em bebês; a segunda compreende a empatia em um contexto naturalista e evolucionista, como uma característica específica dos animais mamíferos" (p. 215).

Bloom (2014) afirma que o ser humano teria uma inclinação natural à gentileza e, ao menos em alguns momentos da vida, a empatia seria, de certa forma, irresistível. Esta caraterística não estaria presente desde o nascimento, mas os fundamentos morais para sua expressão seriam produtos de nossa evolução biológica. Dessa forma, o autor postula que somos seres sociais desde o início de nossas vidas e, portanto, capazes de avaliar, mesmo que de forma básica, o que se passa com outras pessoas.

Pensar a empatia de uma perspectiva biológica ou naturalista requer que retomemos a premissa de que, como outras espécies, a humana também evoluiu e se adaptou e, portanto, compartilha com outros animais, especialmente aqueles que são mais próximos na escala evolutiva, algumas habilidades.

Nesta direção, De Wall (2010) apresenta em seu texto inquietantes ideias sobre o desenvolvimento de nossa espécie e a necessidade da empatia para a manutenção da vida em grupo. Como primatólogo, e ainda apoiado em descobertas da neurociência, postula que, embora os seres humanos tenham uma base herdada para a agressividade e competição, também apresentam, como outros primatas um

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

comportamento instintivo orientado para a vida em grupo, denominado por ele instinto de rebanho, raiz mais remota da empatia. Para este autor o surgimento da empatia está relacionado à identificação e ao pertencimento a um grupo.

Os vínculos afetivos que desenvolvemos desde o nascimento e que são fundamentais para nossa sobrevivência ao longo de toda vida permitem a manutenção do grupo e as relações entre seus membros. Tendo em vista que dependemos dos cuidados maternos e desenvolvemos vínculos afetivos, e que eles se tornam fundamentais no início de nossas vidas, a possibilidade de existir nos humanos uma base instintiva da empatia, torna mais relevante toda e qualquer proposta que objetive seu desenvolvimento (DE WALL, 2010).

Ainda na direção das bases biológicas da empatia, as controvérsias apontadas por autores como Passos-Ferreira (2017) e Bloom (2010) sobre a descoberta do sistema de neurônios espelho em humanos[6], a participação deles na manifestação do comportamento empático e, portanto, nos desdobramentos relacionados à moralidade, continuam revelando novos e relevantes aspectos.

Os neurônios espelho permitiriam a compreensão automática e pré-atencional do significado de uma ação, uma descrição muito semelhante à utilizada por Husserl na definição de *Einfühlung* e seriam diretamente estimulados por meio da observação. Compreender a atividade que se observa pode ser o ponto inicial para o desenvolvimento consciente de mecanismos cognitivos que propiciem uma compreensão mais ampla e profunda do evento, entretanto, esse desenvolvimento não é necessariamente o que acontece (GALLESE, 2005 *apud* LAMEIRA *et al.* 2006).

Bertini (2017) relata um experimento no qual, por meio de ressonância magnética, foi possível observar a ativação do sistema neuronal de uma bailarina clássica diante da observação de uma apresentação solo de ballet, protagonizada por um rapaz. Os resultados deixaram claro que as áreas cerebrais da observadora, identificadas como ativas, correspondiam às mesmas áreas utilizadas para a execução dos movimentos do dançarino (LOPES, R.; SOUZA, M. F. S.; ÁVILA, G. L., 2019).

Em uma segunda etapa, a bailarina assistiu alguém do sexo feminino dançando e o estímulo visual produziu uma atividade neuronal mais intensa. Ao final, a dançarina clássica assistiu a um jogo de capoeira, cujos fundamentos não eram de seu conhecimento, e consequentemente, as suas neuroimagens foram reduzidas a uma baixa atividade cerebral. Apoiada nesse experimento para realizado com a finalidade de compreender as possíveis interligações entre a empatia e o funcionamento de neurônios espelho Bertini (2017) afirmou que

6 Os neurônios-espelho foram descobertos na década de 90, pelo neurofisiologista italiano Rizzolatti. De acordo com Lameira *et al.* (2006), estudos funcionais com o uso de Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET) e Ressonância Magnética Funcional (FMRI), evidenciam a existência de um Sistema de Neurônios Espelho (SNE) em seres humanos, que se estende por áreas corticais fronto-parietais (LOPES, R.; SOUZA, M. F. S.; ÁVILA, G. L., 2019).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

quanto maior a identificação provocada por uma experiência, mais intensa é a resposta neuronal.

Os estudos desses cientistas, que revelam para nós aqueles caminhos mais desconhecidos e incríveis de nosso funcionamento neurológico e suas prováveis conexões com a empatia, segundo Bertini (2017), deixam mais evidente que a identificação, uma ação mais ou menos consciente para os seres humanos, é o que nos liga e conecta a outros humanos. Seria o componente afetivo que permite querer *estar próximo*, *ser como* ou ainda nos *movermos na direção* de alguém. No entanto, a identificação, enquanto resposta afetiva, é um fenômeno sobremaneira relevante, e necessário para refletirmos sobre a simpatia.

Cadena (2013) a partir das ideias de Scheler (2004), referente aos valores, o sentimento e a simpatia[7], sintetiza que

> […] Os valores são a priori, intuídos pelo sentimento, e nos atos de preferir e postergar, segundo a hierarquia de valores, realizam os valores superiores. É através da empatia que o outro é reconhecido, e é através da simpatia que 'sentimos com' e 'simpatizamos com', o que permite dirigir-se aos outros e realizar emocionalmente a Humanidade (p. 76).

Para a autora, a vida em comum entre humanos possibilitaria não apenas o reconhecimento mútuo por meio da empatia, como afirmaram Husserl (2006) e Stein (2004), mas que, a partir das ideias de Scheler (2004), foi possível admitir que o envolvimento afetivo na convivência permitiria a eles sentir a alegria ou a tristeza alheia, conhecida como simpatia. Assim, a simpatia, a partir de Scheler (2004 *apud* CADENA, 2013) poderia ser entendida como uma *unificação afetiva* que "[…] fundamenta o sentir o mesmo que o outro" (p. 85).

Para Cadena (2013) simpatia não ocorreria sempre e simultaneamente em

> […] todos os estados concretos do sujeito. Pode dar-se segundo casos concretos: com todos os viventes, uma família, com um povo, com a humanidade etc. Mas há características comuns: seu curso é subconsciente, sua produção é automática (não livre), e é incluída subjetiva e objetiva na esfera da consciência vital (CADENA, 2013, p. 85).

As características da simpatia, segundo Cadena (2013) devem ser praticadas e desenvolvidas a partir das vivências que temos no encontro com pessoas e na direção do que Scheler (2004) admite como uma lei básica da evolução dos sentimentos "[…] que se aplica ao desenvolvimento da criança para o adulto, do animal para o homem e do primitivo ao civilizado" (p. 85). Dessa forma, quanto mais capacitado

7 Simpatia se origina do grego *sympatheia*, de *syn*, relativo a junto, e *pathos*, correspondente a sentimento ou paixão. Refere-se à comunhão de sentimentos, ou sentir o mesmo que o outro sente.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

a compartilhar os sentimentos de outra pessoa, quanto mais simpatia ou *unificação afetiva* com o outro, mais amplo o desenvolvimento do ser humano.

Por fim, Cadena (2013) admite que a simpatia teria duas formas. Inicialmente *sentimos com* e depois, *simpatizamos com* o outro. Sentir com o outro seria um primeiro movimento, mas não suficiente, pois poderíamos estar num mesmo local que outras pessoas, ou assistindo algo que elas façam e sentir as mesmas alegrias e tristezas, mas, não necessariamente simpatizar com elas. Simpatizar com alguém traz à consciência o outro e,

> […] também, uma realidade igual a nosso próprio eu. Ter por igual esse real é a base do movimento do amor espontâneo ao ser humano, isto é, do amor a um ser meramente porque é ser humano, porque tem face humana. […] Através da simpatia a pessoa é capaz de transcender a sua individualidade a participar dos sentimentos do outro, para, logo em seguida, simpatizar com o outro e, guiada pelo amor, identificar-se e dirigir-se aos outros seres humanos, e então, realizar emocionalmente a Humanidade (CADENA, 2013, p. 85-86).

A partir das colocações de Cadena (2013), a empatia é um sentimento de reconhecimento que permite o surgimento da simpatia. É, portanto, no reconhecimento do outro como um semelhante, um igual, ou idêntico, e por meio da identificação, que se torna possível sentir "com o outro". Por outro lado, a partir de Lopes e Paula (2017) e Farias (2013) percebe-se que o conceito de empatia é distinto, embora também envolva o reconhecimento do outro e, essa diferença, é fundamental à prática da/o psicóloga/o.

Até o momento registramos que empatia não deve ser entendida como sinônimo de *Einfühlung* (HUSSERL, 2006), que poderia também ser entendida, para além de Neu e Machado (2020), como base para o chamado instinto gregário em humanos (DE WALL, 2010), possivelmente, acionado pelos chamados neurônios espelho (BERTINI, 2017) e, por fim, seria o sentimento que antecede a simpatia, ideia já presente em Husserl (2006) e em Scheler (2004). Mas afinal, como a empatia é definida de uma perspectiva psicológica?

Desde o início do século XX a ideia de empatia como a capacidade de identificar o que está na consciência de outra pessoa era amplamente utilizada em Psicologia e nas Ciências Sociais, sendo que a maior utilização se deu na área da Psicologia da Personalidade. Naquela época os pressupostos da Estética sobre *Einfühlung* foram modificados pelos teóricos da personalidade, pois

> […] enquanto os críticos de arte sugeriam que por meio da empatia (*Einfühlung*) o *self* era objetivado nas obras de arte, os psicólogos da personalidade afirmavam que, durante o processo de empatia, um objeto qualquer

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> era subjetivado pela percepção do observador. Nessa direção, os psicólogos sustentavam que a empatia era uma capacidade através da qual as pessoas compreendiam umas às outras, sentiam e percebiam o que acontece com os outros, como se elas mesmas estivessem vivenciando as experiências alheias. (SAMPAIO; CAMINO; ROAZZI, 2009, p. 214).

Configuravam-se os elementos constituintes da ideia de que empatia é *capacidade de se colocar no lugar do outro*. O primeiro autor a tratar *Einfühlung* como sinônimo de empatia foi Titchener em 1909. Para este autor, *Einfühlung* e, portanto, empatia, referia-se à possibilidade de conhecer a consciência de outra pessoa e de raciocinar de maneira análoga a ela por um processo de imitação interna, assim pessoas com um mesmo nível intelectual e moral poderiam compreender umas às outras (WISPÉ, 1986).

Freud (1905) em *Os chistes e sua relação com o inconsciente* abordou o conceito de empatia como o processo de colocar-se no lugar do outro consciente ou inconscientemente. Em 1913, no texto *Sobre o início do tratamento* aborda a compreensão empática como um ponto de vista a ser adotado pelo analista para desenvolver o vínculo com o paciente e, por fim, em *Psicologia das Massas e Análise do Ego* de 1921 no texto sobre identificação admite que ela viabiliza o entendimento sobre o *eu estranho* das outras pessoas, ou ainda, seus aspectos internos que são estrangeiros, ignorados ou estranhos delas mesmas, mas já àquela época, segundo Bolognini (2008), se preocupava com este aspecto da relação analista paciente, talvez com a necessidade de proteger a "[…] plantinha psicanalítica da contaminação dos distúrbios da função empática," por meio do controle da contratransferência.

Para o psicanalista Bolognini (2008) o termo *Einfühlung*, entendido também como sentir-se dentro, deve-se ao romântico Novalis (1798) no texto *Discepoli a Sais*, no qual fica claro que o *Sicheinfühlen*, que permitiria uma experiência de unidade com o outro, poderia ser, em psicanálise, entendida como de tipo fusional, uma unidade que privilegiaria o sentir e vivências de tipo mágico, muito similar ao apresentado por Cadena (2013), acerca das ideias de Scheler (2004), e relacionadas ao sentimento de unificação afetiva.

No início da década de 50 do século XX um novo tipo de compreensão sobre empatia surge a partir dos trabalhos realizados por Carl Rogers, sua visão humanista e a criação da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Para ele, o terapeuta por meio de seus sentimentos empáticos estabelecia um clima de aceitação incondicional e, autenticidade comunicativa (SAMPAIO; CAMINO, ROAZZI, 2009, p. 214). Assim como Rogers (2001), outros autores da Psicologia da Personalidade e pesquisadores cognitivo-desenvolvimentistas como Eisenberg (1997), Hoffman (1991) e Davis (1983) concebem a empatia como um

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

constructo multidimensional, composto por componentes afetivos e cognitivos que se desenvolvem ao longo do tempo (RIOS, 2013).

Wispé (1986) apresenta em seu texto amplas conceituações entre simpatia e empatia, colaborando em suas diferenciações. Para o autor, na pessoa movida por simpatia, o sofrimento experimentado pela/o simpatizada/do é algo que deve ser imediatamente aliviado, a avaliação da situação tende a ser imprecisa e podem ocorrer distorções emocionais. Na simpatia a intervenção, a doação e a ajuda são marcantes e tomadas, pelo simpatizante *como se* as dores do outro, fossem suas. Dessa forma, ele vive uma espécie de comunhão com quem se simpatiza, sendo possível uma certa redução de sua consciência no processo (WISPÉ, 1986).

A empatia, no entanto, é para Wispé (1986) uma ação relacionada, sobremaneira, ao contexto clínico. Nesta relação, a subjetividade da/do profissional não é negada, mas o direcionamento ao outro se processa de modo a manter a diferenciação entre aquele que atende e o atendido e, neste sentido, é uma ação distinta daquela na qual estão envolvidos processos identificatórios e de características fusionais. A diferenciação é ativamente buscada na relação empática, nela o outro é respeitado em sua diversidade. Agir empaticamente seria um ato de escolha, no qual busca-se uma autêntica compreensão do processo vivido pelo outro.

No final do século XX, estudos comportamentalistas e cognitivistas apresentam também três componentes do conceito de empatia enquanto uma habilidade comunicativa: o *cognitivo* que consiste na compreensão acurada dos sentimentos e perspectivas de outra pessoa; o *afetivo*, caracterizado por sentimentos relacionados a compaixão e simpatia (que aqui aparece como componente da empatia) e o bem estar do outro e o *componente comportamental*, relativo à expressão de entendimento do sentimento e da perspectiva da outra pessoa a fim de que esta se sinta verdadeiramente compreendida, presente nas relações terapêuticas (DAVIS, 1980, 1983; LENNARD, 1993; EGAN,1994 *apud* FALCONE, 1999).

Um aspecto importante apontado por estudiosos do desenvolvimento humano é a relação dos afetos, dentre eles a simpatia, com o desenvolvimento moral. Para De La Taylle (2006) o despertar do senso moral, em termos intelectuais e afetivos, ocorre por volta dos quatro ou cinco anos, momento em que a criança começa a diferenciar entre as coisas que devem ser feitas daquelas que se faz corriqueiramente, portanto, a capacidade de diferenciar normas da comunidade dos hábitos e rotinas. Vinculados à ação moral da criança existiriam seis sentimentos. Os dois primeiros, medo e amor, seriam indissociáveis do sentimento de obrigatoriedade. Os demais, a confiança, simpatia, indignação e a culpa, com exceção da culpa, não estariam diretamente ligados ao sentimento de obrigatoriedade, mas a fortalecem e corresponderiam ao cimento afetivo, sem os quais o senso moral estaria prejudicado.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Embora seja possível admitir as raízes biológicas da habilidade de humanos serem empáticos – ou simpáticos – e que o senso moral possa ser desenvolvido como postulado por De La Taille (2006), a qualidade das experiências afetivoemocionais do período gestacional, do nascimento e aquelas que se sucedem são marcadas por uma intensa relação diádica com a mãe ou cuidadora e essenciais na construção de nossa capacidade de sermos receptivos ao *outro* (DETHVILLE, 2011; WADDELL, 2017).

Bolognini (2008) afirma que a empatia é distinta da identificação, uma vez que esta é um mecanismo inconsciente e permanente que objetiva a evitação defensiva contra angústias, sentimento de culpa ou ainda perdas objetais. A empatia objetiva sentir e compreender as condições internas de outra pessoa e, portanto, requer a capacidade de regressões controladas e reversíveis, não pode ser ensinada e, embora o conhecimento teórico possa auxiliar no processo de construção de uma postura empática, ela requer uma

> […] rica bagagem de experiências pessoais às quais possa recorrer para facilitar a compreensão do paciente […]. O analista deve ter uma profunda familiaridade com seus próprios processos inconscientes para poder aceitar com humildade a idéia de que provavelmente a mesma patologia do paciente esteve ou está presente, em alguma medida, também nele próprio […] A capacidade de suspender julgamentos, até o limite da credulidade, torna possível a empatia com o paciente, e levará, no final, à compreensão dos movimentos subjacentes (BOLOGNINI, 2008, p. 64-65).

As construções de Bolognini (2008) relativas à postura do analista, podem ser pensadas também na relação da psicóloga/o diante de seus pacientes, ou seja, sobre o processo de autoconhecimento e diferenciação necessários a todo profissional, assim como a relevância na suspensão de julgamentos. É na diferenciação eu-outro, no estabelecimento de limites claros na relação e na negação da identificação como mecanismo de aproximação, que a empatia se diferencia da simpatia e uma relação empática se torna possível.

Empatia – dar um lugar ao outro

Lopes e Paula (2019, p.144) propuseram que a empatia, fosse entendida como uma atitude "*em relação a*" alguém, um ato de escolha autoconsciente. Este entendimento destacava, à época de sua proposição, que a empatia, em termos genéricos seria um tipo de ação compreensiva que revela a forma particular de pessoas, grupos ou mesmo sociedades responderem às necessidades de outros, nas interações cotidianas, especialmente quando estas relações se apresentam na perspectiva do conflito e diante da diversidade.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Para as autoras, a aproximação do humano do outro requer a *suspensão* de nossos saberes (valores) para ler e perceber o outro, e vice-versa, movimento que em Husserl (2006) é expresso no conceito de *epoché*, âncora vital para que o movimento em direção ao outro seja possível. A partir de Husserl (2016, p.17), temos que a "*époché* fenomenológica" nos impede de realizar juízos sobre a existência espaço-temporal de qualquer pessoa. À *époche* soma-se a capacidade de diferenciação eu-outro estabelecida pelo profissional que, ao invés de unificar-se ao outro, reconhece seu lugar, sua história e singularidade. Um reconhecimento que promove não a igualdade, fruto da identificação entre iguais, mas a equidade, que se relaciona à garantia de que diferentes – os outros – sejam considerados, compreendidos e reconhecidos a partir de suas singularidades. Dessa forma, a empatia, não se relacionaria à ação de se colocar no lugar do outro, mas de dar ao outro um lugar, o lugar de direito à diferença, à diversidade.

É nessa direção que Farias (2013) propõe discutir a empatia como condição de possibilidade do agir ético e entende-se aqui, também bioético. Suas ideias, inspiradas em Edith Stein, admitem que o fenômeno da vida psíquica de todas as pessoas é um fato inquestionável. Toda e qualquer pessoa, em relação a qualquer um de nós é um "[…] alheio", um estranho ou mesmo o contrário, ou seja, um *outro*. As outras pessoas, assim como nós, têm a mesma estrutura, embora constituídas a partir de experiências diversas (FARIAS, 2013, p. 28).

Nesta direção, a empatia, como a ação na qual a *epoché*, espaço-tempo-transitório de *um não saber* no *encontro com o outro*, acontece é ação na qual ocorre uma suspensão do conhecimento desejável de si, um conhecimento desidentificado, autoconsciente e diferenciado, que possibilitaria atingir *um saber com o outro*. Para a/o profissional da Psicologia, seria admitir que o saber acumulado em sua existência pessoal e profissional não impossibilita novos saberes, ao contrário, significaria acolher como possibilidade, o que inexistia antes do encontro.

Especificamente no caso de psicólogas/os, embora entendamos que estas reflexões possam contribuir para a prática de outros profissionais que desenvolvam atividades clínicas, o exercício de uma conduta e compreensão empáticas requer da/o profissional uma mudança de perspectiva, ou seja, a consideração do outro como um ser humano diverso, com direito a formas de vida, escolhas e costumes distintos. A postura empática, fundamentada na equidade, é certamente capaz de acelerar os processos de cura e ou modificação/alteração/conscientização desejados no atendimento. O tema da equidade faz elo com a empatia e tem se destacado também como um dos princípios do SUS Sistema Único de Saúde (BARROS; SOUZA, 2016). Ao mesmo tempo reconhecemos que ainda há um longo caminho a percorrer para a sua prática especialmente no viés da justiça.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> A equidade é aqui entendida como caminho para garantir às pessoas – especialmente as mais vulneráveis – oportunidades de se desenvolver plenamente, conforme seus próprios projetos de vida. O fundamental é assegurar a todos um sistema razoável de saúde pois, quanto melhores os serviços considerados essenciais, maior é a chance de os mais necessitados superarem a penúria da extrema pobreza e suas privações, que limitam capacidades e potencialidades (SANTOS, 2020, p. 235).

Um profissional empático, no encontro com o outro, sabe escutar, compreende o comportamento do outro a partir de seu olhar e se faz presente com seus questionamentos e reflexões na tomada de decisão de seus pacientes/clientes. Ser empático é estar próximo, e diferenciado, o suficiente para chegar a admitir que no lugar da pessoa atendida, faria ou teria as mesmas atitudes, é expressar a compreensão desejável, embora esta não seja, em nenhum sentido, sinônimo de aceitação das condutas mantidas pela pessoa com a qual nos empatizamos.

Dessa forma, para que uma/um psicóloga/o possa manter uma *conduta empática*, distinta daquela apresentada pelas pessoas comuns, e por ele mesmo, quando age a partir da simpatia nos momentos de distância de sua *práxis*, é necessário que pratique a *epoché* somente atingida a partir de alto grau de *diferenciação*, *na relação* com as pessoas atendidas, obtida por meio do *autoconhecimento*, de modo a garantir que ele não seja capturado por seus processos identificatórios. Depreende-se dessa afirmação que para estes profissionais os processos identificatórios, comuns nos fenômenos simpáticos cotidianos são, na realidade, um obstáculo a ser superado e mais, que a empatia e a compreensão empáticas podem atingir patamares mais distintos do que se pode admitir usualmente.

Considerações finais

No início de nossas reflexões neste texto salientamos a importância de pensarmos no sentido de nossa existência, nos mais distintos campos do viver humano e, por vezes, ressignificá-la. As reflexões sobre as diferenças entre simpatia e empatia são exemplos daquelas que têm o potencial de produzir ressignificações do pensar e do fazer cotidianos de psicólogas/os. Aqueles que se dedicam à ciência psicológica, são trabalhadoras e trabalhadores envolvidos com a prática do cuidado que se estabelece, basicamente, pelo diálogo que surge de uma escuta atenta e da propositura de questionamentos que brotam do posicionamento orientado pela *Epoché* que permite, a elas e eles, a ação empática de *dar um lugar ao outro*, um lugar que reconhece sua diversidade e singularidade.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A trajetória que propusemos nas reflexões apresentadas é um convite de continuidade nas pesquisas e estudos sobre a empatia e sua relação com a ética e a bioética. O diálogo empático-ético-bioético pode parecer, por vezes, uma paisagem utópica quando olhamos de forma superficial sobre a realidade humana que hoje se apresenta tão sinalizada pelo sofrimento, pelas perdas e faltas produzidas pela recente pandemia que marcou a história e a vida de cada ser humano.

Embora as epistemologias que buscam a compreensão da empatia não sejam unânimes e muitas delas confundam empatia com simpatia, defende-se aqui que ela seja entendida como uma atitude de reconhecimento do *lugar do outro*. Esta não é uma atitude de fácil manifestação, ao contrário, é ato de escolha de um caminho que envolve tropeços e recomeços, tentativas e fracassos e significativa capacidade de diferenciação eu-outro, mas que é absolutamente necessária àquelas e aqueles profissionais psicólogas/os que têm na postura ética e bioética seu norte. Possivelmente uma porta de entrada para dar continuidade a esse diálogo sobre a postura ética e bioética atualmente seja uma reflexão sobre os individualismos contemporâneos e sua relação com a ausência de empatia. Ademais deve-se incluir na continuidade de pesquisas nessa área, a prática da equidade e da justiça como vivências empáticas que requerem compromisso social e respeito à dignidade humana.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A empatia em Edith Stein. **Cadernos IHU**, Porto Alegre, n. 47, p. 4-56, 2014. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu/530604-48o-edicao-a-empatia-em-edith-stein. Acesso em: 15 set. 2018.

BARROS, F. P.; SOUSA, M. F. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS**. Saúde e Sociedade** [*on-line*], São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-18, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Kdc66VGb5mXkMnHTHYkzVPv/abstract/?lang=pt# Acesso em: 29 abr. 2022.

BERTINI, E. Neurônios Espelho e Empatia. **J.PUC-SP**: Jornal da PUC-SP, São Paulo, p. 1-3, 12 set. 2017. Disponível em: https://j.pucsp.br/artigo/neuronios-espelho-e-empatia. Acesso em: 30 set. 2019.

BLOOM, P. **O que nos faz bons ou maus**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2014. 304 p.

BOFF, L. **Ethos mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 165 p.

BOLOGNINI, S. **A empatia psicanalítica**. Tradução de Ana Maria Stucchi Vannucchi, Edoarda Anna Giuditta, Paron Radvany, Ester Hadassa Sandler, Ester zita Fenley Botelho, Francesca Ricci, Luciana Gentilezza e Nilde Jacob Parada Franch. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2008. 257 p.

CADENA, N. B. Scheler, os valores, o sentimento e a simpatia. **Revista Ética e Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 7, n. 16, p. 76-88, dez. 2013. Disponível em http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_2_cadena.pdf. Acesso em: 2 out. 2018.

DAVIS, M. H. Measuring Individual Differences in Empathy: Evidence for a Multidimensional Approach. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 44, n. 1, p. 113-136, 1983. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/215605832_Measuring_individual_differences_in_empathy_Evidence_for_a_multidimensional_approach. Acesso em: 25 jun. 2019.

DE WALL, F. **A era da empatia**: lições da natureza para uma sociedade mais gentil. Tradução por Rejane Rubino, com desenhos do autor. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 392 p.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

DETHVILLE, L. **Donald Winnicott**: uma nova abordagem. Tradução de Rena Sagner. Campinas: Armazém do Ipê, 2011. 163 p.

EISENBERG, N.; MURPPHY, B. C.; SHEPARD, S. The development of empathic accuracy. *In*: ICKES, W. J. (ed.). **Empathic accuracy**. New York: The Guilford Press, 1997. p. 73-116.

FALCONE, E. A avaliação de um programa de treinamento da empatia com universitários. **Rev. Bras. Ter. Comport. Cogn.**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 23-32, jun. 1999. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755451999000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2015.

FARIAS, M. **A Empatia como condição de possibilidade para o agir ético**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/241169147/dissertacoes2013-empatia-como-condicao-possibilidade-para-agir-etico-pdf#download Acesso em: 12 set. 2018.

FREUD, S. (1905) Os chistes e sua relação com o inconsciente. *In*: SALOMÃO, J. (org.). **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 350 p. v. 8.

FREUD, S. (1913) O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos. *In*: SALOMÃO, J. (org.) **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 12. 310 p.

FREUD, S. (1921) Psicologia das massas e análise do ego. *In*: SALOMÃO, J. (org.) **Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 18. 245 p.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução de Janaina Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018. 464 p.

HOFFMAN, N. L. Empathy, role-taking, guilt and development of altruistic motives. *In*: EISENBERG, N.; REYKOWSKI, J.; STAUB, E. (ed.). **Social and Moral Values**: Individual and Societal Perpectives. Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum, 1989. p. 139-152, Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=ED085109. Acesso em: 27 maio 2018.

HUSSERL, E. **Ideas relativas a una fenomenoloía pura y una filosofia fenomenológica**. Traducción de José Gaos. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993. 390 p.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006. 384 p.

LA TAILLE, Y. **Moral e Ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006. 192 p.

LAMEIRA, A. P.; GAWRYSZEWSKI, L. G.; PEREIRA JUNIOR, A. Neurônios espelho. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 123-133, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2019.

LOPES, R.; SOUZA, M. F. S.; ÁVILA, G. L. Estudo de Empatia em estudantes de Psicologia: Repercussões para a conduta Ética e Bioética. *In*: OLIVEIRA, N. *et al.* (org.). **Bioética, Neuroética e Emoções**, Porto Alegre, Editora Fundação Fênix, 2019. *E-book*. Disponível em: https://www.fundarfenix.com.br/bioetica-neuroetica-emocoes. Acesso em: 21 abr. 2022.

LOPES, R; PAULA, B. Relação empática como competência básica para o agir ético em Psicologia. *In*: ESPERANDIO, M. R. G.; KOVÁCS, M. J. (org.). **Bioética e Psicologia**: inter-relações. Curitiba: Editora CRV, 2017. 252 p.

MÃE, V. H. **O paraíso são os outros**. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2018. 64p.

MOITOSO, G. S.; CASAGRANDE, C. A. A gênese e o desenvolvimento da empatia: fatores formativos implicados. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 209-224, jul./dez. 2017. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/28515. Acesso em: 4 abr. 2022.

NEU, W. M. F.; MACHADO, M. R. Einfühlung e Campo Semântico: uma Investigação Fenomenológica de suas Diferenças e Aproximações. **Saber Humano**: **Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 10, n. 16, p. 18-37, jan./jun, 2020. Disponível em: https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/441. Acesso em 15 fev. 2022.

PASSOS-FERREIRA, C. Seria a moralidade determinada pelo cérebro? Neurônios-espelho, empatia e neuromoralidade. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 471-490, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n2/a08v21n2.pdf. Acesso em: 4 out. 2019.

PENA, A. C.; NUNES, M. F. R.; KRAMER, S. Formação Humana, Visão de Mundo, Diálogo e Educação: A Atualidade de Paulo Freire e Martin Buber. **Educação em Revista** [*on-line*], v. 34, p. 1-17, 2018. Disponível em: https://www.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

scielo.br/j/edur/a/RGjDHHkCKrKgNLSgLDYjFvm/abstract/?lang=pt. Acesso em: 5 maio 2022.

RIOS, G. S. **Análise do desenvolvimento da empatia aos dois anos de idade – contexto de criação e presença de depressão pós-parto**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-05072013-092224/publico/rios_corrigida.pdf. Acesso em: 27 jul. 2018.

ROGERS, C. R. **Sobre o Poder Pessoal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 274 p.

SAMPAIO; L. R.; CAMINO; C. P. S.; ROAZZI, A. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 29, n. 2, p. 212-227, 2009. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000200002. Acesso em: 17/05/2017. Acesso em: 12 abr. 2017.

SCHELER, M. **Esencia y formas de la simpatía**. Traducción directa del alemán: José Gaos. Buenos Aires: Editorial Losada, 2004.

STEIN, E. **Sobre el problema de la empatia**. Tradução de Jose Luis Caballero Bono. Madri: Editorial Trotta, 2004. 141 p.

TORRE, B. D. Dialética da Desumanização. **Sociologia & Antropologia** [*on-line*], Rio de Janeiro, v. 11, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp13. Acesso em: 5 maio 2022.

WADDELL, M. **Vida Interior**: psicanálise e desenvolvimento da personalidade. Tradução de Patrícia F. Lago. São Paulo: Blucher, 2017. 380 p.

WISPÉ, L. The distinction between sympathy and empathy: To call forth a concept, a word is needed. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 50, n. 2, p. 314-321, 1986. Disponível em: http://psycnet.apa.org/journals/psp/50/2/314/. Acesso em: 11 dez. 2015.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO: reflexões teórico-práticas

Beatriz Xavier Flandoli[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Nas últimas décadas, a Psicologia brasileira tem declarado seu compromisso com a defesa da democracia e dos direitos humanos e com o enfrentamento à desigualdade social, buscando contribuir para uma análise crítica que seja capaz de desvendar o funcionamento da sociedade, assim como a natureza das injustiças resultantes desse funcionamento.

Este artigo foi elaborado com o objetivo de traçar, de forma sucinta e simplificada, a trajetória da Psicologia no delineamento desse compromisso, desde as críticas feitas a ela como ciência conservadora, a partir do pensamento crítico da década de 1960, até a constituição do atual Código de Ética da Psicologia brasileira, que defende, sem margem a equívocos, o compromisso social da Psicologia com a democracia e os direitos humanos.

Finaliza-se com reflexões resultantes da experiência adquirida desde 2015 em projetos de extensão no Sistema Prisional em Mato Grosso do Sul voltados a promover remição de pena pela leitura, implementados em três unidades penais nas cidades de Campo Grande e Corumbá, e com a realização de ações educativas para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em uma UNEI do estado.

Essas reflexões também são fruto de minha atuação como colaboradora do Núcleo de Psicologia e Sistema Prisional da atual gestão (2019-2021) do Conselho Regional de Psicologia e como conselheira em quatro gestões atuando em diversas comissões, como a de Ética (COE), a de Orientação e Fiscalização (COF) e a de Direitos Humanos (CDH), e ainda como responsável pelo CREPOP no CRP 14/MS.

Para começar, é preciso destacar que a Psicologia teve seu início marcado pelo compromisso com as classes dominantes e Furtado (2009) destaca que só muito recentemente, a partir dos anos 1960, o pensamento crítico chegou à Psicologia. Menciona os europeus Gilles Deleuze e Felix Guatarri como exemplos dessa crítica inicial, com a publicação de O *anti-Édipo*, que trouxe à Psicologia uma visão programática de intervenção na realidade. Cita também Serge Moscovici, Max Pagès e Michel Foucault, o qual passaria "a demolir sistematicamente a noção naturalizada e conservadora de subjetividade que predominava na Psicologia e na psiquiatria até então" (FURTADO, 2009, p. 246).

1 Psicóloga, Mestra e Doutora em Educação. Professora Associada da UFMS/CPAN, atuando no Curso de Psicologia e no Mestrado em Educação Social. E-mail: beatrizflandoli@gmail.com.

Assim, se nos anos 1960 surgiam na Europa as primeiras críticas à Psicologia como ciência conservadora que se prestava a adaptar o homem, na década seguinte podemos localizar autores latino-americanos que procedem a essa leitura crítica, como Alberto Merani, que em sua obra *Psicologia e alienação* denunciava a ciência psicológica que se colocava a serviço das classes dominantes e que, em decorrência desse compromisso com as elites, desenvolvia o papel de uma ciência alienada e alienante, que se dedicava a conformar as classes oprimidas às condições degradantes a que eram submetidas.

Para Furtado (2009), o educador brasileiro Paulo Freire e o colombiano Orlando Fals-Borda, influenciaram fortemente o pensamento crítico em nosso continente – visão crítica que também exerceria influência sobre a Psicologia –, que até então se mantinha bastante ligada à ciência experimentalista estadunidense. A esse respeito, Montero (s.d.) entenderia que sobre essas bases a Psicologia, a partir da metade dos anos 1970, começaria a tentar redefinir sua práxis social, respondendo às críticas de ser irrelevante e insensível aos problemas sociais.

Os anos 1970 marcaram o encontro de pesquisadores latino-americanos, como Silvia Lane e Ignacio Martin-Baró[2], que estavam descontentes com a Psicologia social em sua pretensão de se constituir como ciência neutra, sem responder às necessidades da realidade social de seus países, que viviam sob regimes ditatoriais.

Na década de 1980, Martin-Baró lançaria seu chamado aos profissionais de Psicologia para repensarem suas relações com instâncias do poder dominante, propondo tarefas para a Psicologia no processo de constituição de uma nova sociedade. Em 1985, refletia que:

> As condições objetivas – especialmente as estruturas econômicas, a hegemonia norte-americana e as forças militares – são os principais obstáculos à vigência de autênticos regimes democráticos na América Latina; mas, possivelmente, as condições subjetivas constituem o obstáculo mais imediato, pois limitam o universo de sentido das maiorias populares, alienando os seus marcos de referência e inibindo possíveis movimentos de mudança (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 55).

Postulava que a Psicologia deveria promover um processo de desideologização que desmascarasse o senso comum que justifica a opressão dos povos. Para ele, um fazer desideologizador é aquele que demanda que a Psicologia "(*a*) assuma a perspectiva das maiorias oprimidas; (*b*) desenvolva pesquisas sistemáticas sobre a realidade dessas maiorias; (*c*) utilize de forma dialética esse conhecimento, comprometendo-se com os processos históricos de libertação popular" (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 55).

2 Martín-Baró nasceu na Espanha em 1942. Foi jesuíta, teólogo, professor e reitor da Universidade Centro América (UCA), em El Salvador. Criador da Psicologia da libertação, foi assassinado em 16 de novembro de 1989 por soldados do exército salvadorenho nas dependências da UCA.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Inspirando-se nas ideias de Freire, Martin-Baró propunha uma Psicologia libertadora: uma Psicologia que libertasse a consciência dos povos oprimidos das amarras do senso comum impostas pelas instâncias dos poderes dominantes, o que poderia ser feito, por exemplo, por meio do exame do que há de ideológico no comportamento das pessoas e dos grupos. Em 1985, publicou *A desideologização como contribuição da Psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina*, em que afirmou que:

> […] à Psicologia Social cabe o estudo do ideológico no comportamento humano, e sua melhor contribuição para o desenvolvimento da democracia nos países latino-americanos consistirá no desmascaramento de toda ideologia antipopular, isto é, daquelas formas de senso comum que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo. Trata-se de desvelar o que há de alienador nesses pressupostos enraizados na vida cotidiana e que fundamentam a passividade, a submissão e o fatalismo (MARTIN-BARÓ, 2017, p. 61).

Assim, denunciava a alienação, a exploração e a desigualdade na realidade social dos países da América Latina e conclamava os profissionais da Psicologia a deslocarem seu compromisso com o interesse das elites, para comprometer-se com a desideologização de nossas populações.

Muitas foram os intercâmbios entre as/os psicólogas/os da América Latina sobre as características comuns a essas populações. Desses encontros e trocas, surgiria a Psicologia social comunitária e nasceria a União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI), em cujos eventos se podem encontrar apresentações de características comuns aos povos latino-americanos e em que se fomentam reflexões críticas sobre nossos desafios e possibilidades.

Como vemos, e conforme argumenta Patto (2009), a história das ciências humanas em geral e a da Psicologia em particular não transcorrem acima da história política, social e econômica do lugar em que são produzidas, como se não tivessem conexão com esta. O pensamento crítico sobre a Psicologia está presente em muitos autores, dentre os quais destacamos Bock (2009), que, em texto produzido após sua pesquisa de doutoramento, apresentava suas reflexões acerca das quatro décadas iniciais da profissão, a qual ainda se constituía por uma tradição marcada por ideias produzidas para responder aos interesses das elites de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar, visando a manutenção ou incremento do lucro e a reprodução do capital.

Para Bock (2009, p. 21), a Psicologia constitui-se, no Brasil, como uma profissão que

> […] serviu às elites, sendo um serviço de difícil acesso aos que têm pequeno poder aquisitivo. Uma profissão com pouca interação social, baixo poder

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> organizativo, com entidades frágeis com pequeno poder de pressão e que negociou pouco com o Estado suas demarcações e possibilidades de contribuição social.

Além disso, argumenta que a Psicologia brasileira mantinha caráter marcadamente ideológico, entendendo ideologia como processo de ocultamento da base social e material das ideias – como, por exemplo, a naturalização do fenômeno psicológico –, ou seja, algo que "está em todos nós ao nascermos, em potencial, e se desenvolverá conforme o homem for aproveitando as situações de estimulação que o mundo social lhe oferece. Como algo natural, tem destino traçado" (BOCK, 2009, p. 22). Destaca que tal concepção do fenômeno psicológico teve como resultado uma Psicologia de costas para a realidade social e que, ao entenderem o fenômeno psicológico a partir do próprio homem, as/os psicólogas/os construíram ideologia. Considera que tal ideologia comparecia na prática profissional quando responsabilizava o indivíduo por seus próprios processos de desenvolvimento, por seu sucesso ou fracasso. Ilustra essa naturalização e ideologização exemplificando-as com ideias que precisam ser superadas, como as de que:

> […] as crianças não aprendem na escola porque não se esforçam ou têm pais que bebem e mães ausentes; as mães pobres não tratam adequadamente seus filhos porque não conhecem os saberes da Psicologia; as pessoas não melhoram de vida porque não querem; os trabalhadores perdem suas mãos nas máquinas devido a impulsos incontroláveis que caracterizam sua relação com o trabalho. Os jovens matam crianças com tiros porque têm natureza violenta ou porque seus pais… E assim a Psicologia vai explicando todas as questões sociais a partir de mecanismos naturais do mundo psicológico (BOCK, 2009, p. 27).

Reflete sobre a necessidade de trabalhar criticamente para inverter essas explicações, compreendendo as relações sociais e as formas de produção da vida como fatores responsáveis pela produção do mundo psicológico, e postula que a Psicologia precisava, para superar tais concepções ideológicas, analisar todos os elementos que se constituem como determinações do humano sem considerar o mundo psíquico como natural, universal, dotado de força própria. Entende que só a mudança de tais concepções permitiria a superação da ideologia presente na Psicologia para consolidar um compromisso de trabalho por uma melhor qualidade de vida, em nome dos direitos humanos e do fim das desigualdades sociais.

E foi graças à atuação, no Sistema Conselhos de Psicologia, de estudiosos como Bock e Furtado (entre tantos outros que caberia citar, não fosse a brevidade deste trabalho), conscientes das limitações conceituais de grande parte dos profissionais de Psicologia, de suas reproduções ideológicas, que a normatização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

da profissão no país começa a inspirar e imprimir a marca de uma Psicologia que se transformava, para assumir seu compromisso social como ciência e como profissão.

Esse compromisso começa a se evidenciar em documentos produzidos por ações do Sistema Conselhos de Psicologia a partir do final da década de 1990, com a criação da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH-CFP) em 7 de agosto de 1997 e das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia a partir de 1998. O texto de apresentação dos Anais do 8º Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, realizado em Brasília em 2019, considera que esse ato ético, estético e político foi extremamente importante para a Psicologia brasileira, em um período em que era ainda recente o processo de democratização do país e tanto a Psicologia como ciência quanto como profissão precisava constituir práticas de promoção, garantia e defesa de direitos humanos.

Após a constituição das Comissões de Direitos Humanos do CFP e dos Conselhos Regionais, formularam-se objetivos tais como os de incentivar a reflexão e o debate sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia; estudar os múltiplos processos de exclusão como fontes de produção de sofrimento mental, evidenciando não apenas seu modo de produção socioeconômico como também os efeitos psicológicos que constituem sua vertente subjetiva; intervir em situações concretas em que existam violações dos direitos humanos que estejam produzindo sofrimento mental; participar ativamente das lutas pela garantia dos direitos humanos na sociedade brasileira; apoiar e prestar solidariedade aos movimentos nacionais e internacionais de direitos humanos; intervir em situações em que ações do Estado ou de setores sociais específicos produzam algum tipo de sofrimento mental; e buscar soluções para a omissão de ações do Estado, especialmente relativas ao sofrimento psíquico dos excluídos. Desse modo, a CDH tinha como foco central de trabalho mobilizar a categoria na defesa dos direitos humanos como um desafio permanente que faz parte da prática, ensino e pesquisa dos profissionais de Psicologia (CFP, 2019).

Em 2000, o CFP organizaria a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Psicologias e Compromisso Social. Nesse evento, como aponta Bock (2009), foram apresentados milhares de trabalhos que se enquadravam na temática porque se constituíam como experiências de serviços prestados a camadas sociais que tradicionalmente não têm acesso à atuação dos s.

Em 2003, em sua apresentação à publicação do CFP intitulada *Os direitos humanos na prática profissional do Psicólogo*, Silva[3] (2003, p. 6) postula a afirmação

3 Marcus Vinicius de Oliveira Silva foi professor do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Conselheiro do CFP e Coordenador da Comissão de Direitos Humanos, diretor do Instituto Silvia Lane – Psicologia e Compromisso Social. Foi assassinado em janeiro de 2016 no município baiano de Jaguaripe.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

dos direitos humanos como um patamar ético que deveria mediar o relacionamento entre todos os integrantes da sociedade, o que esbarra, no Brasil, com o desafio de superar as desigualdades que separam os grupos sociais privilegiados da imensa massa dos deserdados dos benefícios sociais, e salienta que "cabe à Psicologia e às/aos psicólogas/os um importante papel, engajando-se no desvelamento dos mecanismos subjetivos através dos quais se produzem as legitimações ou invalidações das práticas sociais, que, como tais, favorecem ou mutilam os direitos humanos".

Anuncia o compromisso que a Psicologia deveria assumir, entendendo que:

> […] a primeira empreitada seja a de voltar a nossa capacidade analítica exatamente para a focalização dos saberes e práticas dos psicólogos, de modo a verificar as suas inclinações, os seus compromissos e os seus comprometimentos. Até que ponto eles se identificam com a ampliação dos direitos e das autonomias dos sujeitos e dos grupos sociais e até que ponto eles se colocam na contramão, suscitando o preconceito, patrocinando a discriminação e mantendo o status quo? Através desse material que apresentamos à apreciação dos colegas, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia pretende manter-se fiel ao seu objetivo de contribuir para a elucidação dos nexos existentes entre Psicologia e direitos humanos (SILVA, 2003, p. 6).

Entendia que era chegado o momento de abrir as vias de uma reflexão que nos possibilitasse participar ativamente na construção de uma cultura dos direitos humanos, contribuindo para a elevação do patamar ético da sociedade em que vivemos.

Na mesma publicação, Patto (2003) realiza uma análise das idas e vindas dos direitos políticos, civis e sociais dos 179 anos de história que separavam o ano de 2003 e a primeira Constituição brasileira, datada de 1824. Destaca que nossa primeira Carta Constitucional nasceu com uma marca preocupante, já que foi outorgada pelo primeiro imperador após dissolver a Assembleia Constituinte. Considera que, embora seja inegável que tenha havido progressos,

> […] não fomos capazes de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor. […] A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática (PATTO, 2003, p. 13).

Defende que conhecer o processo histórico de origem desse quadro de desigualdade é:

> […] imprescindível para refletir sobre a natureza política das teorias e práticas da Psicologia. Digo "política" porque endosso a tese de que as ideias não são neutras, não são abstrações que nada devem à realidade social em que foram

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> produzidas. O conhecimento é sempre comprometido, mesmo que seus portadores não saibam disso, e faz parte do exercício do poder em uma sociedade em que predominam a desigualdade, a opressão e a inimizade ou, na melhor das hipóteses, o assistencialismo. Aliás, a filantropia é marca registrada das relações de classe no Brasil, onde os direitos das classes populares via de regra assumem a forma de favor dos "de cima" para com os "de baixo". […] De uma perspectiva crítica, é preciso perguntar: que relações ela mantém com a realidade social que lhe deu origem? Segundo uma linha historiográfica materialista histórica, para pensar a constituição e o significado da Psicologia é preciso situá-la nas relações de produção capitalistas, na ideologia política liberal e na sociedade dividida em classes (PATTO, 2003, p. 14).

Por fim, chegamos a 2005, ano em que, respondendo a tais críticas e proposições e ao momento que o país vivia, o CFP publicou a terceira versão do Código de Ética da profissão, aprovada pela Resolução 10/2005, "Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que consolida o Estado Democrático de Direito e legislações dela decorrentes".

Em sua apresentação, pondera que:

> Códigos de ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; socioculturais, que refletem a realidade do país e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto de normas e imutável no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta (CFP, 2005, p. 5).

Podemos perceber no documento o movimento de transformação conceitual da profissão, que começava a imprimir nas normas que regulamentam o compromisso com os direitos humanos. O código de ética traz como o primeiro de seus princípios fundamentais a orientação de que os profissionais de Psicologia deveriam basear seu trabalho "no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos"; expressa no segundo princípio "o dever de promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e coletividades, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"; e, no terceiro princípio, que o deve "atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural". O sétimo princípio orienta que

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

"o psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código".

Como se pode verificar, nesse período de nossa história profissional o Sistema Conselhos de Psicologia elabora um código de ética que consolida uma atuação profissional pautada em princípios relacionados à defesa dos direitos humanos.

Traçados aqui os apontamentos teóricos sobre a trajetória da Psicologia na defesa dos direitos humanos que se consolida no atual código de ética, trazemos reflexões práticas sobre a relação entre Psicologia e direitos humanos, incluindo tal atuação na interface com a justiça.

Podemos averiguar que a atuação de nossa profissão na interface com a justiça decorre da criminalização da pobreza, da precarização das políticas públicas, da dificuldade de acesso a direitos básicos como saúde, assistência social, educação, renda, cultura e habitação e da extrema judicialização da vida, que cresce ano a ano com o aumento da busca pelo sistema de justiça para a resolução de conflitos interpessoais, institucionais e sociais. Bicalho (2019) alerta que, a despeito de podermos considerar a Psicologia como profissão das políticas públicas, se olharmos no miúdo veremos estar correndo o risco de levar a estas a lógica do individualismo e a do intimismo, ou seja, "podemos ter levado para o campo das políticas públicas aquilo que fazíamos no consultório privado, em espaços mais íntimos" (BICALHO, 2019, p. 16).

Podemos considerar que avançamos, sim, pois a Psicologia tem sido convocada a atuar em diferentes instituições e em práticas diversas, como a adoção de crianças e os programas voltados a combater a violência contra a mulher e o abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como as atuações da Psicologia nos conselhos tutelares, no trabalho com agressores e com a socioeducação de adolescentes e com o sistema prisional, entre outras vertentes.

Por meio da atuação nessas frentes e ancorando-nos na Constituição Cidadã de 1988, fomos instados a dialogar sobre as oposições conceituais redutoras na análise das alternativas à lógica binária que contrapõe vítima e algoz, culpado e inocente, e a entender que é necessário promover uma escuta capaz de considerar a ampliação da autonomia dos atores envolvidos, de perceber as demandas subjetivas e de lidar com as demandas institucionais – que é o grande desafio no atendimento aos que cumprem pena, por exemplo. Em nome da segurança, as restrições impostas pelas instituições não são restaurativas nem ressocializadoras; apenas punitivas.

Na atuação junto às políticas públicas, vale lembrar que nosso código de ética propõe como principais responsabilidades das/os psicólogas/os as de (a) conhecer, cumprir e fazer cumprir esse código e (b) assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais estejam capacitados pessoal, teórica e

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

tecnicamente. O artigo 2.º das responsabilidades orienta que é vedado à/ao psicóloga/o (g) emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica.

Como possibilidade reflexiva trataremos aqui, dentre outras questões com as quais nos deparamos no cotidiano das das comissões e núcleos dos Conselhos de Psicologia, daquelas que são enfrentadas no cotidiano do Núcleo de Psicologia e Sistema Prisional do CRP 14. No contexto deste capítulo, entendemos que um olhar para o Sistema Prisional possa permitir um vislumbre sobre o modo como a Psicologia pode atuar em duas direções: a) na promoção da dignidade humana; b) na reprodução de lógicas reducionistas que conflitam com os princípios defendidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo. Isso se justifica pela histórica precarização das políticas públicas que atuam no Sistema Prisional, e pelas condições degradantes às quais a massa carcerária, muitas vezes, é submetida. Então, destacar o modo como a Psicologia se aproxima desse cenário tão complexo, pode permitir identificar o potencial que o Código de Ética carrega e como ele deve ser devidamente compreendido na promoção da integridade do ser humano.

Nesta direção, neste núcleo, sentimos a necessidade de desenvolver ações com orientações aos profissionais de Psicologia que fazem avaliações no sistema prisional quanto à observância das normas de nossa profissão, como a resolução CFP 6/2019. Esta resolução traz orientações aos profissionais sobre a elaboração de documentos decorrentes de avaliações psicológicas. Assim, espera-se que o profissional que realiza avaliações psicológicas conheça tais orientações, embora nem sempre isso aconteça. Muitas vezes o profissional faz cursos e especializações em avaliação psicológica, mas alguns desses cursos ficam datados, ou seja, portam concepções que são superadas por novos conhecimentos, e nem sempre a/o psicóloga/o acompanha tais transformações – o que é bem preocupante.

As orientações da resolução 6/2019 foram produzidas em decorrência de que a Psicologia no Brasil tem se deparado nos últimos anos com demandas sociais que exigem das/dos psicólogas/os uma atuação transformadora e significativa, que assumam papel mais ativo na promoção e respeito aos direitos humanos, ponderando as implicações sociais decorrentes da finalidade do uso dos documentos que produzem. A quem esse documento atende e para quê?

Nas recomendações referentes às especificações técnicas, por exemplo, a resolução recomenda que os documentos resultantes da prestação de serviços psicológicos devam considerar a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do fenômeno psicológico – o que significa que não é possível realizar uma avaliação psicológica sem considerar as condições históricas e sociais dos sujeitos analisados.

Mas tanto no Núcleo de Psicologia e Sistema Prisional como na atuação no Comitê de Ética do CRP 14/MS, nos deparamos com documentos que

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

traziam afirmações taxativas, sem considerar as condições sociais e históricas dos indivíduos avaliados.

Resta evidente que nas últimas décadas a Psicologia brasileira vem conseguindo superar em muitas frentes a atuação conservadora, havendo assumido, especialmente junto às políticas públicas, seu empenho na defesa da democracia e dos direitos humanos e o compromisso social com a realidade social calcada na desigualdade, ciente de que lhe cabe prosseguir a análise crítica do funcionamento da sociedade e do sistema de justiça, buscando desvendar a natureza dos conflitos e das injustiças subjacentes a este. Ao apontar a responsabilidade do Estado e das instituições sociojurídicas na produção e manutenção da desigualdade, a Psicologia brasileira pode continuar atuando em prol da transformação social, fazendo jus ao compromisso com nossa ciência e nossa profissão.

Entretanto, para que cumpramos com tal compromisso, é necessário conhecer a profissão e as normas desta. Muitos dos problemas éticos que as/os psicólogas/os têm decorrem da falta de conhecimento sobre sua própria regulamentação profissional. A falta desse conhecimento e do compromisso com a defesa dos direitos humanos fica patentemente evidenciada nos documentos produzidos por profissionais que atuam na interface com a justiça. São relatórios e laudos psicológicos que costumam ser denunciados nas representações contra psicólogas/os nos conselhos regionais.

Outrossim, a Psicologia brasileira tem imprimido uma marca de excelência na produção de orientações aos profissionais. Temos resoluções e orientações em muitas áreas de atuação. Temos o CREPOP, um centro de Psicologia e políticas públicas que produz referências técnicas, políticas e éticas para a atuação junto às políticas públicas. Penso ser importante conhecermos ao menos minimamente essas produções e que não há a menor possibilidade de atuarmos na interface com a justiça, nos diversos programas em que conquistamos um lugar, sem conhecimento das normas e resoluções produzidas pelo conselho que regulamenta nossa ciência e profissão, e muito menos sem o compromisso com a defesa dos direitos humanos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ARANTES, E. Como a Psicologia pode contribuir com a justiça e como se manter uma ciência autônoma nessa interface? *In*: CRP SP. **Cadernos temáticos CRP SP**: Psicologia e justiça: interfaces. São Paulo: CRP SP, 2019.

BICALHO, P. P. Psicologia e justiça: construção de outros processos. *In*: CRP SP. **Cadernos Temáticos CRP SP**: Psicologia e justiça: interfaces. São Paulo: CRP SP, 2019.

BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**: resolução CFP 010/05. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia e democracia**: nenhum direito a menos: anais do VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://direitoshumanos.cfp.org.br/.

FURTADO, O. Psicologia para fazer a crítica, a crítica para fazer a Psicologia. *In*: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009.

LACERDA JUNIOR, F. Colocando a Psicologia contra a ordem: introdução aos escritos de Ignacio Martín-Baró. *In*: MARTIN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Junior. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTIN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Junior. Petrópolis: Vozes, 2017.

MERANI, A. **Psicologia e alienação**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

MONTERO, M. Perspectivas y retos de la Psicologia de la liberación. *In*: VÁSQUEZ ORTEGA, J. J. (org.). **Psicologia social y liberación em América Latina**. México: UAM; Iztapalapa, 2000.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PATTO, M. H. S. Direitos humanos e a atuação na educação. *In*: CFP; CNDH. **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos**. Brasília: CFP; CNDH, 2003. Disponível em: https://cfp.org.br.2004/05.cartilha_dh.

PATTO, M. H. S. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-educação. *In*: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. V. O. Apresentação. *In*: CFP; CNDH. **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos**. Brasília: CFP: CNDH, 2003. Disponível em: https://cfp.org.br.2004/05.cartilha_dh.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SEÇÃO II

QUESTÕES EMERGENTES E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O PSICÓLOGA/O

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A SOCIEDADE EM REDE:
a questão digital e a Psicologia

Caroline Assis Barbosa[1]
Simone Silveira Cougo[2]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) modernas, como os computadores, o acesso à internet e os celulares, estão revolucionando a forma como as pessoas se comunicam, socializam, buscam, adquirem conhecimento e trocam informações. O mundo está em processo de transformação estrutural há mais de duas décadas. É um processo multidimensional, mas está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas TICs, que começou a tomar forma nos anos 60 e se difundiu de forma desigual por todo o mundo. Sabe-se que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que as utilizam (CASTELLS; CARDOS, 2005).

Sobre esse aspecto, Scorsolini-Comin (2014, p. 448) acrescenta que:

> Na era do hiperconsumo as fronteiras entre velho e novo tornam-se tênues, de modo que a transição de uma condição a outra ocorre sem que, necessariamente, declaremos as distinções entre elas. O velho e novo também convivem e se redefinem constantemente, sendo um desafio conceituar o que se alinha a uma condição ultrapassada e aquilo que imprime um novo caráter a uma dada noção. Cada vez mais, o conceito de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) tem sido substituído pelo de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) reforçando que não se trata mais de novidades, haja vista que as tecnologias digitais são constantemente revistas e incrementadas, de modo que as noções são dinâmicas e o mundo é marcado pelo acelerado fluxo de transformações.

O consumo de TDIC é a segunda maior categoria de atividade depois do trabalho, vive-se com a mídia e pela mídia, a exposição produz efeitos cerebrais e comportamentais. Experimenta-se uma sociedade de controle, em que o

1 Psicóloga; especialista em Dependências Tecnológicas, especialista em Transtorno do Controle do Impulso pela Cognitiva Scientia. Voluntária no Laboratório de Transtornos do Impulso no Instituto de Psiquiatria do HC-USP. E-mail: carolineassisb59@gmail.com.

2 Psicóloga, especialista em Avaliação Psicológica, especialista em Terapia Cognitivo-comportamental – ITCC/MS e Mestra em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: psicologasimonocougo@gmail.com

comportamento é modulado pelo jornalismo informativo, manipulação de mídia e modulação algorítmica, envolvidos por um capitalismo de vigilância.

As redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nas redes é caracterizada pela globalização, flexibilidade e interatividade.

Segundo Castells, as redes constituem a nova morfologia social das sociedades modernas. Ele acredita que há uma desconexão radical na sociedade contemporânea trazendo um maior senso de autonomia devido à tecnologia. Ele fala de como essa mudança histórica foi provocada pelo advento das novas tecnologias da informação, particularmente aquelas para fins de comunicação. Uma série de grandes transformações sociais, tecnológicas, econômicas e culturais se uniram para dar origem a uma nova forma de sociedade (CASTELLS, 2000).

A definição em termos de uma sociedade em rede é uma sociedade onde as principais estruturas e atividades sociais são organizadas em torno de redes de informação processadas eletronicamente. Portanto, não se trata apenas de redes ou redes sociais, porque estas são formas muito antigas de organização social, trata-se de redes sociais que processam e gerenciam informações e estão usando tecnologias baseadas em microeletrônica.

As redes não são uma nova forma de organização social, elas se tornaram uma característica chave da morfologia social, essencialmente são novas formas de velhos processos. Isso se deve em grande parte às tecnologias de comunicação, por exemplo, a internet ou telefones celulares, que aumentam a descentralização das operações e o foco de controle que, por sua vez, aumentam a eficácia das redes em relação às estruturas hierárquicas.

A sociedade em rede é composta de redes de produção, poder e experiência, que constroem uma cultura de virtualidade nos fluxos globais que transcendem tempo e espaço. O pressuposto de que as tecnologias da informação trouxeram uma nova forma de organização social, que foi conceituada como a sociedade em rede, é o ponto de partida na ascensão da sociedade em rede. Na sociedade em rede as transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas são produzidas e reproduzidas por meio das interações digitais dos indivíduos.

Castells (2002) menciona sobre os efeitos da revolução da tecnologia da informação na globalização, como forma de reorganização do sistema capitalista no quadro das relações de produção, experiência e poder. Ele conceitua esse novo sistema econômico como capitalismo informacional. E enfatiza novos caráter construtivo das tecnologias da informação sobre a identidade.

Para Castells (2002), após essa revolução, pela primeira vez na história, a humanidade tornou-se o próprio poder de fabricação em vez de ser o sujeito decisor dos processos de produção. Este é o resultado da crescente coesão entre

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

a mente e as máquinas, da criação da internet e seu processo de expansão com tecnologias de rede, divisão tecnológica e contexto social de transformação. Então, é possível dizer que nesse momento se estabeleceu o paradigma da tecnologia da informação. Foi estabelecido considerando atores, sites e modelos da revolução da tecnologia da informação. O cerne dessa transformação são as tecnologias de informação e comunicação.

O caráter e os componentes da "Economia Informacional", que se expressam como uma nova ordem econômica com base na informação é a razão pela qual a economia é definida como "informacional" em vez de apenas ser baseada na informação é porque exige uma nova organização social e aproxima essa organização social de si mesma. Dentro desse contexto, Castells (2022) vislumbra a globalização e as redes como componentes da economia.

No século XX, as novas tecnologias da informação tornaram-se o mecanismo básico em todas as estratégias que são utilizadas para a maximização do lucro. A concorrência insiste em novas regras e tecnologias, tanto em nível local quanto global, e aquelas, que não conseguem adaptá-los, estão sendo excluídas do sistema econômico.

Reafirmando o exposto, Silva, Pereira e Morais (2018, p. 88) reafirmam que:

> Assim, a nova revolução tecnológica encontra-se na base da economia globalizada e informacional, em curso, em que há redefinições de localizações espaciais das atividades econômicas e em que tem havido uma profunda transformação da forma urbana, ou seja, o surgimento da "cidade informacional" ou a cidade de uma sociedade que opera em rede.

Economia informacional

A nova economia que se materializou com o advento da era tecnológica espaço e tempo, deixaram de ter existência independente da ação humana. Entende-se que a composição de ambientes de fluxos tem sido permitida pelo progresso da tecnologia da informação, ao possibilitar que os espaços interajam sem precisar considerar a inexistência de contiguidade espacial.

De tal modo, a revolução da tecnologia da informação constitui-se o alicerce dessa nova economia que está se consolidando, que sem ignorar os ambientes, atua cada vez mais em nível mundial, motivada, necessariamente, pela internet que se constitui a base tecnológica para a instituição dessa nova forma de se fazer economia na era da informação, considerando que a informação é um tipo de insumo fundamental para a ampliação de um extenso universo de atividades sociais, em peculiar, as econômicas.

É possível afirmar que o caráter definidor da economia da informação é o desenvolvimento de uma nova lógica organizacional, que está relacionada com

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

o processo de transformação tecnológica, mas não diretamente dependente deste processo. Neste contexto, um esquema de rede, que envolve cultura da economia informacional, instituições e práticas organizacionais foi incluído. Nesse sentido, um fluxo histórico, que contém a transição da produção em massa para a produção flexível, a crise das grandes corporações, o surgimento da gestão-trabalhador-cooperação, controle de qualidade total, alianças estratégicas corporativas, estabelecimento de uma rede, foi seguido.

Castells (2002) explica o estabelecimento da instituição em rede através deste processo também. Ele enfatiza que as redes de computadores são as condições *sine qua non* do estabelecimento das empresas, das alianças estratégicas, da execução dos trabalhos de empreitada e da instituição da complexa rede de pequenas unidades de processo de decisão independente. Considerando que a criação de redes não permite apenas acompanhar com informações constantemente atualizadas, mas também possibilita o compartilhamento de custos e riscos, é muito difícil ficar de fora dessas redes.

Castells (2002) também correlaciona a tecnologia da informação com as transformações das práticas de trabalho e das formas de emprego. Nesse contexto, legendas como trabalho flexível, economia moldada pelo setor de serviços, novas estruturas ocupacionais foram avaliadas pelo autor e segundo ele, as tecnologias da informação e reestruturação das relações trabalho-capital por meio dessas tecnologias deve ser considerada com as noções de "dualismo social" e "Sociedades Fragmentadas" e enfatiza que não existe uma força de trabalho global, mas sim que a força de trabalho está se tornando mais dependente uma da outra globalmente.

Castells(2002) fala também da integração de comunicações eletrônicas que se entrelaçam com comunicações por computador, novas mídias e redes sociais, e define essa integração como "a cultura da virtualidade real". A Internet é a ferramenta de comunicação universal, interativa e informatizada da era da informação, e a comunicação mediada por computador é baseada na interação. A cultura da virtualidade real é fruto do forte impacto do novo sistema de comunicação que é determinado por interesses sociais, políticas governamentais e estratégias empresariais. Os sujeitos desses processos são as audiências interativas plurais e massivas que se definem como "comunidades virtuais".

Sobre a cultura da virtualidade real, Souza, Valentim e Canal (2017, p. 126) esclarecem que:

> As redes sociais, constituem-se um espaço adequado para que atores sociais se organizem, criem estruturas e divulguem seus objetivos e, com isto, surja um dado movimento ou manifestação. O movimento, assim, estruturado nas redes sociais ganha depois vida real nas organizações nas ruas por meio da comunicação face a face. A rede social não somente se constitui como um agente de mobilização social, mas também fomenta nas pessoas a liberdade

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> de expressão que as torna capazes, principalmente, de reivindicar seus direitos e compartilhar o mesmo intuito com os demais.

Pode-se dizer, portanto, que essas relações entre novas mídias e redes sociais, enfatizam a criação e reprodução de uma cultura que inclui todas essas relações e transformações. Considera-se também que as comunidades virtuais, que são os temas da interação comunicação em um ambiente multimídia, também constitui hoje a cultura da virtualidade real.

Para Castells (2002), o espaço e o tempo estão sendo transcendidos nas práticas sociais devido à capacidade de fazer tudo de qualquer lugar graças à capacidade de contato perpétuo onipresente nas tecnologias de comunicação. Ao contrário de muitas teorias clássicas das ciências sociais que assumem que a extensão era dominada pelo tempo, Castells supõe que na sociedade em rede o espaço organiza o tempo.

O desenvolvimento do setor de serviços e o fluxo global de informações são os componentes que constituem o novo espaço industrial. De acordo com isso, o tempo está ficando mais flexível e o espaço está ficando mais singular, pois as pessoas estão se movendo para frente e para trás entre os espaços de maneira mais móvel. Neste ponto, ele examina a transformação da vida urbana, que indica a dimensão espacial das transformações informacionais, econômicas e socioculturais e oferece uma tipologia desse espaço (CASTELLS, 2002).

O espaço de fluxos desempenha um papel central na visão de Castells sobre a sociedade em rede, é uma rede de comunicações, definida por hubs onde essas redes se cruzam. As sociedades não estão presas a um lugar específico, mas sim ao espaço dos fluxos. Ele argumenta que enquanto as organizações estão localizadas em lugares, a lógica organizacional não tem lugar, sendo fundamentalmente dependente do espaço de fluxos que caracteriza as redes de informação.

Esse espaço de fluxos é o que Castells chama de espaço dos lugares, que inclui comunidades regionais e estados-nação. Pode-se ver que enquanto o espaço dos fluxos pode ser abstrato em termos sociais, culturais e históricos, os lugares são condensações da história humana, cultura e matéria. Dessa forma, a oposição ao espaço de fluxos de várias redes se manifesta na forma de comunidades baseadas em lugares. Assim, enquanto o espaço de fluxos consiste em circuitos globais de informação, por exemplo, a internet, o espaço de lugares é dominado por decisões e têm territórios delimitados ou localidades aparentemente fixas.

As observações de Castells têm profundas implicações para o que significa comunidade na sociedade contemporânea. Por meio dessas definições ele desenvolveu a noção de tempo atemporal, que ele via como um índice de mudança social. Acredita ele que o tempo se tornou mais complicado e as sequências da vida estão se tornando embaralhadas. Espaço e tempo são experiências fundamentais

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

da vida social, mas estão sendo transcendidas na prática social, por exemplo, os usuários do "Skype" podem falar uns com os outros em qualquer número de países diferentes a qualquer momento e toda a comunicação é instantânea.

Sendo assim, o fluxo dos espaços, dissolve o tempo ao romper a ordem dos acontecimentos, tornando-os simultaneamente prevalentes na sociedade. Com as novas tecnologias de comunicação o tempo é comprimido. Além disso, a cultura da virtualidade real contribui para a transformação do tempo com os conceitos de "simultaneidade" e "atemporalidade". O fato de o capital ser independente do tempo e da cultura e escapar do relógio flexibilizou e tornou-se distintivo para a estrutura da sociedade em rede com o surgimento das novas tecnologias da informação (CASTELLS, 2002).

Relações de trabalho em transformação

Castells (2002) também enfatiza que na sociedade em rede ocorreram condições de economia irreal, e enquanto o capital está sendo controlado globalmente, o trabalho está ficando individualizado. Dessa forma não traça um quadro otimista do futuro. Para ele é o início de uma nova existência e, de fato, o início de uma nova Era, a da Informação, marcada pela autonomia da cultura vis-à-vis as bases materiais da existência humana. Mas este não é necessariamente um momento emocionante, porque, sozinho, cada um em seu mundo humano, terá que olhar no espelho da realidade histórica e é possível que não goste do que verá.

Verificou-se nas discussões apresentadas até o momento, principalmente a partir das colocações de Castells (2002) e Castells e Gustavo (2005) que as TICs são instrumentos empregues na representação, processamento e distribuição de informação/conhecimento para indivíduos e instituições através dos meios tecnológicos digitais. As TICs, abrangendo a internet, encontram-se presentes na vida de todas as pessoas na atualidade, seja de forma direta ou indireta e têm causado impacto e proporcionado transformações significativas na vida e nas relações interpessoais e profissionais, assim como nas formas como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo.

É fato que a utilização das tecnologias digitais de forma consciente e moderada proporciona numerosos benefícios para distintas áreas, como a saúde, ocasionado pelo avanço da medicina e na descoberta de novas técnicas e instrumentos nessa área, bem como o acréscimo de informações relativos ao contexto da medicina; na educação, por meio de produção de conhecimentos específicos do mundo inteiro; no trabalho, com a otimização da economia pela rapidez com que ocorrem as relações comerciais; e, nos relacionamentos interpessoais, pela facilidade e praticidade da comunicação (CASTELLS, 2013).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Sobre esse aspecto, Castells e Gustavo (2005) o advento do rádio, seguido pela televisão e pela internet modificou o modo pelo qual as pessoas se comunicam, se relacionam, se informam e se representam, contribuindo para aumentar as chances de solidão, sensações de alienação e depressão; levando a um declínio do convívio familiar, bem como, no círculo social. Há o fenômeno da cognificação das coisas e a substituição é a rede, que reforça a tendência da privatização da sociabilidade, permitindo vínculos cibernéticos. Essa mesma rede é apropriada para geração de laços fracos múltiplos, facilitando a ligação de pessoas com diversas características sociais, expandindo assim os vínculos sociais numa sociedade que parece estar passando por uma rápida individualização com um custo em cima das discussões desinibidas e comentários sinceros que gira em torno do cancelamento.

Corroborando com o exposto, Azevedo, Nascimento e Souza (2014, p. 149) ressaltam que:

> […] tornou-se evidente que as atuais tecnologias e suas aplicações possibilitam novos arranjos sociais e psíquicos, mudando paulatinamente o comportamento individual e coletivo. Vários autores conceituam a Cibercultura como o (não) lugar, permitindo e ofertando múltiplas possibilidades de leituras e tornando-se uma extensão de nossos desejos, mais que uma simples ferramenta tecnológica. Nessa perspectiva, essa nova tecnologia se entranha e se ramifica nas mais variadas concepções, tornando-nos dependentes não apenas no sentido patológico, mas, principalmente, por permear nossas manifestações culturais, econômicas, sociais e psicológicas.

Deste modo, constata-se que as TICs têm produzido forte impacto nos mais distintos aspectos: político, social, profissional, dentre outros. No aspecto social tem servido como ferramenta integradora dentro de um contexto interpessoal, gerando, novas tendências, intervindo de forma direta e indireta nos processos comportamentais patológicos ou não.

O avanço da tecnologia e o consequente advento da internet, da cibernética e da robótica, trouxe não só inúmeros benefícios nas mais distintas áreas, mas também contribuiu para que aparecessem múltiplos problemas pertinentes ao mundo do trabalho. Essas novidades e transformações tecnológicas se, por um lado, ocasionam melhorias econômicos para as organizações e para vários fatores relacionados ao cargo do trabalhador e até mesmo para o próprio trabalhador, por outro, produzem problemas humanos e sociais que têm sido objeto de intenso debates por causa das implicações à saúde mental do trabalhador. O advento das TICs no contexto de trabalho tem ocasionado implicações positivas e também negativas que incidem na qualidade de vida do trabalhador e que, portanto, não podem ser ignoradas (CARLOTTO; CÂMARA, 2010).

O fato é, a cultura do infotenimento e da multimídia parece produzir uma diferenciação sociocultural levando à segmentação e formação de comunidades virtuais, com estratificação entre os usuários, induzindo um padrão cognitivo comum, construindo um novo ambiente simbólico, transformando a virtualidade em realidade. Este novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, dimensões fundamentais da vida humana (CASTELLS; GUSTAVO, 2005).

Transformações para a Psicologia

Dentro desse novo contexto não tem como o profissional de Psicologia ficar alheio a todas essas transformações e às consequências que elas têm para a saúde mental de toda uma sociedade, em todas as partes do mundo, haja vista que a tecnologia da informação é uma tendência mundial, ainda que tenha maior impacto em determinados contextos do que em outros. Para Hallberg e Lisboa (2016) as/os psicólogas/os, em seus múltiplos espaços de atuação, em particular no contexto clínico, igualmente são influenciados pelas ferramentas digitais, tanto em suas vidas pessoais como na sua na prática profissional.

Sendo assim, as/os psicólogas/os precisam estar preparados para atuar nesse novo contexto, tanto em relação às novas dinâmicas sociais e a interferência que elas podem ter na vida psíquica das pessoas como também conhecer as novas ferramentas tecnológicas que podem ser utilizadas no contexto do atendimento clínico, a fim de instrumentalizar a sua prática profissional.

No contexto da realidade brasileira essa discussão é bastante pertinente, principalmente a partir da explanação feita por Stoque *et al.* (2016, p. 95).

> Apesar das vantagens do uso da tecnologia na educação, o uso das TICs na formação de psicoterapeutas ainda é escasso na literatura no Brasil. Tal afirmativa é evidenciada por uma busca não sistemática por artigos que articulam esse tema nas bases de dados do Portal da Capes na qual foram encontrados apenas artigos internacionais. Há relatos sobre o uso de inovações técnicas, como o uso de gravações em vídeo das sessões bem como o uso de softwares de videoconferência para supervisões, dentre outros. Entretanto, não foram encontradas publicações teóricas discutindo o uso das TICs como um novo ambiente de aprendizagem. Observa-se que pesquisas e discussões no âmbito nacional sobre estas novas práticas parecem ainda incipientes.

Lidar com as TDIC não se trata exclusivamente de uma precisão, o ambiente virtual e as tecnologias vieram para ficar. Trouxeram agilidade e conectividade. Não há limites para as possibilidades no digital, por esta razão, incluir as tecnologias na aprendizagem pode instigar alunos e futuros profissionais da psicologia a

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

buscarem incessantemente o conhecimento de forma contextualizada, ao mesmo tempo, concreta e abstrata. Não menos importante há de se fomentar pensamento críticos, habilidade a qual nos novos tempos é imprescindível para formação profissional, vivemos em tempos de subjetividade ameaçada, em que o algoritmo dita o que vamos consumir e cada vez mais nos coloca em uma bolhas digitais confortáveis, cujo funcionamento nada mais é que um espelho no qual as opiniões com as quais concordamos se refletem e se replicam. Nos dando a sensação de que "todo mundo pensa a mesma coisa". Nosso papel enquanto promotores de saúde é de sermos mediadores e de sujeitos implicados.

Por fim, as nuances do pensamento de Castells em *A sociedade em rede*, o papel da formação e atuação do profissional de psicologia frente aos desafios do "Novo mundo digital" demonstram serem temas promissores na área da psicologia, pois implicam em possibilidades de intervenção com os indivíduos e as coletividades.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. C. *et al.* Dependência digital: processos cognitivos e diagnósticos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER-PUC, 9., 8-10 dez. 2016, São Paulo. **Anais** […]. São Paulo: PUC, 2016.

AZEVEDO, J. C.; NASCIMENTO, G. do; SOUZA, C. H. M. de. Ciberdependência: o papel das emoções na dependência de tecnologias digitais. **Revista Texto Livre**: linguagem e tecnologia, v. 7, n. 2, p. 148-161, 2014.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. O Tecnoestresse em Trabalhadores que Atuam com Tecnologia de Informação e Comunicação. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, p. 308-331, 2010.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. e ampl. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. [*S. l.*]: Paz e Terra: 2002. v. 1.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CASTELLS, M.; GUSTAVO, M. **A sociedade em rede**: do conhecimento à ação política. Conferência promovida pelo Presidente da República. 4 e 5 de março de 2005. Centro Cultural de Belém. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

HALBERG, S. C. M.; LISBOA, C. S. de M. Percepção e Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação por Psicoterapeutas. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 4, p. 1181-1193, 2016.

SCORSOLINI-COMIN, F. Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 447-455, set./dez. 2014.

SOUZA, C. de O.; VALENTIM, R. P. F.; CANAL, Fabiana Davel. As redes sociais e as transformações sócio-culturais. **Revista Ambiente Acadêmico**, v. 3, n. 2, p. 120-134, jul./dez. 2017.

STOQUE, F. M. V. *et al.* Tecnologias da informação e comunicação e formação do psicólogo clínico. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 12, n. 2, p. 91-99, 2016.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PSICÓLOGA/O NA ERA DIGITAL – CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL

Nara Helena Lopes Pereira da Silva[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a mediação tecnológica nos atendimentos psicológicos, bem como as influências da evolução digital na identidade da/o profissional psicóloga/o. Iniciamos com reflexões sobre a integração entre tecnologia e Psicologia. Discutimos algumas crenças e barreiras para o desenvolvimento da área, como a necessidade da presença orgânica e partilha do ambiente e o pouco conhecimento científico sobre o fenômeno *on-line*. Apresentamos quatro pilares para reflexões sobre a atuação *on-line*, referentes aos domínios ético, tecnológico, clínico e cultural. Para concluir, discutimos sobre a identidade do profissional na era digital, com destaque para a cibercultura, a identidade multifacetada e a necessidade de letramento digital como exercício profissional e ação de cidadania.

Evolução tecnológica e campo psicológico

Há algumas décadas, o desenvolvimento das áreas da Tecnologia e da Psicologia aparentavam visar objetivos distintos, contrapostos, orientados a vias supostamente diferentes e que podem realçar concepções dicotômicas entre homem/máquina, vida *on-line*/off-line. Entretanto, a revolução digital em um novo estado de maturidade une tais campos de saberes. No cenário Internacional, assistimos à inserção de tecnologias aplicadas aos cuidados psicológicos cada vez mais fluídas e capazes de simular, estender e amplificar funções sensório-motoras, psicológicas e cognitivas, mediadas pela natureza dinâmica desse universo (BARBATO; NATALE, 2017).

O desenvolvimento das tecnologias de informação e o avanço da Internet, por sua vez, tem transformado a história da comunicação, tornando-a mais acessível, eficiente e veloz. Gradativamente, a dinâmica que caracteriza as nossas relações, a forma de concebê-las e nossas próprias premissas, assim como nossas

1 Psicóloga clínica e pesquisadora, com pós-doutorado pelo IPUSP (FAPESP 2018/11351-2). Especialista em Mediação Tecnológica em Psicologia, Psicoterapia Online e Fenomenologia. E-mail: nara.helena@gmail.com.

trocas sociais e culturais, tornam-se experiências inéditas e diferenciadas. Surgem modos diferentes de desejar, de aprender, de trabalhar, de compartilhar espaços, de interagir e de experimentar emoções. Tais transformações plasmam um futuro com desdobramentos. Esses acontecimentos modificam, também, a linguagem e os processos mentais que, gradativamente, ressoam outros modos de vivenciar as doenças e os sofrimentos, modificando, também, as formas de diagnóstico e de tratamento (BARBATO; NATALE, 2017).

Abordar a mediação tecnológica na Psicologia significa percorrer um caminho que se constituiu de modo confuso, com hipertextos e excesso de ruídos. Habituamo-nos, em sua primeira dimensão, a uma vivência híbrida cansativa, provisória e de síntese. Significa, também, recolocar as ciências humanas diante da necessidade de incluir a psicodinâmica das relações pessoais na Internet, mas também, de considerarmos e desenvolvermos aplicações psicológicas próprias ao *on-line*, em busca dos elos de continuidade, integração de saberes, mantendo-se suas respectivas distinções. Significa, fundamentalmente, abandonar as questões de "se", assim como as teorias *a priori*, em benefício da intrigante questão de "como": não estamos falando "se" é possível o fazer psicológico acontecer mediado pela Internet, mas "como", seus contextos, especificidades, potencialidades e fenomenologias podem ser apreendidos e desenvolvidos. Distanciar-se de um olhar naturalizado e ingênuo, em direção à uma compreensão de suas especificidades, de seus diversos ambientes e ferramentas que se cruzam na rede e consolidam novas "comunidades", a partir de um denominador comum, a Internet. Significa dispor-se a compreensão, através de uma atitude consciente e humilde, curiosa e apreensiva, que visa a uma escuta atenta dos discursos narrados por aqueles que já habitam e vivem na Internet. E por fim, compreender que com o desenvolvimento digital nossas vivências cotidianas não serão como antes, a começar pelas nossas certezas reconfortantes, nossas verdades e nossos paradigmas teóricos (MERCIAI, 2001).

Nesse contexto, assistimos a um esmaecimento da hierarquia entre os domínios de saber, com a ascensão de diversificadas compreensões sobre "verdades" e da fragilização de saberes historicamente instituídos. No âmbito cultural, o ato de conhecer através do *on-line* acontece em perspectivas poliédricas, que repercutem no modo como percebemos o tempo e o espaço. Assim também se modificam nossas experiências de corporeidade. O fenômeno *on-line* é evidenciado em suas características de amplificação, infinitude, dinamicidade, fugacidade e não-linearidade, através de aparecimentos derivados de uma multiplicidade de perspectivas e de compartilhamentos instantâneos, no formato de janelas (Windows) e ícones que não circunscrevem uma linearidade do conhecimento e do tempo. Modificam-se, portanto, a esfera dos valores e rompem-se com paradigmas e concepções preestabelecidas. Transformam-se os modos de perceber, assim como

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

as vivências de espacialidade, de temporalidade e de corporeidade. A multiplicidade de vivências *on-line* amplia, também, as apreensões sobre o sentido da vida concreta, solicitando outras atitudes e requisitos ao campo do saber psicológico. Os valores, as normas, os modos de se relacionar com o mundo e com o outro tornam-se independentes da matéria e do espaço, com o compartilhamento ilimitado de experiências interculturais (SILVA; MORUJÃO, 2021).

Os estudos da psique aliados à evolução tecnológica solicitam um reposicionamento do profissional diante de um universo no qual não se cabem questionamentos dicotômicos sobre bem/mal, bom/ruim, *on-line*/*off-line*, humano-máquina. Não se trata de investigarmos "se" acontecerá ou não, mas sim de compreendermos "como" vivemos e agimos na vida com a mediação do universo *on-line*. Para além disso, trata-se de desnaturalizar os dispositivos digitais enquanto objetos físicos úteis no cotidiano e a considerar a necessária discussão sobre a consciência implicada, não apenas nos valores de uso, mas também no alavancamento evolutivo humano. Trata-se, portanto, de um convite para reflexões sobre como vivemos o e no universo digital e, também, como desenvolvemos um campo científico apto a instrumentalizar intervenções e conhecimentos compatíveis com as necessidades e as potencialidades (SILVA; MORUJÃO, 2021).

Psicóloga/o Digital

As implicações que a tecnologia traz à profissão individua ações necessárias e estratégicas ao desenvolvimento e à promoção da profissão, bem como à sensibilização e ao cuidado com as pessoas atendidas. De que modo o impacto das tecnologias está mudando a profissão da/o psicóloga/o? Conforme orientações *Consiglio Nazionale Ordine degli Psicologi* (CNOP, 2017), primeiramente devemos reconhecer o caráter heterogêneo do universo *on-line*, dos dispositivos, ferramentas, modalidades de socialização e integração e suas inúmeras possibilidades. Dentre estas, alguns temas macros podem ser destacados, a saber:

Acesso às informações – o universo digital individua novas formas de conhecimento e de busca de informações. Traz influências, também, quanto a maneira como buscamos saber a respeito de nossa própria saúde e bem-estar, enquanto cidadãos usuários e consumidores de informação. Dessa forma, a busca *on-line* sobre a saúde ressignifica o relacionamento com as figuras profissionais, visto que as exigências de conhecimento e de informação são livremente acessíveis pelos recursos digitais. Como ponto relevante de reflexão, essas mudanças repercutem na atuação profissional, na medida em que a comunicação *on-line* estabelece uma nova linha de difusão do conhecimento. Porém, há, também, uma mistura entre a vida pessoal e profissional, em especial, são tênues os limites entre a imagem pessoal e profissional no digital. Uma adequada imagem profissional *on-line*

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

pode ser atrelada à promoção da profissão da/o psicóloga/o. Além da atitude do profissional, a estruturação de ações político-estratégicas que melhorem a legitimidade dos pressupostos e princípios da categoria podem ser aspectos importantes para o estabelecimento da comunicação *on-line* e para o controle da difusão de informações falsas (CNOP, 2017).

Mediação digital nas intervenções psicológicas – as tecnologias digitais podem auxiliar nos tratamentos psicológicos. Oferecem funcionalidades, que necessitam de estudos e de pesquisas que validem o desenvolvimento de novos instrumentos e de recursos terapêuticos. Além disso, algumas tecnologias substitutivas surgem e reposicionam as ofertas, os benefícios e o perfil de demanda, consolidando um novo campo de saber e de ação, especialmente, no que se refere ao desenvolvimento e à regulamentação das inovações (CNOP, 2017).

Cultura do uso dos dispositivos digitais e sociais – algumas tecnologias podem repercutir em potenciais riscos para as pessoas (*cyberbullying*, estigmas, violência, isolamento, dependência, entre outros). Como exemplo, as diversas formas de violência presentes na sociedade já compõem muitos cenários virtuais, e o que muda na dimensão digital é a intensidade e poder de destrutividade que a rápida propagação de informações propicia (SILVA, 2020). Nesse sentido, podemos refletir sobre a importância de o profissional reconhecer as nuances dos relacionamentos, avaliando como elas ocorrem no mundo digital e atuar quando da amplificação dos sofrimentos, através de ações interventivas e psicoeducativas. Conhecer a cultura digital parece ser relevante para superar pré-juízos e preconceitos sobre as intervenções *on-line*.

Diversos outros temas permeiam as transformações no campo de intersecção entre Psicologia e tecnologia. O acesso à informação, as intervenções mediadas e o conhecimento da cultura *on-line* são algumas das possibilidades de sistematização e compreensão do fenômeno. O profissional pode buscar melhores formas de se informar e atuar, com claro discernimento sobre como se mostram as diferentes faces da cultura digital e, também, sobre como desenvolver e utilizar a própria imagem digital profissional, seguindo os preceitos éticos e benéficos aos usuários. Entretanto, ainda que os recursos tecnológicos sejam temas relevantes à construção de novos conhecimentos no campo da Psicologia, há lacunas no desenvolvimento e no incentivo à promoção do uso potencial dos recursos terapêuticos *on-line*. Tais lacunas são, em geral, motivadas por ceticismo quanto à eficácia das intervenções *on-line*.

Em estudo exploratório qualitativo, cujo objetivo foi avaliar a percepção de profissionais brasileiros acerca das orientações psicológicas *on-line* (SIGMUND; LISBOA, 2015), e no qual entrevistas foram utilizadas como instrumento, os autores concluem que a mediação digital foi considerada uma prática secundária ao atendimento em consultório físico. Apontam, ainda, que dentre as vantagens,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

foram listadas: maior liberdade de expressão relacionada a sensação de anonimato, além da facilidade espacial e temporal. Entretanto, além de ser considerada uma prática secundária, dentre as desvantagens os participantes relataram a sensação de impessoalidade, falta de interação corporal e dificuldade de expressão das emoções. Além desses fatores, notaram que alguns profissionais se opõem à prática, porém sem críticas fundamentadas para tal.

A adoção de concepções acríticas e de premissas sobre a eficácia das diversas possibilidades terapêuticas no ambiente *on-line*, é permeada por posicionamentos judicativos que configuram um duplo problema para avanços na área: primeiro, freia e pouco incentiva a exploração de formas alternativas de intervenções; segundo, evita o confronto necessário das avaliações, premissas e dogmas estabelecidos a partir de crenças e valores sobre a eficácia terapêutica digital. Justificando tais pressupostos, existem perguntas que não foram postas abertamente, especialmente porque a evolução da comunicação digital é recente e ainda há necessidade de investimentos e pesquisas na área. No Brasil, a título de exemplificação, alguns núcleos de pesquisa têm se dedicado ao campo: no que se refere à relação terapêutica (PIETÁ; GOMES, 2014; PRADO; MEYER, 2006), a modalidade terapêutica mediada pela Internet para atendimentos psicológicos não demonstra diferenças significativas quanto à prática *on-line* e presencial, com o desenvolvimento de alianças terapêuticas adequadas em ambas.

Diante dos ceticismos, é importante se colocar em reflexão: Quais critérios são adotados para definição quanto à eficácia das intervenções? Quais determinantes comprovam a necessidade da relação terapêutica se consolidar no mesmo espaço físico para que alcance os objetivos esperados? É demonstrado o quanto a presença física é imprescindível para o estabelecimento de uma boa relação terapêutica e o compartilhamento do mesmo espaço?

Crenças e barreiras para a evolução das intervenções *on-line*

Os atuais cenários, a evolução tecnológica e a imersão do digital na vida, sobretudo após a eclosão da pandemia covid-19, impulsionou a migração dos atendimentos físicos para o uso dos recursos digitais (SOUZA, SILVA, MONTEIRO, 2020). Torna-se essencial colocar-se a pergunta sobre como caminharemos com o término das restrições de contato físico. Qual o lugar e o papel das tecnologias digitais em nossas vidas e, sobretudo, enquanto possibilidade de oferta de serviços psicológicos *on-line*? Para seguirmos nessa jornada, podemos nos perguntar sobre como percorrer um caminho de desconstrução de pressupostos e valores que configuram a identidade do profissional? Como agimos e intervimos diante de pressupostos que, por vezes, representam barreiras para a evolução nas pesquisas brasileiras?

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Necessidade da presença orgânica e partilha do ambiente

Uma atitude acrítica sobre os valores e as crenças no que se refere às intervenções *on-line*, por vezes, sugere a problemática do corpo, do tempo e do espaço que não compartilham as mesmas experiências. Dentre alguns pressupostos, as crenças de que a proximidade orgânica, o contato físico e a propriedade do espaço refletem na qualidade da relação terapêutica e que a distância entre corpos pode prejudicar as terapêuticas psicológicas.

Entretanto, um dos aspectos mais significativos desta nova modalidade de relação terapêutica é exatamente a possibilidade de ultrapassar as intervenções baseadas na presença física, da copresença biológica. As novas tecnologias através da mediação digital anulam o espaço físico, consentindo assim de separar a intervenção da codivisão do mesmo ambiente. A grande revolução é exatamente essa, a intervenção psicológica não coincide mais necessariamente com a codivisão do próprio espaço físico, espaço e intervenção tornam-se independentes. As novas tecnologias permitem que o profissional exerça suas próprias atividades e exerça sua própria intervenção sem que esteja presente biologicamente com a pessoa (CNOP, 2017). Nessa perspectiva, podemos compreender a entrada da tecnologia na vida como um fenômeno recente, que solicita que as tradicionais fundamentações psicológicas sejam reconsideradas e que um campo de compreensão sobre a interface *on-line* e a Psicologia se solidifique a partir das bases de compreensões próprias ao ambiente digital, com suas indicações, limitações e potencialidades.

Pouco conhecimento sobre o fenômeno *on-line* e sobre a mediação digital

O desconhecimento dos aspectos e das influências da cultura digital e dos benefícios e riscos da mediação tecnológica, fragiliza o desenvolvimento e o avanço na área. A escassez de iniciativas de formação pode repercutir na promoção de uma prática sem o devido preparo dos profissionais ou sem a ciência das implicações éticas envolvidas na mediação tecnológica nos serviços de Psicologia (RODRIGUES; TAVARES, 2016). É imprescindível considerar os investimentos em cursos de graduação e o incentivo à elaboração de guias e de normativas que orientem tanto o profissional que oferece os serviços, quanto as pessoas que buscam os tratamentos *on-line* (HALLBERG; LISBOA, 2016; RODRIGUES; TAVARES, 2016). Além dos cursos de formação, faltam também normativas para a pesquisa, além da rápida evolução tecnológica que traz uma diversidade infinita de aplicabilidades, a ausência de descritores científicos comuns também dificulta o acesso e o estudo das pesquisas sobre tratamentos *on-line* (PROUDFOOT; KLEIN, 2011). Faltam, ainda, centros de formação aptos a desenvolverem treinamentos específicos nas diversas formas de intervenção digital: estas podem

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

acontecer de modo síncrono, assíncrono, com o seguimento do terapeuta ou como terapia de suporte, por texto, por voz ou transmissão ao vivo, realidade aumentada e realidade virtual, entre outros. A formação e o treinamento garantem a consolidação de um saber ancorado em uma comunidade científica que compartilha, desenvolve e forma profissionais capazes de manejar, conduzir e atuar em diferentes modalidades de atuação.

Quatro pilares para a formação da/o psicóloga/o digital

Conhecer sobre a cultura digital e estar apto a escolher as instrumentalizações *on-line* dos novos serviços, além do aprendizado constante exigido pela rápida evolução tecnológica e a frequente sistematização de estudos norteadores, podem ser os fundamentos para uma formação que capacite o profissional a transitar com competência entre as tradicionais e novas modalidades de intervenção. A partir do estudo sistematizado de normativas internacionais sobre as recomendações, orientações e melhores práticas da prestação de serviços psicológicos *on-line*, foram sintetizados quatro pilares para formação e estruturação das intervenções psicológicas *on-line* (SILVA, 2021): ético, tecnológico, clínico e intercultural.

Domínio Ético

Sugerimos alguns aspectos importantes a serem observados nos atendimentos mediados pelas tecnologias. Inicialmente, o conhecimento das legislações referentes à prática *on-line*, sejam normativas e regulamentações da categoria profissional (especificamente, o Código de Ética profissional, a Resolução que dispõe sobre os serviços psicológicos mediados pelas tecnologias – Resolução 11//2018 – e sobre o atendimento em contexto pandêmico – Resolução 04/2020) e, também, conhecimento sobre a legislação que regulamenta os direitos e deveres dos usuários da Internet (Lei Geral de Proteção de Dado, LGPD).

Formação no uso de ferramentas, de modo a obter conhecimentos sólidos sobre os riscos e benefícios de terapêuticas específicas *on-line*, buscando capacitação e atualização constante na área, além do bom manejo dos instrumentos escolhidos. Assim, uma adequada formação torna o profissional apto a orientar, auxiliar e capacitar, quando necessário, a pessoa atendida, direcionando-a para um adequado tratamento. Ainda quanto à formação, os avanços tecnológicos acontecem em rápida expansão, o que exige do profissional atualizações e informações constantes frente às mudanças tecnológicas.

Elaboração do Termo de Ciência, explicando os motivos da escolha de determinadas terapêuticas, funcionamento, benefícios e potenciais riscos envolvidos no tratamento. Além desses, promover informações sobre o ambiente digital e os

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

riscos de segurança dos dados e comunicar os recursos adotados pelo profissional para proteger as informações veiculadas *on-line*. É importante que a pessoa atendida seja devidamente orientada, de modo a ter clareza referente às questões éticas e acessibilidade tecnológica. Cabe ao profissional, também, orientar a pessoa atendida, informando sobre a liberdade para opinar e avaliar conjuntamente possíveis incômodos decorrentes do atendimento *on-line* e encaminhamentos aos serviços do território, quando necessário (SILVA, 2021).

O esmaecimento entre as dimensões privada e pública é uma das características do ambiente *on-line*. Nesse sentido, é importante o profissional atentar-se para os requisitos éticos de sigilo e privacidade dos atendimentos. A Resolução 11/2018 regulamenta que cabe ao profissional orientar a pessoa sobre os recursos disponíveis para melhorar as condições de segurança e sigilo. São exemplos, uso de senhas, recursos de cancelamento da mensagem, evitar ou não utilizar aplicativos de redes sociais que possam confundir e/ou misturar o papel do na vida *on-line* da pessoa e vice-versa, aplicativos desenvolvidos especificamente ou adequados para tratamentos de saúde *on-line*. Para tal, conhecer sobre os termos de uso dos recursos, preservando a ausência de manipulação publicitária e/ou ideológica, além de orientar a pessoa sobre as configurações de segurança e privacidade, uso de antivírus, fones de ouvido, são alguns dos recursos recomendados.

A escolha dos locais onde ocorre o atendimento *on-line* é determinada pelos participantes envolvidos. Entretanto, o profissional pode orientar as melhores condições para que aconteça, como condições de conforto acústico, visual e ergonômico, além de avaliar, sempre que necessário, as condições de sigilo, de privacidade e da confidencialidade do atendimento.

Domínio Tecnológico

As diferentes especialidades no campo da Psicologia acontecem em enquadres específicos. É da natureza do atendimento *on-line* o enquadre que acontece em ambiente digital e que contém suas próprias nuances.

A terapêutica indicada precisa ser compatível com os recursos tecnológicos do profissional e da pessoa atendida, sendo verificada as condições de acesso à Internet, como por exemplo, o local onde se encontra, o perfil de uso tecnológico da pessoa atendida e o motivo da escolha dessa terapêutica por parte da pessoa atendida.

Além destes, a avaliação e a pertinência do uso de recursos específicos, devem considerar o domínio na segurança digital. Nesse sentido, o profissional pode buscar conhecimento sobre o funcionamento da Internet e suas nuances (algoritmos, publicidade, uso de dados, veiculação das informações, uso seguro da Internet). Estar capacitado para orientar sobre os riscos e sobre as caraterísticas de diferentes aplicativos, suas finalidades e suas limitações.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Utilizar recursos que ofereçam o maior nível de segurança, incentivando o uso de senhas pessoais, antivírus atualizado, criptografia ponto a ponto, uso de rede privada, uso de fones de ouvido, dispondo de ambientes seguros e de formas alternativas para a proteção contra vazamento e de cancelamento dos dados (SILVA, 2021).

O domínio tecnológico está diretamente relacionado à proposta terapêutica. A cada momento surgem milhares de dispositivos e recursos em nível global, o que torna inviável um domínio pleno de todas as condições proporcionadas pelo digital. Entretanto, especificar e sistematizar modalidades de terapia pode ser um recurso para a sustentação de um novo campo de atuação. Para fins ilustrativos, uma breve reflexão sobre os recursos digitais para psicoterapia auxilia na compreensão de cada proposta. Um aplicativo com função de troca de mensagens e chamadas de voz e vídeo, pode oferecer, no mínimo, duas modalidades de intervenção: é possível utilizar a modalidade síncrona, uma videochamada com hora combinada e ao vivo com o terapeuta; mas, também, o uso dos recursos de texto e troca de mensagens, utilizado como terapêutica de suporte durante um período. Outras vezes, o recurso de texto pode ser utilizado com uma função específica no conjunto da proposta diagnóstica. Ressalta-se que cada uma dessas modalidades, videochamada síncrona e troca de mensagens assíncronas, representa uma modalidade, que requer cuidados específicos e indicação dos benefícios singulares do acompanhamento psicológico.

Domínio clínico

Como já mencionamos, a atuação *on-line* pressupõe adequação e treino profissional. Além destes, refletir sobre os motivos do uso tecnológico, como por exemplo: qual a postura que o terapeuta adota em suas trilhas digitais? Como divulgar as informações pessoais? Há um claro discernimento sobre sua identidade digital pessoal e profissional? Como ele divulga e utiliza os recursos digitais, para fins profissionais? Atende aos requisitos éticos da profissão? Constrói sua imagem digital e conhece sua identidade *on-line*? Como o profissional se relaciona com as tecnologias também em sua vida?

Já para a pessoa que busca um serviço mediado pelas tecnologias, pode ser uma proposta refletir sobre as atitudes pessoais: Como a pessoa que busca os atendimentos *on-line* vivencia o universo digital no cotidiano? Os sofrimentos são repercussões, em algum nível, vindas das relações do ambiente *on-line*? Existem pessoas no mesmo local em que ela fará o atendimento? Em caso afirmativo, elas sabem e compreendem as necessidades de sigilo e privacidade? Quando se fala em relacionamentos, eles são especificamente no universo

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

on-line, ou territorial, ambos ou híbridos? Os atendimentos mediados solicitam do terapeuta e da pessoa atendida um enquadre ampliado, que coloca, também, ao paciente a corresponsabilidade sobre o ambiente físico e digital (SOUZA; SILVA; MONTEIRO, 2020).

Os aspectos éticos e tecnológicos acima mencionados também refletem na conduta do terapeuta. A título de exemplo, o uso do fone de ouvido não apenas oferece um recurso para um cuidado ético e de conhecimento tecnológico, mas também auxilia na nitidez do som e sensação de proximidade que, em consequência, melhora a relação terapêutica, influenciando na qualidade do momento. Portanto, o modo como a/o psicóloga/o se coloca quanto ao domínio técnico e ético interage na qualidade da relação e no engajamento nos processos.

Outro aspecto relevante quanto ao manejo clínico, refere à atenção contínua e constante ao ambiente, seja no cuidado com a qualidade do próprio ambiente físico, de forma a melhorar o sentimento de presença, seja na atenção ao ambiente da pessoa atendida, com atenção para mudanças repentinas, expressividades e alertas que possam sugerir situações de risco. A avaliação dos riscos se acentua na modalidade *on-line*, sendo relevante observar continuamente possíveis riscos ambientais, psicológicos ou tecnológicos. Portanto, cabe ao profissional o monitoramento, observação e cuidado contínuo aos flexíveis ambientes *on-line*, desde o próprio ambiente, o ambiente da pessoa atendida, mas também os ambientes virtuais de ambos.

O estabelecimento de um plano terapêutico que considere suportes territoriais pode ser um recurso para o terapeuta *on-line*. Especialmente, em casos graves ou de risco, o atendimento *on-line* não necessariamente é contraindicado em diretrizes internacionais, mas algumas situações podem precisar de uma condução mais cuidadosa e detalhada por parte da/o psicóloga/o *on-line*, visando uma rede de cuidado local. Nesse sentido, o plano terapêutico pode abranger informações gerais como queixa, quadro psicopatológico, mas também, detalhamentos sobre suportes locais de saúde, regulamentações de acordo com o país ou região, contato e formas de acesso a centros de emergência, contato com uma pessoa de confiança local emergencial, quando esses contatos serão ativados, explicando sobre riscos e perda da confidencialidade, limites e necessidades implicadas (SILVA, 2021).

Em síntese, o domínio clínico requer que o profissional se mantenha em constante atualização, seja acadêmica, mas também, atualizado quanto às informações fornecidas pela pessoa, dado o caráter imediato, fluído e dinâmico da forma como cada um se apresenta diante do universo *on-line*. Exige uma prática cuidadosa, atenta, reflexiva, em que as avaliações sobre a viabilidade da terapia digital e do recurso tecnológico, podem ser contínuas e constantes.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Domínio cultural

As atitudes pessoais em relação à tecnologia, bem como a influência da cultura digital na vida das pessoas envolvidas nos tratamentos psicológicos, pode ser um fator a ser observado. Uma das características essenciais da mediação tecnológica é a possibilidade de ultrapassar os limites regionais, com maior acessibilidade, otimização do tempo, do deslocamento, ampliação do perfil de busca e de ofertas de serviços. Nesse sentido, a diversidade cultural passa a ter centralidade na composição da terapia, com especificidades econômicas, culturais, políticas, sociais e de recursos de saúde. Embora não seja uma exigência regulamentada pela ética profissional, é importante buscar para fins de informação e conhecimento, conhecer as regulamentações e sistemas locais, como legislações sobre atendimentos mediados pelas tecnologias, aspectos geográficos e culturais, política e princípios éticos, sistema político e cultural, suportes legais, bem como organização do sistema local de saúde para eventuais suportes em rede, se necessário.

O conhecimento da cultura digital e local, como as políticas de dados do país ou região, as formas de interação pessoal, modifica e influencia os sentidos e os valores diante dos acontecimentos da vida. Dessa forma, o comprometimento ético profissional diante das diferentes formas de expressão dos significantes e dos significados da vida, devem ser recebidos pelo profissional com uma atenção cuidadosa, pois são determinantes nas formas como sentimos, percebemos e vivenciamos os sintomas e sofrimentos. O próprio ambiente digital, além de influenciar as formas como nos relacionamos, compreendemos o mundo e os valores, ainda propicia novas configurações de sofrimento, desde a intensificação dos já existentes, como a configuração de novos espectros, como o vício tecnológico, as presenças ausentes, solidão acompanhada, mudanças cognitivas, entre outros.

A transcendência dos limites geográficos é uma característica do universo *on-line* e que se reflete, também, nas modalidades de acesso e oferta de tratamentos psicológicos. Enquanto ciência que estuda os fenômenos psíquicos, podemos considerar a relevância de temáticas relacionadas às experiências de corpo, tempo e espaço e como estas se desvelam através da mediação tecnológica. Além disso, o território de apresentação é escolhido pelos envolvidos, sendo relevante ter como centro dos atendimentos o respeito à privacidade, ao ambiente íntimo e singularmente apresentado, bem como as especificidades e nuances culturais que se evidenciam pela entrada digital na vida cotidiana.

A abertura ao outro, a aceitação às diversidades, a capacidade empática e a escuta atenta, o acolhimento incondicional, o respeito às diversas formas de perceber, sentir e vivenciar os sintomas, sentimentos e sofrimentos, tornam-se, cada vez mais, premissas para o trabalho da/o psicóloga/o, especialmente, para a atuação *on-line* que transcende os determinantes sociais e culturais do território.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Esses aspectos podem ser decisivos na qualidade do atendimento e na adesão ao tratamento, bem como a mediação tecnológica, se bem utilizada dentro dos domínios ético, tecnológico, clínico e cultural, pode repercutir em maior engajamento e eficácia dos tratamentos.

Ressaltamos que os domínios aqui apresentados (SILVA, 2021) ético, tecnológico, clínico e cultural não são lineares, não esgotam a temática e não são determinantes, são sugestões reflexivas resultantes de estudos de guias e orientações internacionais (APA, CNOP, entre outras). Além disso, são interagentes e inter-relacionados, na medida que se entrelaçam e se complementam na busca pela competência e domínio profissional no campo digital.

Identidade profissional na era digital

Se imaginarmos uma vida vista através de janelas e com múltiplas perspectivas e imagens, com compartilhamentos contínuos e experiências que não configuram uma linearidade. Modos de informar-se através de interações conjuntas, na solidão de um espaço com aberturas potencializadas, de um fluxo de vivências coletivas, simultâneas e imediatas, onde podemos nos reinventar ao acaso, com passageiras identidades e avatares. Assim o *on-line* se configura como uma pluralidade ilimitada de sentidos e possibilidades. Embora aparente ser distante da vida cotidiana de cada um, já estamos vivendo nesta imaginação.

As experiências de fragmentação e de multiplicação da identidade e da vida modificam os paradigmas e os valores dominantes, nossas percepções de tempo e de história, ampliam os modos e apreensões sobre o sentido da vida, modificando, também, as atitudes requisitas aos pesquisadores dos fenômenos psíquicos. Cada vez mais há a possibilidade humana de intervir na matéria, adicionando a esta a capacidade de decisão (algoritmos), escolha (inteligência artificial). Além disso, cada vez mais estamos diante da possibilidade de múltiplos humanos atualizarem, simultaneamente, suas subjetividades nessa matéria física (redes sociais, aplicativos de relacionamento, aplicativos de mensagens), através de um ciclo em dupla formação e informação, configurando relações intersubjetivas e interpessoais de tipo particular (SILVA; MORUJÃO, 2021).

Nesse contexto, permanece a pergunta: qual será a identidade profissional da/o psicóloga/o na era digital? Primeiramente, é importante termos clareza e discernimento quanto aos aspectos que a evolução tecnológica propiciou na vida das pessoas, diferenciando as vivências pessoais das potencialidades terapêuticas profissionais. Estamos imersos numa vida híbrida marcada por diversas transformações e influências. Porém, utilizamos com domínio e especialização os recursos e possibilidades de ofertas e tratamentos psicológicos digitais?

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Somos constituídos por crenças e premissas. Necessitamos, antes de tudo, conhecer, compreender e se empoderar das nuances que a evolução tecnológica traz nos aspectos de informação, de intervenção e da vida. Incentivos à pesquisa e à formação profissional híbrida, para que o profissional possa transitar com capacitação entre essas esferas, integrando e constituindo conhecimento, formando profissionais e difundindo conteúdos eticamente respaldados. Para tal, o incentivo de governo, das universidades, dos Conselhos de Psicologia, dos profissionais atuantes pode ser direcionado ao letramento digital, seja do profissional ou da pessoa atendida, inserindo as nuances tecnológicas como direito à acessibilidade e à oferta de serviços psicológicos especializados. Podemos entender a necessidade do letramento digital como exercício profissional e uma ação de cidadania. Assim, propõe-se a promoção de uma prática ética da Psicologia *on-line* como responsabilidade de três principais atores: núcleos de pesquisa e ensino, órgãos regulamentadores, conjuntamente, com os profissionais.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

BARBATO S.; NATALE L. **Finestre sul futuro**: fondamenti di Psicologia Digitale. Psiche e dintorni. Roma: Alpes, 2017.

HALLBERG, S. C. M.; LISBOA, C. S. D. M. Percepção e uso de tecnologias da informação e comunicação por psicoterapeutas. **Temas Psicol.**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 4, p. 1297-1309, dez. 2016.

MERCIAI, S. A. Psicoterapia online: un vestito su misura. *In*: CANTELMI, T.; PUTTI, S.; TALLI, M. (org.). **@Psychotherapy**. Roma: Edizioni Universitárie Romane, 2001. p. 113-186.

PIETA, M. A. M.; GOMES, W. B. Psicoterapia pela Internet: viável ou inviável? **Psicol. Ciênc. Prof.**, São Paulo, 34, n. 1, p. 18-31, 2014.

PRADO, O. Z.; MEYER, S. B. Avaliação da relação terapêutica na terapia assíncrona via internet. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 247-257, ago. 2006.

PROUDFOOT, J. *et al.* Establishing Guidelines for Executing and Reporting Internet Intervention Research. **Cognitive Behaviour Therapy**, v. 40, n. 2, p. 82-97, 2011.

RODRIGUES, C. G.; TAVARES, M. A. Psicoterapia online: Demanda crescente e sugestões para regulamentação. **Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 4, p. 735-744, 2016. DOI: 10.4025/psicolestud.v21i4.31840.

SIEGMUND, G.; LISBOA, C. Orientação Psicológica online: Percepção dos Profissionais sobre a Relação com os Clientes. **Psicol. Ciênc. Prof.**, Brasília, 35, n. 1, p. 168-181, mar. 2015.

SILVA, N. H. L. P. Desafios e especificidades das consultas *on-line*. *In*: ANTUNEZ, A. E. A.; SILVA, N. H. L. P. Consultas terapêuticas *on-line* na saúde mental. Santana de Parnaíba: Editora Manole, 2021. p. 13-29.

SILVA, N. H. L. P. Virtualidade, violência online e corpo: uma compreensão fenomenológica. **Internet&Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 311-330, 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SILVA, N. H. L. P; MORUJÃO, C. A. V. Uma leitura fenomenológica sobre a intersubjetividade no digital/online. **Rev. Latino-Am. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 24, n. 4, dez. 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n4p.

SOUZA, V. B.; SILVA, N. H. L. P.; MONTEIRO, M. F. **Psicoterapia online**: manual para a prática clínica. Curitiba: Amazon, 2020.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

FORMAÇÃO E GESTÃO PARA O SUS: um desafio ético-político para a Psicologia

Maria de Lourdes Dutra[1]
Conrado Neves Sathler[2]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

No Brasil, a inserção das(os) profissionais de Psicologia no campo da Saúde Pública tem se intensificado após a Reforma Sanitária e a Constituição de 1988 com a implementação das políticas sociais e com a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, ainda existem críticas e questionamentos sobre o modo como se tem dado a atuação dessas(es) profissionais nesse campo em função da reprodução dos modelos tradicionais de atuação, pois as práticas têm se baseado na aplicação de testes e na psicoterapia individual, dificultando o trabalho multidisciplinar e desconsiderando as diversidades e necessidades dos territórios onde essas(es) profissionais atuam (LIMA, 2005).

Embora haja profundas mudanças e avanços nos debates sobre as bases éticas, técnicas, teóricas e políticas que regem as políticas de saúde a partir da promulgação da Constituição Federal e da estruturação do SUS com suas normativas funcionais e deliberações, inclusive sobre a formação de profissionais para a área da saúde, há, no bojo dessas críticas, um questionamento sobre o modo como tem se dado o processo da formação profissional nos cursos de graduação (BASTOS; GONDIM: BORGES-ANDRADE, 2010; OLIVEIRA, 2015).

Observa-se que, inicialmente, as(os) psicólogas(os) passaram a atuar no SUS inseridas(os) nas ações voltadas ao campo da saúde mental, compondo as equipes dos vários serviços dessa área: Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Convivência, Ambulatórios e Leitos de Saúde Mental em hospitais. Desde o princípio, as diretrizes para atuação previam a busca da superação do modelo biomédico em vigor. As propostas, tanto na área da saúde quanto na educação superior, apontavam para a necessidade de superação do modelo técnico-científico predominante nas profissões da área da saúde, passando a enfatizar processos formativos como aspectos estruturantes das relações e das práticas transformadoras, de interesse ou relevância social. Desse modo, o cuidado em saúde deve ser realizado tanto por meio do enfrentamento aos aspectos epidemiológicos do processo saúde-doença,

1 Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFGD. Doutora em Saúde Coletiva pela UNIFESP. E-mail: mariadutra@ufgd.edu.br.

2 Professor Associado da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFGD. Doutor em Linguística Aplicada pela UNICAMP. E-mail: conradosathler@ufgd.edu.br.

quanto pela organização da gestão em saúde com ênfase na participação social para a organização da assistência (CECCIN; FEUERWERKER, 2004).

Com o objetivo de transformar essa realidade, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde têm deliberado, a partir de uma construção com atores das várias profissões da saúde, sobre o modo como as diferentes profissões devem atuar nos serviços de saúde e nos territórios. A princípio é preciso ressaltar que as atividades da(o) profissional de Psicologia são definidas pelas normativas de cada área ou nível de atenção, assim sua prática deve se pautar nos princípios que organizam esse nível de cuidado à saúde e nas características das populações atendidas (BRASIL, 2017).

Como é possível observar, os desafios postos passam pela organização de uma formação no SUS que aproxime a(o) estudante de Psicologia dos seus princípios e diretrizes, das necessidades e territórios dos serviços e de suas/seus usuárias(os) (SPINK; MATTA, 2010). Entretanto, essa formação parece possível somente a partir da articulação entre as várias instâncias do SUS, onde serviços, gestoras(es), controle social e instituições formadoras pensem juntos sua organização. Nesse sentido, "evidencia-se a necessidade de promover reflexões que impactem na formação em saúde, sendo esta uma das questões centrais para a transformação das práticas profissionais" (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

Outro aspecto da formação para atuação no SUS é repensar o modo como se constrói a formação de psicólogas(os) para atuarem como gestoras(es) dessa política, esse é um aspecto fundamental para todas as categorias profissionais do campo da saúde. É prerrogativa do SUS oferecer os cenários de práticas, inclusive para essa formação, no entanto, as(os) gestoras(es) presentes nos serviços nem sempre conhecem os princípios e as diretrizes que devem conduzir a organização dos serviços, havendo falta de profissionalização, uso clientelista e partidário dos estabelecimentos públicos e número excessivo de cargos de confiança que geram também descontinuidade administrativa (PAIM, 2018). Desse modo, parece imprescindível realizar um debate crítico sobre a formação para a gestão do SUS, sob a pena de continuarmos reproduzindo atuações tecnicistas, distantes da realidade social e do controle social. Como afirma Mehry (1997, p. 71-72), é o modo como se estruturam e são gerenciados os processos de trabalho que dificulta a mudança de modelo tecnoassistencial, perpetuando uma lógica que não atende aos interesses da população.

Compreendemos que existem desafios colocados para a efetivação da formação para o SUS e no SUS que ao serem enfrentados possibilitarão a redução da distância entre o que está deliberado nos inúmeros documentos oficiais e a realidade do que é vivenciado pelas(os) docentes e acadêmicas(os) nos processos de formação. Assim, esse texto pretende contribuir para uma reflexão da ética implicada na prática das(os) profissionais do campo da saúde, sobretudo da(o)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

profissional de psicologia, no sentido de um fazer bem, e a partir de uma construção coletiva estabelecer um compromisso profundo com as(os) usuárias(os) dos serviços e um compromisso em defesa da saúde e da vida. Também entendemos ser parte desse compromisso ético a formação de gestoras(es) para o SUS que tenham um compromisso para além dos conhecimentos técnico-assistenciais, com a qualificação da participação do controle social no SUS como forma de fortalecer um instrumento social e político para a democracia.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Territorialização e Psicologia em Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul é fruto da divisão do antigo estado de Mato Grosso em duas partes. Essa divisão ocorreu em 1977, fase final da ditadura militar, e concretizou-se em 1979. Desta forma, o estado, como a estrutura governamental atual, conta com menos de 50 anos, tem 79 municípios e população aproximada de 2.800.000 habitantes. A metade desses habitantes está na capital, que também é a maior cidade, e nas demais 4 maiores cidades do estado, 55 cidades possuem menos de 25.000 habitantes.

A plataforma *e-mec*[3] registra 14 cursos de graduação "em atividade" em maio de 2022, assim distribuídos segundo a data de início de funcionamento:

Até 1970	de 1971 a 1980	...	De 1991 a 2000	De 2001 a 2010	2011 a 2021
1	1		2	5	5

Observamos, no entanto, que um desses cursos, não foi encontrado na web. Quatro cursos funcionam em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, uma em IES confessional católica e as demais em IES privadas. Seis cursos estão localizados em cidades do interior, sendo três deles de IES federais. A pós-graduação conta com dois programas de mestrado e um com mestrado e doutorado.

Fizemos essa breve apresentação descritiva de nosso território porque compreendemos que o ensino superior é produtor de subjetividades e sua sobrevivência é alimentada no espaço no qual se instala. Compreendemos que o território é o lugar no qual o poder se exerce. Assim, um espaço qualquer ao ser administrado por um poder – seja ele um estado, uma empresa, uma igreja ou qualquer outro – passa a ser chamado território (FOUCAULT, 2008).

O ato de gerir uma terra e, com ela, uma população e seus bens, transforma as relações de poder em territorializações que correspondem a relações políticas. Quando uma IES se instala em um território, deve se integrar às suas malhas

3 Disponível em: https://emec.mec.gov.br/.

atendendo suas demandas, isso significa que deve produzir subjetividades implicadas na manutenção dos poderes e na distribuição de bens desse território. A instituição formativa, como qualquer outra, se mantém somente ao constituir-se como elemento indispensável à produção do sujeito que nela se fabrica. Para isso, divide responsabilidades e atribuições com outras instituições concretas, validando-as e sendo validada por elas, vinculando-se a uma malha na qual a população se distribui (SATHLER, 2021).

Na medida em que instituições concretas, interesses econômicos, relações de trabalho, de exploração e de parentesco, entre tantas outras, disputam espaços, bens e influências de toda sorte as relações institucionais devem ir se reorganizando, dando suporte umas às outras ou as deslocando, minando, potencializando, aglutinando ou isolando para a manutenção das condições de produção de cada segmento social.

As(os) profissionais da Psicologia ocupam e disputam espaços políticos e sociais. As políticas públicas de Saúde, Saúde Mental, Segurança, Educação e Assistência Social, entre outras, são costuradas com outras profissões que compõem malhas nas quais circulam os populares. Dessa forma, serviços de saúde, entre eles clínicas públicas e privadas de psicoterapia, de educação, assistência social, medicação, reabilitação, trânsito, justiça e segurança são territorializados e as IES produzem profissionais para atender as demandas destes territórios e também produzir demandas territoriais.

O território conta ainda com outros atravessamentos: abordagens teóricas, regramentos educacionais de governo, políticas individualizantes de subjetividades, medicalização de populações, mercados de internação ou deslocamento de sujeitos e de avaliações que se instalam na disputa da produção de sujeitos institucionalizados. As IES não podem ser alheias a todos esses movimentos. Ao se alojar, para além de produzir um mercado educacional, deve projetar uma sociedade futura e, dentro desse jogo multifacetado, atender as demandas territoriais.

Entre as demandas territoriais, destacamos a Saúde, demanda vital que o Estado brasileiro constitui como direito de cidadania, mas ainda com índices abaixo dos desejáveis. Em Mato Grosso do Sul, como no restante do país, há populações discriminadas na Saúde e há também diferenças sanitárias, socioeconômicas e culturais, as distâncias geográficas e os recursos instalados requerem um pensamento elaborado sobre Gestão em Saúde, razão desta reflexão que fazemos.

Metodologia

Nossas reflexões partem de uma análise documental do Projeto Pedagógico de quatro Cursos de Graduação (PPC) em Psicologia em funcionamento nas duas Universidades Federais de Mato Grosso do Sul. Investigamos o lugar ocupado nesses projetos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) no que tange à

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

formação de profissionais para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) tendo como enfoque a formação para a Gestão em Saúde. São tomados como instrumentos para a análise dos PPC a Resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017, que aprova o parecer Técnico nº 300/2017, onde são apresentados os princípios gerais a serem incorporados nas DCN para todos os cursos de graduação da área da Saúde, sendo esses os fundamentos para o planejamento dos currículos, das atividades didático-pedagógicas e do perfil dos egressos desses cursos. Também é utilizado como instrumento para a análise dos PPC, a Resolução nº 597, de 13 de setembro de 2018, na qual o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprova a Minuta das DCN para os Cursos de Psicologia. Toma-se como eixo orientador dessa análise o conceito de Quadrilátero da formação para a área da Saúde: ensino, gestão, atenção e controle social, proposto por Ceccim e Feuerwerker (2004).

A pesquisa documental partiu dos PPC de Universidades Públicas, acessados via suas páginas na internet, caracterizando uma seleção por conveniência. Consideramos, por um lado, que essa técnica reduz o potencial exploratório da análise, mas, por outro lado, permite replicabilidade (FREITAG, 2018). A estratégia de análise foi baseada naquela elaborada por Seixas, Coelho-Lima, Silva e Yamamoto (2014), estratégia metodológica que, adequada aos nossos objetivos, está organizada em três eixos distintos, sendo eles: I) Fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos II) Ênfases curriculares e disciplinas e III) Prática profissional e a formação para a gestão no SUS. A partir das análises apresentamos os sentidos discursivos encontrados e discutimos a coerências dos PPC com as Resoluções citadas e em que medida os cursos de graduação em Psicologia cumprem a estruturação proposta de modo a oferecer uma formação que atenda às necessidades sociais e de saúde da população, nos âmbitos da assistência, ensino, gestão e anseios relacionados ao controle social, na defesa do SUS e da Saúde como direito inalienável.

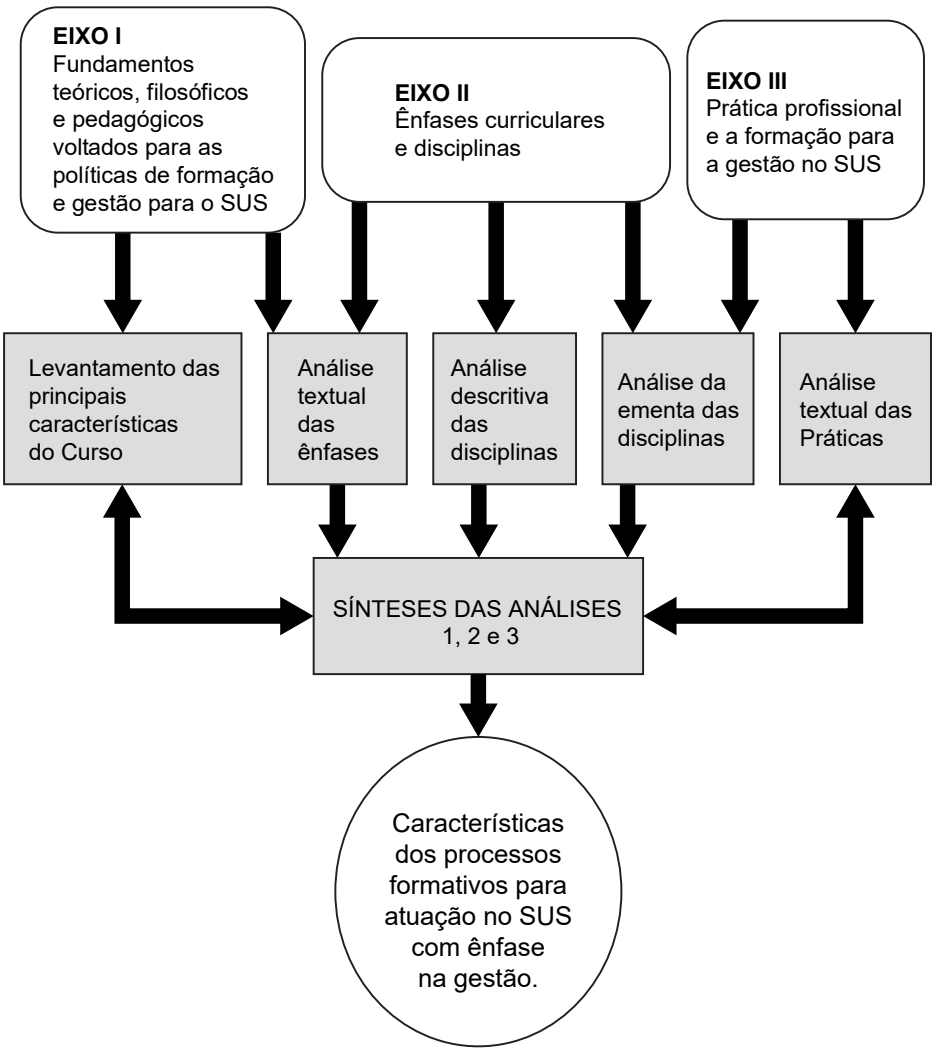
No eixo I, relativo aos Conteúdos Pedagógicos, são observados três tópicos – justificativa, perfil do egresso e competências. São verificadas se as habilidades, competências e experiências a se trabalhar permitem alcançar o perfil de egresso proposto. A partir do eixo II, são realizadas as análises textual e descritiva de ênfases, planos das disciplinas e ementas que trabalham com Políticas Públicas de Saúde, discutindo sua pertinência e coesão com as Resoluções. No Eixo III são descritas e analisadas a prática profissional e a formação para a gestão no SUS, tendo como base também as orientações propostas nas Resoluções.

Apoiados nas análises dos PPC, apresentamos uma síntese apontando o grau de convergência dos Planos analisados com as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, pelas Resoluções que normatizam a estruturação dos cursos da área da Saúde e aquelas que organizam especificamente os cursos de graduação em Psicologia. Também buscamos apresentar possíveis lacunas nas propostas pedagógicas e na articulação entre serviços, gestão em Saúde, controle social e

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

instituições formadoras. Ainda que as análises abordem os aspectos relacionados à formação para atuação profissional no âmbito da saúde pública, buscamos enfatizar os aspectos diretamente vinculados à formação para o exercício da gestão em Saúde, compreendendo ser essa uma das bases para estruturação, transformação e democratização dos serviços de Saúde.

Figura 1 – Fluxograma simplificado da estratégia de análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das IES Federais de Mato Grosso do Sul[4]



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

4 Reproduzida de SEIXAS, P. S.; COELHO-LIMA, F.; SILVA, S. G.; YAMAMOTO, O. H. Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 17, n. 1, p. 116, 2013.

Resultados e discussão

Ao lançarmos um olhar mais atento para os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia das IES públicas, identificamos que estes mantêm um diálogo tímido com o SUS, a inserção da(o) estudante nos campos de prática da área da saúde e a integração teórico-prática ocorrem, mas essas práticas não são evidenciadas. É preciso, para realizar essa reflexão, resgatarmos o que está disposto nos termos do art. 200, inciso III, da Constituição Federal de 1988, "é competência do Sistema Único de Saúde (SUS), além de outras atribuições, ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde" (BRASIL, 1988). Desse modo, não nos parece possível dissociar as competências atribuídas ao SUS daquelas colocadas para as IES em relação à formação das(os) psicólogas/os para atuação na saúde pública. É sob essa luz que realizamos essa análise.

Embora a legislação atribua ao SUS a responsabilidade pela formação, qualificação de pessoal, pesquisa e inovação, uma ação anterior é necessária para que cada serviço se estruture com o objetivo de exercer esses papéis tão caros à saúde da população. A Lei Orgânica de Saúde de 1990 prevê, em seu artigo 14º, que "Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior", e no parágrafo único:

> Cada uma dessas Comissões terá por finalidade propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde na esfera correspondente, assim como em relação à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições (BRASIL, 2000).

A Resolução 569 de 2017, em seu artigo 3º, alínea III trata da Integração ensino-serviço-gestão-comunidade, explicitando o modo como deve ser organizada a integração entre as instâncias que devem compor o colegiado.

Buscando compreender como os cursos estão organizados para atender os pressupostos colocados nas legislações citadas, é possível identificar que as IES assumem um compromisso em preparar os egressos dos cursos de Psicologia para uma atuação na área de saúde cuja inserção terá um perfil técnico, mas pode-se identificar também uma preocupação com uma formação ética e humanitária para compor as diversas equipes nas políticas públicas. Nem todos os cursos manifestam-se diretamente, ou quando o fazem é de modo superficial, sobre a formação de um profissional com um perfil especialmente voltado para atuação no SUS. É verdade que a proposta, em todos os PPC, é de preparar um profissional generalista, ou seja, sem caracterizar a formação para uma especialidade da Psicologia, então parece haver uma ausência ou um vácuo entre o que se propõe na legislação e a organização para que as diretrizes sejam efetivadas.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Essa ausência ainda é observada quando nos aprofundamos na análise sobre as atividades práticas, pois também nessas não são apontados os percursos metodológicos que permitirão às(aos) acadêmicas(os) a oportunidade de vivenciar o SUS de modo que as experiências lhes permitam um envolvimento com os fazeres da realidade dos serviços, dos trabalhadores, dos gestores, da dinâmica do território e do controle social. Essas instâncias, segundo o que apontamos nas legislações do SUS, deveriam, para além de fornecer um olhar não fragmentado durante a passagem pelos serviços, estar organizadas para estimular práticas que superem as abordagens técnicas e procedimentos protocolares.

Sim, existem ausências nos PPC, mas a formação para o trabalho na saúde pública não está prevista para ser exclusivamente realizada pelas IES. Como vimos, trata-se de uma construção que pretende ser muito maior do que a fornecida nos bancos das universidades. Novamente há a ausência, desta vez do próprio sistema de saúde que, ele próprio não está organizado de modo a permitir que aconteça a formação viva em suas unidades. Essas parecem estar trabalhando isoladamente, mas isoladas de quê? Nos parece que a definição desse isolamento é o distanciamento do ideário da saúde, da formação e da participação que deveria nos unir em torno de uma construção coletiva para garantir a vida e a saúde como direitos inalienáveis.

Ceccim e Feuerwerker (2004), ao proporem o conceito de quadrilátero da saúde para pensar a efetivação da formação para a área, nos permitem fazer uma análise crítica da realidade vivenciada. O quadrilátero da saúde prevê a participação de quatro instâncias para que a formação possa ocorrer: ensino, gestão, atenção e controle social. Como vimos até aqui, as ausências mencionadas referem-se às IES e à atenção em saúde, mas a formação idealizada pela vasta e robusta legislação do SUS vai além e, ao pensar a formação, propõe que esta se dê também no âmbito da gestão dos serviços e, ainda, que o controle social participe dessa gestão. Desse modo, torna-se possível compreender que outros atores precisam entrar nessa roda para que a formação aconteça de fato e se concretize em um SUS posto em sintonia com as necessidades da população, tornando-se, assim, instrumento para efetivação de uma transformação social.

Buscamos, em nossa análise, compreender como é pensada a formação de um profissional para a gestão no SUS, tendo em vista parecer ser essa uma função transformadora em potencial, facilitando a condução de processos, sejam eles técnicos, políticos ou de participação popular. Entretanto, encontramos indícios de que preparar profissionais da Psicologia para serem gestores no sistema de saúde não seja colocado como meta para as instituições formadoras. Quando essa função foi encontrada nos planos estava vinculada, mais frequentemente, às áreas da Educação e do Trabalho que, sem dúvida, apresentam dinâmicas e complexidades bastante distintas daquelas presentes nos serviços de saúde.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Novamente não podemos nos ater às instituições formadoras para a compreensão de mais essa ausência. Preparar gestores para efetivar as práticas preconizadas implicaria certamente em aproximação e questionamento da forma como se organiza e se põe em prática a gestão dos serviços de saúde nos vários níveis de atenção. As(os) gestoras(es) teriam que abrir as portas do sistema para atores que deveriam participar mas não estão incluídos no cotidiano das operações dos serviços, ainda que previstos na legislação. Esses atores que devem compor a comissão de formação e os conselhos gestores das unidades – acadêmicas(os), professoras(es), usuárias(os) indígenas… – destoam das técnicas, protocolos, medidas, diagnósticos e formalidades que permeiam os corredores e as salas das unidades de saúde. Esses atores estão fora da lógica de produção de subjetividades e valores presentes nesses serviços, mas estão incluídos nesse outro modo de fazer gestão, proposto por Ceccin e Feuerwerker (2004).

Quando a gestão do sistema de saúde se implica na inserção de todos os atores: trabalhadoras(es), estudantes, professoras(es) e usuárias(os) dos serviços, compreendendo que essas(es) últimas(os) têm voz para participar da organização do sistema, torna-se possível caminhar no sentido de transformação das relações vivenciadas no SUS, confirmando o que Gastão Wagner (2015) afirma, "a necessidade de haver espaço social de não mercado, em que a gestão e o planejamento se orientam a partir das necessidades sociais e não da sobrevivência do mais apto".

O quadrilátero da formação em saúde tem como pressuposto a existência de um espaço de discussão entre os atores para o planejamento dos processos e das ações de formação de profissionais, o que os PPC nos indicam é que os cursos não planejam essa formação porque não parece existir esse lugar de encontro com os atores locados no SUS e na comunidade. Ora, a institucionalidade do SUS pode ser resgatada por todos os seus atores, essa é uma forma de resistir aos inúmeros ataques em nome de uma lógica tecnicista e privatista e avançar na defesa do direito à saúde (PAIM, 2018; WAGNER, 2015).

Já temos um instrumento que pode contribuir com a estruturação de um modelo de formação para o SUS. Em 2015 o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação propuseram como estratégia o Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), suas diretrizes foram publicadas na Portaria Interministerial no 1.127 de 4 de agosto de 2015. O COAPES é um instrumento que busca articular os diversos interesses e processos presentes no cotidiano do SUS. Essa construção é um processo complexo, entretanto pode ser um caminho para atender as necessidades já presentes na relação entre instituições de ensino, serviços e comunidade.

Tendo em vista os dados encontrados nos parece que estamos (instituições formadoras e SUS) diante do desafio de nos organizarmos para a constituir os conselhos gestores e organizar a formação de trabalhadoras(es) do e para o SUS

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

de modo a prepará-las(os) também para serem gestoras(es) do SUS. Estas(es) trabalhadoras(es) se constituiriam no que Wagner (2018) considera "os *sujeitos da práxis* (sujeitos da resistência, novos servidores públicos, sujeitos transformadores) atuando individual ou coletivamente em defesa do SUS".

Neste ponto, nos cabe procurar razões para esse descompasso entre as propostas legais e o andamento atual da formação profissional para atuação no SUS e vamos, no plano das hipóteses, apontar alguns aspectos que podem, em maior ou menor grau, ser parte dessa produção social.

O exercício da democracia, na saúde pública, se faz com a participação de usuárias(os) e trabalhadoras(es) na tomada de decisões sobre suas próprias vidas por meio das intervenções na gestão do território. Territorializar, no SUS, é concretizar o sentido de construção coletiva da saúde e garantir a humanização do sistema. Isso significa que o protagonismo da(o) usuária(o) é exercitado não somente nas decisões acerca de sua própria vida social e civil, mas nas decisões da direção de seu tratamento, no estabelecimento das prioridades que a gestão projeta ao território, sejam essas prioridades de dimensionamento das equipes para os territórios, das modalidades de assistência ou, até mesmo, das prescrições da equipe (BRASIL,2007). Significa, da mesma forma, haver protagonismo profissional nas equipes de saúde. E esse protagonismo se traduz na não hierarquização dos saberes ou das profissões. A construção coletiva de cada plano individual de atendimento deve considerar não só as singularidades da(o) usuária(o), mas também a cultura que a(o) envolve, sua família e as condições concretas do território e dos níveis de atenção na assistência.

A organização desse protagonismo se dá no ato da assistência e na gestão das unidades, contudo é no controle social que a política da gestão é formalizada, materializando-se em propostas e fiscalização da execução, num caminho construído democraticamente. A fragilidade da voz da(o) usuária(o) ou o esmaecimento da voz das(os) profissionais é um reflexo das práticas centradas nos conceitos de saúde voltados à medicalização e ao hospitalocentrismo biomédico e não nos conceitos de saúde que buscam a compreensão do processo saúde-doença como uma produção do território e como direito de cidadania.

Quanto à integração serviço-escola, apontamos o enfraquecimento de dispositivos como o VerSUS (FERLA; MARANHÃO; PINTO, 2017), prática financiada pelo SUS que promove visitas estudantis multiprofissionais monitoradas aos serviços de um território com entrevistas de profissionais da atenção e da gestão para o reconhecimento e apropriação dos dispositivos territoriais locais e contratualizados pela referenciação hierarquizada.

Esses dispositivos de formação, ausentes dos PPC, estão apagados da gestão que, consequentemente, sonega possibilidades de formação profissional e de formação cidadã. Evidentemente, não apontamos uma culpa de um ou outro

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ponto da formação, mas destacamos o empobrecimento sistêmico das políticas democráticas que poderiam ser praticadas desde a formação de orçamentos comunitários participativos até a escuta depurada das teses aprovadas nas conferências nacionais de cada segmento da administração pública.

Considerações Finais

A potência formativa expressa na Constituição Federal e projetada pelo SUS é um recurso a ser recuperado para a formação de profissionais para o próprio SUS. Escolas e gestões de unidades, municípios e estados podem se reapropriar dessas tecnologias formativas e articular intervenções na direção da produção de uma saúde de qualidade e gratuita.

As alterações necessárias para essa formação são de ordem ideológica e epistemológica. O conceito de saúde proposto pelo SUS se distancia da noção de ausência de doenças e se constitui como intervenção comunitária e territorializada. A concepção neoliberal que nos atravessa pelos discursos hegemônicos atuais também nos faz pensar na saúde como produto para todos fornecido pelo estado. Do ponto de vista da saúde coletiva, a saúde é, no entanto, um direito de todas(os) produzido mediante políticas públicas de organização, proteção, financiamento e promoção de condições de vida digna para todas(os) as(os) sujeitos em território nacional.

A formação profissional, vista por meio de nossos PPC, é um reflexo da sociedade que o produz, na qual se percebe um recrudescimento da medicalização e do discurso biomédico em detrimento aos projetos vinculados à saúde coletiva e dos valores postulados pela reforma sanitária brasileira. Finalizamos recuperando a máxima de que currículo é disputa (ARROYO, 2013) e, desta forma, compreendemos que a história do SUS se faz nas lutas cotidianas no ensino, na assistência, na gestão e na participação popular.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ARROYO, G. M. **Currículo, Território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASTOS, A. V. B.; GONDIM, S. M. G.; BORGES-ANDRADE, J. E. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? *In*: YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (org.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010. p. 255-271

BÖING, E.; CREPALDI, M. A. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicol. Ciênc. Prof.**, v. 30, n. 3, p. 634-649, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 569, de 8 de dezembro de 2017**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**: clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis**, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.

FERLA, A. A.; MARANHÃO, T.; PINTO, H. A. **Vivências e estágios como dispositivos da aprendizagem: refletindo sobre o VER-SUS**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017. (Série Vivência em Educação na Saúde). Disponível em: http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-vivencias-em-educacao-na-saude/vivencias-e-estagios-pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**: Curso no Collège de France 1977–1978. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

FREITAG, R. M. K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem,** [*s. l.*]. v. 26, n. 2, p. 667-686, mar. 2018. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412 Acesso em: 1 maio 2022.

MERHY, E. E. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. *In*: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (org.). **Praxis en salud**: un desafío para lo público. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 71-112.

OLIVEIRA, I. F. *et al.* A Atuação do Psicólogo nos NASF: Desafios e Perspectivas na Atenção Básica. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 291-304. 2017. DOI: 10.9788/TP2017.1-17Pt.

PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 23, n. 6, jun. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.09172018.

SATHLER, C. N. Territorialização e ensino de psicopatologia. **Horizontes**, v. 39, n. 1, p. e021015, 24 abr. 2021.

SPINK, M. J.; MATTA, G. C. A prática profissional Psi na saúde pública: configurações históricas e desafios contemporâneos. *In*: SPINK, M. J. P. (org.). **A Psicologia em diálogo com o SUS**: prática profissional e produção acadêmica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 25-51.

WAGNER, G. Entrevista**. Saúde Debate**, v. 39, n. (esp.), dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5935/0103-1104.2015S0050003.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SEÇÃO III

DESAFIOS ÉTICOS NO ENFRENTAMENTO DE PANDEMIAS

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A SAÚDE MENTAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS NA PANDEMIA DA COVID-19: impasses éticos à construção da identidade da/o psicóloga/o pesquisadora/or

Shirley Macêdo[1]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Introdução

A pandemia da covid-19 consiste em uma grave crise sanitária que promoveu consideráveis impactos em diversos contextos institucionais, os quais reverberaram nos modos de sentir, pensar e agir da população mundial, levando a agravos na saúde mental e repercutindo no trabalho das pessoas. Diante dela, medidas do Ministério da Saúde no Brasil foram implantadas para conter a transmissão do vírus, com destaque para a de distanciamento social, que levou à suspensão de atividades presenciais em diversas instituições, a exemplo daquelas destinadas à educação superior pública. Orientadas por portarias do Ministério da Educação, essas instituições recorreram a ferramentas de Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC) tanto para continuarem através do Ensino Remoto Emergencial (ERE) quanto para treinarem servidores e docentes (BEZERRA *et al.*, 2020; FARO *et al.*, 2020; GOMES *et al.*, 2020; GUSSO *et al.*, 2020).

No contexto pandêmico, Faro *et al.* (2020) destacam que sujeitos de maior nível educacional são mais vulneráveis a estresse, ansiedade, depressão, fobias específicas, evitação, comportamento compulsivo, sintomas físicos e prejuízos no funcionamento social, enquanto Macêdo, Amorim e Souza (2021) enfatizam que a pandemia e o consequente distanciamento social promoveram agravos à saúde mental daqueles que compõem a comunidade acadêmica universitária pública, que foram afetados pela nova modalidade de trabalho remoto, tendo que se adaptar a cotidianos atípicos, que envolveram, dentre outros, capacitações para o uso de plataformas digitais, para o emprego de novas ferramentas de ensino e para a adoção de novas metodologias de avaliação.

1 Doutora em Psicologia Clínica; Docente do Colegiado de Psicologia e da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), onde desenvolve pesquisas no Laboratório de Práticas Transdisciplinares em Saúde e Educação (LETRANS) e coordena o Núcleo de Cuidado ao Estudante Universitário do Semiárido (NuCEU). É membro da Associação Brasileira de Psicologia Fenomenológica (ABRAPFE) e do GT ANPEPP "Fenomenologia, Saúde e Processos Psicológicos". E-mail: shirley.macedo@univasf.edu.br.

De um lado, diversos estudantes universitários não têm acesso de qualidade a TDICs para realizarem atividades *on-line*, o que expõe a fragilidade dos sistemas educacional e de saúde pública no Brasil e exige das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas investimentos em acessibilidade digital para esta população (AVELINO; MENDES, 2020; BRONZONI *et al.*, 2020; SOUZA; MIRANDA, 2020). De outro, docentes têm que inovar suas práticas de ensino, pesquisa e extensão; investir em *home office*, arcando com os custos das suas próprias ferramentas de trabalho em ambiente doméstico e, na tentativa de conciliar o espaço público de trabalho com o espaço privado do lar, terminam experimentando sobrecarga laboral e precarização de condições e relações de trabalho que impactam sobremaneira na sua saúde mental (MACÊDO, 2020; MACÊDO; AMORIM; SOUZA, 2021).

Cavalcanti e Guerra (2022) defendem que, infelizmente, não foi detectado um plano de contingenciamento para orientar procedimentos e rotinas padronizadas para as IESs públicas brasileiras enfrentarem a crise pandêmica e o desafio de garantir o acesso e a permanência dos discentes, questões agravadas pela crise orçamentária pela qual passam essas instituições desde 2019 para dar continuidade a atividades de ensino, pesquisa e extensão. Mesmo assim, o esforço de servidores, discentes e docentes, todos inseridos em *home office*, fortalecido pelas capacitações ofertadas pelas próprias IESs, permitiu que as atividades tivessem continuidade.

Neste contexto, vale refletir sobre a os impasses éticos enfrentados nas práticas de pesquisa realizadas em IESs públicas brasileiras por quem, além de docente pesquisadora/or, é psicóloga/o. Quanto aos limites éticos para o ensino da prática psicológica remota em serviços escola de Psicologia por meio do uso das TDICs durante o período em que vigorou o distanciamento social em virtude da pandemia da covid-19, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) encabeçaram uma força tarefa com inúmeras discussões que resultaram em uma cartilha para orientar docentes, supervisores e discentes (CFP; ABEP, 2020), principalmente para não se transgredir a ética da profissão. Além disso, surgiram produções científicas que versam sobre a temática e favorecem reflexões sobre como ensinar e formar futuros psicológicos para produzir documentos psicológicos em situação de pandemias (e.g. MARASCA *et al.*, 2020; SOLIGO *et al.*, 2020). No entanto, há uma carência de publicações que enfatizem quais os impasses éticos enfrentados por psicólogas/os pesquisadoras/res durante este período.

Nos anos 2000, entretanto, Valle Cruces (2008) discorreu sobre a importância da pesquisa na formação de psicólogas/os brasileiros, enfatizando como historicamente, desde o século XIX, os modelos desta formação já se baseavam na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas a regulamentação da profissão e a expansão do número de instituições de ensino superior que ofertam o curso sem interesse em pesquisa terminaram por provocar distanciamento entre

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ensino e pesquisa, embora as diretrizes curriculares para formação do e a avaliação dos cursos para se adequarem a tais diretrizes tenham estimulado uma formação continuada e de qualidade de psicólogas/os docentes e pesquisadoras/res.

A autora acima já destacava naquela época, portanto, preocupações relacionadas à defasagem entre teoria, prática e pesquisa nesta formação, apontando a pesquisa como um fator que permite não só a ampliação do campo de atuação profissional da/o psicóloga/o, mas também formação científica sólida, que favorece práticas mais críticas, competentes e eticamente comprometidas. Argumentou: "acredita-se que, quando se preparam bons pesquisadores, também estão sendo formados profissionais capazes de avaliar, questionar, observar, levantar hipóteses sobre os possíveis motivadores dos comportamentos estudados e de planejar intervenções eficazes para as necessárias transformações" (VALLE CRUCES, 2008, p. 242-243).

Esses argumentos soam coerentes com um artigo de Botomé (2007) que, ao publicar as ideias da professora Carolina Martuscelli Bori suscitadas em um debate ocorrido em 1984 com outros dois cientistas da Psicologia na Universidade de Brasília sobre os problemas e soluções para a pesquisa no Brasil, resumiu que política científica em Psicologia, que sustente a pesquisa como empreendimento real, significativo e emancipador, não se faz sem a participação coletiva dos cientistas e das universidades. Destacamos neste artigo a importância de psicólogas/os pesquisadoras/res estarem atentos ao momento político, econômico e histórico pelo qual passa a sociedade na qual ele está inserido, enfrentando o desafio constante de integrar pesquisa científica, Psicologia e realidade social das pessoas que demandam sua ajuda.

Portanto, diante do atual cenário que afeta a saúde mental e as possibilidades de se fazer pesquisa de qualidade da comunidade acadêmica de diversas IESs públicas brasileiras, nas quais estão inseridos psicólogas/os pesquisadoras/es que têm por missão produção de conhecimentos que caminhem na direção das diversas demandas da sociedade para promover saúde e qualidade de vida de pessoas e instituições, questionamos: até que ponto tais profissionais estão impactados em sua saúde mental e isso pode colocá-los frente a impasses éticos para continuar produzindo conhecimento de qualidade no formato remoto de pesquisa que se instituiu com o distanciamento social? Até que ponto a qualidade e a ética dos seus estudos foi impactada pelo modelo remoto pelo qual deveriam pesquisar? Que impasses foram enfrentados? Como esses impasses se refletem na construção da identidade desses pesquisadores como profissionais de saúde? Que estratégias podem ser empregadas para a continuidade de práticas de pesquisa em Psicologia que resguardem a ética, a qualidade do conhecimento produzido, a competência e a própria saúde do em momento de crise sanitária, política, econômica e social?

Assim, neste capítulo, a partir da nossa experiência como docente de universidade pública, psicóloga e pesquisadora, pretendemos refletir sobre possíveis

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

impasses éticos enfrentados por psicólogas/os pesquisadoras/res de IESs públicas brasileiras durante a pandemia da covid-19 e o período obrigatório de atividades remotas; destacar a relação destes impasses com a saúde mental e o processo de construção de identidade deles; assim como discorrer sobre quais foram/são nossas próprias estratégias de enfrentamento para resguardar ações de cuidado à nossa saúde mental e ao nosso processo de construção de identidade e de nossa equipe na condução ética dos nossos estudos. Nosso intuito é contribuir para se pensar a prática ética de pesquisa em Psicologia durante a crise sanitária no contexto dessas instituições.

Ética em pesquisa, identidade profissional e saúde mental da/o psicóloga/o pesquisadora/or no contexto da pandemia da covid-19

Iniciamos nossas reflexões a partir daquilo que constitui a Deontologia, ou seja, o conjunto de nossos deveres e obrigações profissionais, o qual prescreve que tenhamos conhecimento da ciência psicológica, dos serviços a serem prestados na direção das demandas da sociedade e dos padrões éticos da nossa profissão. Esses padrões instituem normas claras que justificam nossas ações, diante da nossa missão precípua de promoção de saúde e qualidade de vida para pessoas e instituições. No entanto, essas normas não são únicas nem absolutas, requerendo constantes reflexões sobre nosso saber, nosso fazer e nosso saber fazer, pois só saberemos se somos efetivamente éticos diante dos impasses que nos surgem nas nossas práticas cotidianas.

Assim, partindo da ética como sendo fundamentada em um padrão de conduta e que nos remete a uma dimensão valorativa universal em uma dada sociedade, lembramos os princípios fundamentais prescritos no Código brasileiro de Ética Profissional do Psicólogo, os quais predizem que este profissional atuará "com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural" e "com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática" (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7). Também partiremos do que orienta o referido código em seu art. 16: na realização de atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, o avaliará os riscos envolvidos e garantirá o caráter voluntário de participação de um sujeito mediante consentimento livre e esclarecido. Estes preceitos do nosso código de ética nos fazem refletir como as mudanças impostas a partir da pandemia, do distanciamento social e da prática de pesquisa remota colocou as/os psicólogas/os pesquisadoras/res diante de dilemas e impasses éticos.

Vale, aqui, lembrar Medeiros (2002), para quem a prática do profissional de saúde é atravessada por vivências que têm consideráveis significados em sua vida

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

pessoal e na daqueles com quem mantém contato, as quais podem promover neste profissional crises existenciais, e o levam a experimentar dilemas e desafios profissionais de como ser ético quando a moral e as normas vigentes para o exercício da sua profissão não orientam suas ações nem normatizam seus comportamentos e condutas em determinadas situações.

O nosso foco, portanto, não é apenas refletir moralmente, ou apenas a partir de normas, pois como escreveu Calligaris (2015), só pensa moralmente quem julga por convicção própria, sem se preocupar com as normas, e quem julga apenas a partir de normas não pensa moralmente, pois a escolha ética é singular e autônoma. Assim, um dilema ético surge entre processos morais, éticos, emocionais e leis. Sabemos que o Código de Ética Profissional do Psicólogo, apesar de ser a principal referência, não é uma "receita de bolo" e os dilemas éticos aparecem no cotidiano. A análise e reflexão na tomada de decisão é que farão de cada psicóloga/o uma/um profissional ético.

Uma situação eticamente dilemática se apresenta quando devemos eleger entre duas ou mais opções relacionadas a princípios éticos da profissão; somos obrigados a atuar, porque se abster de atuar atenta contra esses princípios ou temos que escolher entre opções que envolvem ações contra esses mesmos princípios e, talvez, atuar contra a autonomia ou contra a beneficência. Assim, a decisão do dilema ético se apoiará em três aspectos: consciência do problema e das consequências da ação para si e para os outros; princípios científicos que fundamentam a ação; e responsabilidade pela ação escolhida.

Os passos para a tomada de decisão, seriam, então: identificarmos os dilemas éticos, as práticas relacionadas a esses dilemas e as pessoas potencialmente afetadas por nossa decisão; refletirmos sobre as influências subjetivas, o curso e as alternativas de ação; analisarmos os potenciais riscos e os benefícios associados aos cursos dessa ação; selecionarmos a ação após atentar minuciosamente para código de ética da profissão; tomarmos uma decisão e assumirmos a responsabilidade pelas consequências desta; avaliarmos os resultados da ação; aceitarmos a responsabilidade pela decisão e, se necessário, corrigirmos as consequências negativas, prevendo futuros dilemas éticos. É nesse bojo de reflexões que buscaremos compreender certos dilemas éticos que enfrentamos como psicólogas/os pesquisadoras/es, os quais impactam no nosso processo de construção de identidade profissional e na nossa saúde mental no contexto do trabalho remoto em virtude do distanciamento social provocado pela pandemia da covid-19.

Identificados esses passos, partimos para uma das temáticas chaves deste capítulo: o processo de construção da identidade profissional da/o psicóloga/o. Mazer e Melo-Silva (2010) realizaram uma revisão sistemática da literatura para analisar a produção científica brasileira sobre o tema e constataram que esta identidade pode ser considerada produto de um conjunto integrado de fatores pessoais e

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

profissionais que influenciam no desenvolvimento da carreira. Destacaram que, cada vez mais, o exercício da profissão tira a centralidade do indivíduo e adota perspectivas mais focadas nas realidades sociais dos sujeitos. É possível refletir, após mais de dez anos desta publicação, que as mudanças impostas pelas novas TDICs, pelo crescimento desenfreado das redes sociais, pela pandemia da covid-19 e pelo distanciamento social, levaram a transformações na atuação, na prática, na produção do conhecimento e, portanto, no processo de construção social da identidade da/o psicóloga/o pesquisador.

É preciso destacarmos, também, como já pontuaram Oliveira *et al.* (2017), que as novas tecnologias revelam formas de comunicação e práticas sociais cotidianas que desafiam o modo como nós psicólogas/os fazemos ciência. Nesse processo, consideramos que é necessário atentar para como a/o psicóloga/o pesquisadora/or utiliza recursos virtuais para estudar processos/sistemas, coletar e/ou analisar resultados, o que impõe desafios à inovação teórico-metodológica, assim como à ética em pesquisa com seres humanos.

O CFP, através da Resolução nº 16/2000, dispôs sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, considerando a necessidade de expandir os artigos referentes à ética na pesquisa, dispostos no Código de Ética e na Resolução nº 011/97 e a necessidade de orientar e complementar o entendimento do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Considerou, também, que a pesquisa psicológica envolvendo seres humanos é uma prática social que visa a produção de conhecimentos que propiciam o desenvolvimento teórico do campo e contribuem para uma prática profissional capaz de atender às demandas da sociedade. Também reconheceu a diversidade da Psicologia e a necessidade de se levar em consideração os pressupostos teóricos e metodológicos dos seus vários campos de atuação e aplicação e consequentemente as diferentes formas que a pesquisa pode assumir. Assim, regulamentou regras e procedimentos que deveriam ser reconhecidos e utilizados nessa prática.

Dentre outros preceitos, regeu que a/o psicóloga/o pesquisador deveria garantir que dispõe dos meios, recursos e competências para lidar com as possíveis consequências de seus procedimentos e intervir, imediatamente, para limitar e remediar qualquer dano causado, além de quando das comunicações científicas e da divulgação ao público, estaria obrigado à vigilância do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Fora isso, muitas ressalvas foram feitas no âmbito do uso de instrumentos de avaliação psicológica em pesquisas.

No entanto, através da Resolução 10/2012 o próprio CFP revogou a Resolução 16/2000 considerando que o CNS definiu diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Desta feita, pode ter favorecido a ação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), órgãos de caráter consultivo, deliberativo e educativo, na regulação do trabalho da/o psicóloga/o, quando pesquisador. Desta

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

forma, entendemos que foi colocada uma cisão entre a regulamentação ética do exercício da prática profissional da/o psicóloga/o e da sua prática como pesquisador, considerando que um CEP, apesar de ser constituído por um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, pode, na emissão de pareceres, em determinados casos, apresentar limitações quanto ao entendimento de aspectos altamente relevantes na caracterização da pesquisa em Psicologia, profissão que apresenta especificidades éticas e práticas, principalmente quanto ao uso de instrumentos/medidas de avaliação psicológica, à própria relação que pode ser estabelecida com o sujeito da pesquisa e à natureza de pesquisas interventivas.

Onde pretendemos aportar com esta crítica? Em questionamentos como: quando sou pesquisador, minha prática pode ser considerada de psicóloga/o? Quando sou psicóloga/o, tenho clareza dos preceitos éticos de uma pesquisa? Como vimos acima, o investimento das instituições de formação de psicólogas/os na regulamentação da profissão e nos serviços escola como centros de capacitação para o mercado de trabalho promoveu um distanciamento entre ensino e pesquisa, embora não tenha sido esse o objetivo das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (instituídas em 2004, revogadas em 2011 e desde 2018 aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, mas ainda não homologadas pelo MEC).

Tem sido comum autores apontarem que atividades práticas em serviços escola de Psicologia são básicas para a construção da identidade profissional da/o psicóloga/o, sendo necessário que as IESs invistam em condições reais de capacitação profissional, como alertam Espírito e Castro (2012) e Macêdo, Nunes e Duarte (2020). No entanto, considerando que no processo de construção de identidade da/o psicóloga/o, a prática em pesquisa, que pode ser compreendida como balizadora de práticas mais críticas, competentes e eticamente comprometidas, deva ser amparada por uma formação que viabilize experiências e colabore com a produção de conhecimento sistemático não apenas do lugar de pesquisador, mas assumindo a identidade de psicóloga/o pesquisadora/or.

A própria cartilha CFP & ABEP (2020), elaborada com recomendações sobre práticas e estágios remotos em tempos de pandemia, ao enfatizar a diversidade de contextos de inserção profissional da/o psicóloga/o, destaca o campo da pesquisa como possibilidade de atuação prática tanto no setor público como privado e também, ao definir os macroprocessos de trabalho, situa a transversalidade das práticas da psicóloga/o apontando que processos de investigação científica podem se dar em diferentes contextos de atuação.

Além disso, o documento também destaca a importância do domínio do saber científico para solucionar problemas colocados para a sociedade, situando experimentos e técnicas de coleta de informações. No nosso entendimento, apesar dos organizadores dessa cartilha elencarem, à página 33, os tipos de processos de

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

investigação científica que podem ser realizados e definirem práticas em cenário de educação remota e emergencial, não orientaram sobre como essas atividades poderiam ser realizadas, nem sobre preceitos éticos para a realização das mesmas, restringindo suas orientações aos estágios em serviços escolas, novamente colocando ênfase na prática profissional em detrimento da prática de pesquisa, auxiliando muito pouco a/o psicóloga/o pesquisadora/or diante das realidades de fazer pesquisa que se lhe interpuseram.

Em contrapartida, o CNS, através do Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS (BRASIL, 2021), orientou os CEPs para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, especificando como um pesquisador deveria submeter um protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP, como devem ser os procedimentos que envolvem contato com possíveis participantes da pesquisa através de meio virtual ou telefônico, como se deve resguardar a segurança na transferência e no armazenamento de dados da pesquisa, assim como devem ser o conteúdo dos documentos tramitados (particularmente em relação ao TCLE e ao instrumento de pesquisa). Essas orientações, contudo, não atendem, de todo, determinados processos de condução de pesquisas psicológicas envolvendo seres humanos, principalmente se considerarmos o uso de instrumentos/medidas de avaliação psicológica e o contexto de pesquisas interventivas.

Muitas vezes, como pesquisadora ativamente atuante no contexto da pesquisa remota durante a pandemia, já enfrentamos o desafio de ter pendências em CEPs que nos levaram a ter que justificar o uso de nomenclaturas e procedimentos que são mais coerentes com nossa abordagem de prática psicológica e não necessariamente compreensíveis por pesquisadores não psicólogas/os que adotam terminologias hegemonicamente reconhecidas como mais adequadas no campo das ciências humanas e da saúde. Enfrentamos, também, exigências para além da bioética e da proteção do sujeito da pesquisa, quando, por exemplo, foi requerido que adequássemos um projeto de pesquisa às normas de edição científica da ABNT quando o escrevemos respeitando as normas APA, vigentes para periódicos em Psicologia como ciência e profissão. Também percebemos que, algumas vezes, se formos recorrer aos limites da nossa profissão como psicólogas/os nem sempre conseguimos convencê-los da importância e sistematização científica de alguns procedimentos adotados. Mesmo após a promulgação da Resolução CNS/CONEP 510/2016, pareceristas de CEPs ainda presos a uma visão mecanicista, cartesiana e pragmática de fazer pesquisa, não consideram a viabilidade prática e ética de certos procedimentos profissionais das/os psicólogas/os que realizam pesquisas.

Certamente que isso tem um impacto considerável na construção da identidade da/o psicóloga/o pesquisadora/or, já que a identidade é um processo em que o sujeito se reconhece como membro ativo de um determinado grupo social. E como fica este processo em um contexto que tirou da/o psicóloga/o a possibilidade do

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

encontro imediato; que impôs o uso de um determinado meio de coleta (o virtual) e orientou preceitos éticos para o exercício da profissão e não para a prática em pesquisa? Concordarmos com Palácios *et al.* (2020) que o rigor ético de uma pesquisa precisa prevalecer mesmo em contextos de emergências sanitárias, e questionamos como a/o psicóloga/o pesquisadora/or pode ter ficado a mercê de parâmetros de avaliação de seus projetos para aquém ou além da ética em pesquisa com seres humanos, quando essas avaliações constituem muito mais posicionamentos pautados em ideologias dominantes sobre o que é fazer pesquisa em ciências humanas e da saúde, do que pautados no reconhecimento da necessidade de investigações que possam responder a vários problemas concretos pelos quais passa a sociedade nesses dois últimos anos.

Vivendo na pele esses entraves, tivemos a sensação de um mal-estar diante da nossa percepção de que estudos qualitativos e de cunho intersubjetivos ainda são questionados no âmbito científico como sistematicamente inválidos. Além disso, vivenciamos a angústia do tempo que se delongava para cumprir prazos e exigências de órgãos de fomento, tendo que justificar para o CEP o que para a prática remota da Psicologia era cientificamente válido, mas para a prática da pesquisa remota não era eticamente reconhecido como possível.

Outra questão que afetou nossa identidade como psicólogas/os pesquisadoras/es foi o fato de que, quando era para intervir, muitos sujeitos do nosso público-alvo (estudantes e docentes de IESs públicas) buscavam ajuda nas práticas divulgadas e promovidas remotamente. No entanto, quando era para pesquisar suas experiências, muitos desses sujeitos não se permitiam participar das pesquisas e nos perguntávamos até que ponto esses atores sociais valorizam a pesquisa como forma de cuidado e denúncia dos agravos à sua saúde. Considerando a necessidade da cultura de alta performance, na qual os sujeitos não querem parecer fracos e silenciam seus sofrimentos (MACÊDO, 2018; OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017), resta refletirmos sobre possíveis entendimentos/julgamentos que alguns participantes da pesquisa silenciaram, se talvez perceberam alguma desconexão entre pesquisa e escuta psicológica ativa, uma vez que consideramos o espaço da pesquisa como um espaço constituído de fala, escuta e cuidado.

Em contrapartida, alguns(mas) participantes se delongavam na coleta de dados, apresentado demandas de fala por estarem diante de um pesquisador que também era psicólogo, terminando por usar o tempo para falar sobre questões que não estavam relacionadas aos objetivos da pesquisa e sim às suas angústias momentâneas diante do cenário atípico, assustador e que os faziam se sentir sozinhos e abandonados. Em alguns casos, essas falas estavam carregadas de queixas relacionadas à vida pessoal e à instituição na qual esses sujeitos trabalhavam ou estudavam, e os membros da equipe de pesquisa precisavam estar vigilantes para não prosseguir diante de demandas para as quais seu papel de pesquisador era limitado. Foi em

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

reuniões da equipe de pesquisa que os orientandos reconheceram que a escuta que estavam disponibilizando não era necessariamente a de um pesquisador, mas a de um clínico em Psicologia, fazendo com que todos vivenciássemos, novamente, um processo de conflito de identidade entre ser pesquisador e ser entre ser pesquisador e ser clínico, embora reconheçamos, como enfatizam Morato e Sampaio (2019), que uma prática de pesquisa em Psicologia pode/deve favorecer uma escuta acolhedora, já que se constitui em uma ação clínica.

Diante dos resultados que íamos coletando, da prática interventiva que íamos desenvolvendo e dos momentos nos quais os sujeitos usavam o espaço da pesquisa para buscar ajuda e atender demandas internas, tínhamos clareza que eles estavam sofrendo intensamente no contexto do trabalho remoto e do distanciamento social provocados pela crise sanitária, mas precisávamos aguardar a sistematização de dados concretos de pesquisa para poder construir conhecimento cientificamente validado no mundo das produções científicas. Assim, enfrentamos conflitos identitários diante da frustração de não poder denunciar, a curto prazo, com dados concretos, aquilo que o contexto das nossas práticas profissionais e nossos momentos de escuta nas práticas de pesquisas já apontavam como risco e agravo à saúde mental das pessoas.

O leitor pode indagar: porque não relataram a experiência prática? É importante lembrar que certos periódicos mais renomados de IESs públicas que investem em pós-graduação *strictu sensu*, são mais receptivos a relatos de pesquisa aprovadas por CEPs do que a relatos de experiência de práticas profissionais, até porque estes são pautados na experiência profissional e não em dados advindos daqueles que se submeteram a uma intervenção prática.

Certamente que aqui devemos lembrar dos Mestrados e Doutorados Profissionais, focados em intervenções, no entanto, até nessas instituições construir uma identidade de psicóloga/o pesquisadora/or é um processo complexo, visto que nossa experiência como docente de mestrado profissional nos mostra como os profissionais que adentram esses programas têm grande dificuldade de desenvolver sistematicamente uma pesquisa.

Neste processo de praticar e fazer pesquisa concomitantemente, outro desafio foi conduzir entrevistas *on-line*, considerando a mesma como um instrumento de avaliação psicológica. Mendez, Mahler e Taquette (2021) argumentam que, no uso deste instrumento de forma remota, os pesquisadores precisam dominar TDICs e os sujeitos de pesquisa se sentem mais confortáveis em realizar entrevistas remotas frente à crise sanitária. No entanto, nossa competência prática e de pesquisa para aplicar o instrumento foi afetada diante de alguns entraves como: problemas de conexão, os sujeitos não se preocuparem com o sigilo e aparecerem acompanhados na entrevista, dificuldades de compreensão adequada do TCLE pelo(a) participante, problemas de acessibilidade dos(as)

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

participantes; interferências externas (sons e vozes diversos) e câmera desligada por ele(a), seja por causa do desconforto em se expor, seja para melhorar a transmissão da voz.

Certamente que todos esses entraves nos levaram a refletir sobre o processo de construção de identidade da/o psicóloga/o pesquisadora/or, principalmente quando a crise pandêmica impôs atividades remotas, o CFP não orientou possibilidades e preceitos éticos para a prática de pesquisa em Psicologia especificamente no âmbito da formação da/o psicóloga/o e houve necessidade de adaptar instrumentos aplicados apenas presencialmente para o contexto da pesquisa remota. Mesmo que reconheçamos que legislar sobre a formação graduada e pós-graduada cabe ao MEC e às IESs, defendemos que a prática da pesquisa em Psicologia também é uma prática profissional, considerando as DCN que prescrevem a tríade ensino, pesquisa e extensão como campos de atuação profissional da/o psicóloga/o.

Diante deste cenário, e considerando a/o psicóloga/o pesquisadora/or como alguém inserido no mesmo contexto social dos seus sujeitos de pesquisa, o que dizer sobre saúde mental deste profissional no contexto pandêmico e de trabalho remoto? Certamente que, diante desta realidade de crise desafiadora e considerando a especificidade de seu trabalho de caminhar nas direções das demandas da sociedade (que podem ser as suas próprias), promovendo saúde e qualidade de vida para pessoas e instituições (o que pode ser feito através de pesquisas e produção de conhecimento), a/o psicóloga/o pesquisadora/or foi desafiado diante dos limites que definem os preceitos éticos de sua prática.

Consideremos, neste processo, que como qualquer trabalhador inserido em contexto de *home office*, os pesquisadores, prioritariamente docentes de IESs públicas, transferiram para casa o seu trabalho, que se sobrepôs às suas atividades domésticas e familiares. Isso produziu consequências para a sua saúde, tanto física quanto mental e é preciso se pensar em fatores de proteção a esta saúde.

Pinho *et al.* (2021), ao estudarem as repercussões das novas exigências em virtude da pandemia da covid-19 no trabalho remoto e na saúde de docentes baianos, baseiam-se em diversos estudos atuais e afirmam que o trabalho docente, que antes era executado na sala de aula, foi transferido para a tela do computador ou celular, com total ausência de infraestrutura necessária e com limitado conhecimento do docente sobre as novas TDICs. Assim, esse profissional precisou inovar, planejar e executar atividades sem tempo hábil; teve ampliadas sua jornada de trabalho, potencializada a precariedade de suas condições de trabalho, agora adaptadas em seus domicílios, e aumentadas suas despesas. Assim, além do medo de serem contaminados e contaminar suas famílias, esses docentes precisaram dar conta de atribuições profissionais, o que, necessariamente, repercutiu em suas saúdes, com destaque para

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

transtornos mentais, distúrbios músculo-esqueléticos e distúrbios vocais. Os autores destacaram que as docentes mulheres foram as mais afetadas, dado que mais uma vez nos leva a refletir sobre a situação da/o psicóloga/o docente pesquisadora/or, considerando que a profissão no Brasil é exercida por mais mulheres que homens[2].

Por sua vez, Osório (2020) acredita que a pandemia por covid-19 impôs importantes limitações à realização de pesquisa científica, pois, para cumprirem preceitos éticos e diretrizes dos órgãos de saúde, priorizando a saúde e segurança dos participantes e das equipes de pesquisa, os cientistas adiaram ou alteraram significativamente os protocolos dos seus estudos. Salienta que, no caso das pesquisas em Psicologia, tudo é mais complexo, diante do fato de que muitos contextos de coleta de dados implicam contato direto e próximo com seres humanos. Tentando se adequar ao formato remoto de fazer pesquisa, muitos desses pesquisadores tentaram substituir metodologias de coletas presenciais por modalidades remotas, enquanto outros não puderam substituir, o que pode favorecer consequências negativas para os estudos, "atraso no desenvolvimento de ferramentas diagnósticas e de novos tratamentos para diversos transtornos psicológicos, para além de desistências em massa de pesquisadores em início de carreira ou com vínculos precários" (p. 12).

Já Alcolumbre, Alcolumbre e Paraguassu (2020) argumentam que há evidências de uma crescente crise de saúde mental entre os pesquisadores, que pôde ter sido exacerbada pela pandemia da covid-19, principalmente entre aqueles iniciantes (pós-graduandos e pós-doutorandos), referindo estudos que apontam sofrimento intenso, ansiedade e depressão decorrentes das produções científicas desses sujeitos. Salientam que uma pesquisa excelente depende de um ambiente de trabalho saudável e de apoio para que os pesquisadores possam florescer. Acrescentam que problemas de saúde mental impactam profundamente na vida dessas pessoas e reduz a produtividade delas, e que longas horas de trabalho e falta de equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal são fontes de desgaste físico e mental. Assim, durante a pandemia, o aumento do trabalho em casa, que impôs limite entre o trabalho e a vida doméstica, associados à pressão exacerbada por metas de publicação e geração de renda, assim como o assédio moral endêmico em alguns ambientes de pesquisa, constituem fatores de risco à saúde mental dos pesquisadores. Para tanto, os autores propõem a alfabetização e ampliação do conhecimento aprimorado em saúde mental, que podem aumentar a capacidade e disposição para se buscar ajuda. Também destacam que relações de suporte com colegas e orientadores/supervisores são fundamentais à manutenção da saúde e qualidade de vida dessas pessoas, pois um suporte inadequado se torna mais uma fonte significativa de estresse. Além disso, enfatizam o valor de: arranjos *on-line* para este apoio, no sentido de diminuir a solidão e os sentimentos

2 Com relação às informações sobre homens e mulheres na Psicologia consultar o Infográfico do CFP. Disponível em: http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

negativos; treinamento em saúde mental/bem-estar e incentivo a relações sociais de trabalho no ambiente organizacional pelas instituições de pesquisa.

O artigo mencionado acima remete à nossa própria experiência liderando equipes de pesquisa em IES pública nos níveis de graduação e pós-graduação, considerando fatores de risco como: a) queda de produtividade de alguns pesquisadores durante determinados períodos letivos; b) sentimentos de incerteza, medo, saudade e insegurança frente ao distanciamento social e à pandemia; c) carência de recursos orçamentários para continuar desenvolvendo os estudos, devido ao corte de bolsas; d) conflitos domésticos com familiares e amigos; e) dificuldades em conciliar atividades domésticas com atividades acadêmicas no exercício de vários papéis, principalmente entre pesquisadoras mulheres; f) dificuldade no manejo de tempo para priorizar a si mesmos(as) e momentos de lazer; g) dificuldades de adaptação aos novos processos de ensino-aprendizagem requeridos pelo ERE (sobrecarga de atividades, novas metodologias de aulas e de avaliação); h) falta de clareza de quando o trabalho remoto iria se encerrar, agravada por fantasias da possibilidade de não mais retornar totalmente ao ensino presencial; i) limitações interpostas pelas TDICs para os processos de coleta de dados e análise de resultados; etc. Diante dos fatos descritos, reconhecemos que alguns fatores de proteção precisam ser empregados pelos pesquisadores, pelos seus gestores/orientadores e pelas IESs públicas de formação de s, para enfrentar as adversidades e, frente à crise de identidade das/os psicólogas/os pesquisadoras/res, resguardar a ética e a saúde mental no exercício das nossas práticas de pesquisa durante a pandemia, o isolamento social e a interposição do trabalho remoto.

Primeiramente, consideramos que uma das formas de a/o psicóloga/o pesquisadora/or lidar com o estresse de certas interposições institucionais que ameaçam seu processo de construção de identidade e sua saúde mental é amparar cientificamente seus posicionamentos. Para além disso, precisa garantir a apresentação de resultados sistemáticos em eventos nacionais/internacionais e o encaminhamento/publicação de manuscritos em periódicos científicos, favorecendo a comunidade acadêmica no acesso constante às suas produções, principalmente aquelas que aportem em indicadores de fatores de risco e de proteção para a sociedade que enfrenta uma crise sanitária sem precedentes. Durante a pandemia, houve um *boom* de publicações de revisão sistemática da literatura e ensaios teóricos no âmbito das ciências sociais, humanas e da saúde. É lógico que reconhecemos o valor científico dessas categorias de publicações, mas a comunidade está necessitando de produção de conhecimento advindos de relatos de experiências e de pesquisas interventivas, cuja natureza prediz uma intervenção profissional e aponta seus resultados. O dilema da possível dicotomia entre ser psicóloga/o ou ser pesquisadora/or findaria nesses processos, porque o profissional estará praticando a profissão ao mesmo tempo em que sistematizará conhecimentos sobre o que faz e pesquisa.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Uma outra estratégia seria esse profissional estar disponível para, em momento de mobilização subjetiva do sujeito da pesquisa, suspender a coleta e ofertar um espaço de escuta e fala, favorecendo cuidado a esses sujeitos, o que viabilizaria assistência integral, gratuita, de qualidade e imediata. Para além deste ser um preceito ético de pesquisa com seres humanos, se o profissional delega esta função a um terceiro, dificilmente terá oportunidade de praticar a Psicologia como ciência e profissão no contexto de uma pesquisa. No nosso caso, ser orientadora psicóloga para além do papel de pesquisadora foi crucial para darmos conta dessa assistência sem perder o rigor ético da pesquisa.

Além disso, é preciso que não se perca de vista a importância do pesquisador alcançar os objetivos da pesquisa, conduzindo-a nos parâmetros definidos no projeto submetido a um CEP, o que baliza a tendência que ocorre entre psicólogas/os pesquisadoras/res iniciantes ao sair do papel de pesquisador e assumir o de um clínico em Psicologia, fato que pode comprometer os preceitos éticos de seu estudo. Nestes casos, torna-se importante que a/o gestora/or/orientadora/or psicóloga/o pesquisador tenha uma escuta atenta e sensível para promover diálogos reflexivos com sua equipe de pesquisa, a fim de que seus membros não se percam das proposições do estudo e das suas funções como pesquisadores.

Portanto, reuniões semanais sistemáticas, que busquem o apoio mútuo, questionem os impasses vividos em um contexto mesmo de supervisão da prática de pesquisa como prática profissional pode ser um caminho no qual se possam compartilhar pensamentos e sentimentos sobre a condução dos estudos, no sentido de transpor impasses e desafios vividos pelas/os psicólogas/os pesquisadora/res da equipe de pesquisa que tenham sido afetados em sua saúde mental e na qualidade dos estudos produzidos. Certamente que a atenção a esses processos demanda tempo, mas isso pode constituir um fator protetivo frente à ansiedade diante dos prazos a cumprir, da possibilidade de vivenciar obstáculos pessoais durante a pesquisa e dos impedimentos de construção de conhecimento de qualidade.

Por fim, é preciso que as IESs públicas de formação de psicólogas/os mantenham mais contato com o CFP, e vice-versa, expandindo relações e parcerias para além dos serviços-escola, especialmente neste contexto pandêmico de muitos desafios à profissão. Não se está atentando, aqui, contra a autonomia universitária, nem desconhecendo o papel da ABEP nas tentativas desta intermediação, no entanto, o trabalho das/os psicólogas/os pesquisadoras/es não pode ser regulado apenas pelos CNE, CNS e CONEP, já que as práticas psicológicas têm suas especificidades. É preciso, portanto, uma colaboração mútua entre essas instituições, resguardando aquilo que para todas se torna objetivo: a formação, nos âmbitos da graduação e pós-graduação, de uma/um psicóloga/o/profissional de saúde dotado de conhecimentos, habilidades e atitudes éticas coerentes com sua missão de promoção de saúde e qualidade de vida.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Considerações finais

Encerramos nossas reflexões lembrando a famosa frase de Rubem Alves (1933–2014): "milho de pipoca que não passa pelo fogo continua a ser milho de pipoca, para sempre. Assim acontece com a gente: grandes transformações acontecem quando passamos pelo fogo. Quem não passa pelo fogo fica do mesmo jeito, a vida inteira".

Necessariamente que o contexto do distanciamento social e do trabalho remoto provocados pela pandemia da covid-19 afetaram nossos modos de sentir, pensar e agir diante do nossa missão de praticar a pesquisa em Psicologia, continuamente expostos a dilemas éticos com os quais nos deparamos no cotidiano, tanto em relação às instituições que regulam nosso trabalho, quanto aos sujeitos das nossas pesquisas e aos membros de nossas equipes.

Contudo, foram tais dilemas que nos convocaram a um processo de reestruturação de nossa identidade como profissionais de Psicologia que também pesquisam, produzem e compartilham conhecimentos, fato essencial para o avanço do saber-fazer em nossa profissão. Certamente essas experiências nos transformaram como pessoas e profissionais, pois, apesar das muitas dificuldades enfrentadas, fomos convocados todos os dias, no entorno destas crises vivenciadas nos últimos anos, a refletir sobre o nosso papel nesta sociedade, tão carente de ajuda e tão necessitada de processos transformadores e que promovam mais saúde mental e qualidade de vida.

Que continuemos nos constituindo subjetivamente com o potencial de passarmos pelo fogo para nos transformarmos em pipocas, porque, como mesmo disse Rubem Alves, educador contemporâneo sem igual, precisamos ser símbolos das possibilidades de transformação pelas quais devem passar os homens para virem a ser o que devem ser.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALCOLUMBRE, I. B.; ALCOLUMBRE, S. B.; PARAGUASSU, É. C. Saúde mental dos pesquisadores em tempos de COVID-19. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [*s. l.*], v. 2, n. 13, p. 14-21, 2020. DOI: 10.36557/2674-8169.2020v2n13p14-21. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/137. Acesso em: 4 maio 2022.

AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. A realidade da educação brasileira a partir da covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. II/2, n. 5, p. 56-62, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3759679. Disponível em: https://revista.ufrr.br/boca/article/view/AvelinoMendes. Acesso em: 14 mar. 2021.

BEZERRA, K. *et al.* Ensino remoto em universidades públicas estaduais: o futuro que se faz presente. **Research, Society and Development**, [*s. l.*], v. 9, n. 9, p. e359997226, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7226. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7226. Acesso em: 1 maio 2021.

BOTOMÉ, S. P. Onde Falta Melhorar a Pesquisa em Psicologia no Brasil sob a Ótica de Carolina Martuscelli. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 23, n. esp., p. 29-40, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/Q3ywzcxkTkjBL-9J88zmPhhx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS**. Orienta procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRONZONI, F. S. da F. *et al.* Ensino remoto: desafios a ultrapassar em tempos de pandemia. **Disciplinarum Scientia**, v. 21, n. 2, p. 95-105, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/3450/2634. Acesso em: 29 abr. 2021.

CALLIGARIS, C. Dilemas éticos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 jun. 2015. Disponível em https://m.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2015/06/1640280-dilemas-eticos.shtml.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio**: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 30, n. 114,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

p. 73-93, jan./mar. 2022. DOI: 10.1590/S0104-40362021002903113. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/JbyKTD99g9Pwcky5n5cyXDg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 fev. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 10, de 26 de junho de 2012**. Revoga a Resolução CFP nº 016/2000. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-010-12.pdf. Acesso em 02 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 16, de 20 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000. Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/qualidade/Cfp16-00.pdf. Acesso em 2 maio 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da Covid-19**: Recomendações. Brasília: CFP, 2020. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientac%CC%A7o%CC%83es-formac%CC%A7a%CC%83o-e-esta%CC%81gios_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf. Acesso em: 4 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE; COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: CNS, 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

ESPÍRITO, Á. C. O. de; CASTRO, P. F. de. Reflexões sobre a formação da identidade profissional em Psicologia. **Revista Educação**, v. 7, n. 2, p. 40-55, 2012. Disponível em: http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/1137/0. Acesso em: 4 maio 2022.

FARO, A. *et al.* COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado**. Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 37, e200074, 2020. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.146. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100507&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

GOMES, V. T. S. *et al.* A Pandemia da Covid-19: Repercussões do Ensino Remoto na Formação Médica. **Rev. Bras. Educ. Med.**, Brasília, v. 44, n. 4, e114, 2020. DOI: 10.1590/1981-5271v44.4-20200258. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100=55022020000400602-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 17 abr. 2021.

GUSSO, H. L. *et al.* Ensino Superior em Tempos de Pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e238957, 2020. DOI: 10.1590/es.238957. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100802&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2021.

MACÊDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. DOI: 10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 abr. 2021.

MACÊDO, S. Sofrimento Psíquico e Cuidado com Universitários: Reflexões e intervenções fenomenológicas. **ECOS**: Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 8, n. 2, p. 265-277, 2018. Disponível em: http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2844/1566. Acesso em: 4 maio 2021.

MACÊDO, S.; AMORIM, J. L.; SOUZA, M. P. G. de. Distanciamento social na pandemia da covid-19: estudo com docentes universitárias. **Linhas Críticas**, [*s. l.*], v. 27, p. e39455, 2021. DOI: 10.26512/lc27202139455. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/39455. Acesso em: 26 abr. 2022.

MACÊDO, S.; NUNES, A. L. P.; DUARTE, M. V. G. Escuta Clínica, Triagem e Plantão Psicológico em um Serviço-Escola Pernambucano. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 41, e219706, p. 1-17, 2021. DOI: 10.1590/1982-3703003219706. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/qQf9rckdQdrsVz4Dtj3GF6b/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 maio 2022.

MARASCA, A. R. *et al.* Avaliação psicológica *on-line*: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, e200085. DOI: 10.1590/1982-0275202037e200085. Disponível em https://www.scielo.br/j/estpsi/a/7ZC9NVCfHVVJ7gqTss5P9dc/?lang=pt. Acesso em: 4 maio 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MAZER, S. M.; MELO-SILVA, L. L. Identidade profissional do psicólogo: Uma revisão da produção científica no Brasil. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 30, n. 2, p. 276-295, 2010. DOI: 10.1590/S1414-98932010000200005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 4 maio 2022.

MEDEIROS, G. A. Por uma ética na saúde: algumas reflexões sobre a ética e o ser ético na atuação do psicólogo. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 22, n. 1, p. 30-37, mar. 2002. DOI: 10.1590/S1414-98932002000100005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/Y456mmsT37HQQ6hBVvPSHgw/?lang=pt#. Acesso em: 26 abr. 2022.

MENDEZ, G. de P.; MAHLER, C. F.; TAQUETTE, S. R. Qualitative Research in a Period of Social Detachment: The Challenge of Conducting Remote Interviews. **New Trends in Qualitative Research**, Oliveira de Azeméis, Portugal, v. 9, p. 336-343, 2021. DOI: 10.36367/ntqr.9.2021.336-343. Disponível em: https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/495. Acesso em: 21 fev. 2022.

MORATO, H. T. P.; SAMPAIO, V. F. A escuta clínica como um pesquisar fenomenológico existencial: uma possibilidade no horizonte da realização da existência. **Arquivos do IPUB**, v. 1, n. 1, p. 102-115, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.ipub.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/04/v1n1a08.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022.

OLIVEIRA, A. da S. D.; PEREIRA, M. de S.; LIMA, L. M. de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 609-619, 2017. DOI: 10.1590/2175-353920170213111132. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-609.pdf. Acesso em: 4 maio 2021.

OLIVEIRA, F. da C. *et al.* Novas páginas de pesquisa em psicologia social: o fazer pesquisa na/da internet. **Psicologia e Saber Social**, v. 6, n. 2, p. 186-204, 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/33558/23867. Acesso em: 26 abr. 2022.

OSÓRIO, A. A. C. Pesquisa em Psicologia na era Covid-19: desafios e oportunidades. **Psicol. Teor. Prát.**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 12-14, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v22n3/pt_v22n3a01.pdf. Acesso em: 4 maio 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PALÁCIOS, M. *et al.* **É possível minimizar os requisitos éticos para agilizar a aprovação de uma pesquisa em um Comitê de Ética em Pesquisa durante uma emergência sanitária?** Observatório Covid-19. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 4 p. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41195/2/PossivelMinimizarRequisitosEticos.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

PINHO, P. de S. *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da COVID-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, e00325157, 2021. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00325. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/fWjNP9QqhbGQ3GH3L6rjswv/. Acesso em: 4 maio 2022.

SOLIGO, Â. de F. *et al.* Formação em Psicologia: estágios e avaliação psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 1-18, 2020. DOI: 10.1590/1982-3703003243432. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/mw94RSM57sDVRyG33J4CyTD/?lang=pt. Acesso em: 4 maio 2022.

SOUZA, D. G.; MIRANDA, J. C. Desafios da implementação do ensino remoto. **Boletim Conjuntura (BOCA)**, v. 4, n. 11, p. 81-89, 2020. Disponível em: https://revista.ufrr.br/boca/article/view/SouzaMiranda. Acesso em: 30 abr. 2021.

VALLE CRUCES, A. V. A pesquisa na formação de psicólogos brasileiros e suas políticas públicas. **Bol. Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 240-255, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2008000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19: (im)possibilidades de uma prática ético-política

Catia Paranhos Martins[1]
Esmael Alves de Oliveira[2]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> *"Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo. Quem disse que a gente não pode cair? Quem disse que a gente já não caiu?"* (Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*, 2019).

A pandemia de covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, tanto em escala global quanto em escala local, tem impactado de diferentes maneiras e nos mais variados níveis nossos modos de ser e de existir. A nível social, seus efeitos são inúmeros, e de modo algum podem ser reduzidos a um debate biomédico. Ao contrário, se os sintomas e os efeitos da infecção são experimentados num corpo orgânico e individual, os impactos no âmbito psicossocial parecem evidenciar a importância e a necessidade de reflexões e/ou intervenções numa perspectiva coletiva (OLIVEIRA; MARTINS; SILVA, 2021).

Pesquisas atreladas aos mais variados campos disciplinares, e ancoradas nos mais distintos referenciais teórico-metodológicos, têm destacado que a pandemia no Brasil tem incidido de modo particular sobre indivíduos e grupos historicamente vulnerabilizados: mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ (sobretudo, travestis e transexuais), estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência, em situação de rua, população carcerária, imigrantes e refugiados, dentre outros (ESTRELA *et al.*, 2020; MUNIZ, 2020; MELO; TOMAZ, 2020; JORDÃO; SILVA, 2020; MANSANO; CARVALHO; CARVALHAES, 2021). Em tese, o vírus poderia infectar qualquer uma/um, entretanto determinados grupos, pelas

1 Graduada em Psicologia, Doutora em Psicologia (UNESP). Docente da Graduação em Psicologia; do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi) e da Residência Multiprofissional do Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: catiamartins@ufgd.edu.br.

2 Graduado em Psicologia, Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi) e Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: esmaeloliveira@ufgd.edu.br.

condições de vulnerabilização a que estão historicamente submetidos, ocupam as primeiras fileiras na dinâmica da infecção e das mortes nessa pandemia.

Diante deste quadro de guerra (BUTLER, 2015), situado em um país marcado pelas desigualdades sociais que fazem mal à saúde e vítimas diariamente (BARATA, 2009; OLIVEIRA; MARTINS; SILVA, 2021), e cujos efeitos humanitários de uma pandemia somam-se aos sanitários, somos interpeladas a partir de nossos lugares de professoras/es [3] no curso de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados; de nossas experiências profissionais e de pesquisa na construção da saúde como valor inegociável (e não como mercadoria); e, ainda, somadas às experiências junto ao Estágio Supervisionado em "Psicologia Social, Saúde Pública e Coletiva", para refletirmos: afinal, qual o lugar e o papel da Psicologia em um contexto de crise político-pandêmica? Se o presente é incerto e desafiante, o que nossas práticas sinalizam quanto ao futuro no campo psicossocial?

Para fins de organização de nossa reflexão, dividimos o texto em quatro seções: Na primeira, contextualizamos os movimentos reformistas em saúde como balizas do Estágio Supervisionado em "Psicologia Social, Saúde Pública e Coletiva". Na segunda, inspiradas/os pelo HumanizaSUS e pelas experiências exitosas do "SUS que dá certo", problematizamos os desafios encontrados ao longo do primeiro e segundo semestre 2021, quando estivemos numa proposta de estágio remoto em decorrência da pandemia. Nesse exercício, apresentamos, de forma breve, o InformaSUS, a Rede HumanizaSUS e o Curso "100 anos de Paulo Freire" (REDE EMANCIPA, 2020) como espaços de formação na busca pela superação dos impasses de nosso tempo. Na terceira sessão, uma reflexão sobre os desafios ético-políticos de uma Psicologia que se faz em um contexto de crise político-pandêmica. Como conclusão, apontamos para a importância do compromisso ético-político da Psicologia e de suas atrizes e atores para o enfrentamento das desigualdades sociais, violações de direitos e de produção de sofrimentos já tão naturalizados nesse contexto de crise sanitária, democrática e humanitária (SAWAIA, 1999; SAWAIA; FIGUEIREDO, 2019).

Caminhos percorridos na busca pela superação dos impasses

Acumulamos aprendizagens e desafios compartilhados com estudantes, gestoras/es, trabalhadoras/es, comunidades no Sistema Único de Saúde (SUS) de Dourados, MS. Ofertamos, desde 2012, o estágio supervisionado "Psicologia Social e Saúde Pública e Coletiva" e utilizamos como campos de prática a

3 Utilizaremos ao longo de todo o texto a flexão no feminino a partir de nosso compromisso ético-político ao pensamento feminista, bem como da compreensão que a Psicologia brasileira é composta por mulheres e corpos feminilizados. Somado a isso, acrescentamos (com ironia) o fato de que os homens são pessoas e o feminino serve como generalização.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Atenção Básica – AB (UBS e ESF) e a Atenção Psicossocial (CAPS II, CAPS AD e Residência Terapêutica). Em 2020, fomos atravessadas pela pandemia e pela impossibilidade de ida às unidades de saúde. Inúmeras eram as nossas dúvidas, que podem ser sintetizadas em: Como ofertar o SUS como espaço de formação e intervenção quando não podemos estar, sentir e construir com as demais pessoas envolvidas? Como ampliar a clínica e experimentar cogestão sem os imprevisíveis do cotidiano do trabalho em saúde, sem o encontro com as/os usuárias/os e trabalhadoras/es? (MARTINS *et al.*, 2022).

As nossas apostas na formação em Psicologia, aqui em especial no estágio supervisionado que ocorre do último ano da graduação, centram-se nas invenções e nos acúmulos das Reformas Sanitária e Psiquiátrica, na Luta Antimanicomial, e, ainda, somos inspiradas pela Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão – HumanizaSUS. O HumanizaSUS soma a ousadia dos movimentos reformistas em saúde, os avanços teóricos produzidos no campo da Saúde Coletiva, com especial destaque para a relevância das ciências humanas e sociais, bem como para a capacidade de criação de atrizes e atores do SUS. Nesse projeto comprometido com a produção de vida, e vida coletiva, saúde não se resume a diagnósticos, práticas curativas, dispositivos biomédicos e hospitalocêntricos. Ao contrário, rima com vida, com processos produtores de autonomia e liberdade, com arranjos sustentados no pressuposto de que a vida e os seus processos são direitos fundamentais inegociáveis.

Embora os movimentos em defesa da vida coletiva e as políticas de saúde possam ser definidos separadamente, optamos por entendê-los de forma articulada à medida que incluem sujeitos, coletivos, comunidades, propostas e concepções semelhantes, ou seja, da saúde como direito. As atrizes e os atores da Reforma Sanitária aspiravam, e tal sonho ainda é atual, por mudanças profundas na sociedade brasileira tão marcada pelas desigualdades sociais e iniquidades em saúde (OLIVEIRA; MARTINS; SILVA, 2021), fazendo do processo do direito à saúde um passo para transformar o País.

A Reforma Sanitária promoveu a articulação de práticas teórico-políticas numa luta que pode ser compreendida como:

> […] uma proposta que encerra um conjunto de princípios e proposições tal como disposto no Relatório Final da 8ª CNS [Conferência Nacional de Saúde]. É também um projeto […] [que requer] uma dada consciência sanitária, uma participação da cidadania e uma vinculação com as lutas políticas e sociais mais amplas. É ainda um processo […] [que] não se conteve nos arquivos nem nas bibliotecas, mas transformou-se em bandeira de luta, articulando um conjunto de práticas, e teceu um projeto político-cultural consistente enquanto prática social, tornando-se História.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> Trata-se, consequentemente, de um conjunto complexo de práticas (inclusive práticas de saúde) que integram a prática social (PAIM, 2008, p. 20, grifos do autor).

Foi também no interior desse projeto – processo – proposta, que ocorreu a Reforma Psiquiátrica caracterizada por Amarante (2020) em três momentos. A primeira etapa surge do cotidiano dos hospitais com o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), em que os profissionais iniciaram um processo denunciador da violência sofrida pelos doentes mentais recusando, assim, o "papel de carcereiros da loucura" (YASUI, 2014) e promovendo um reposicionamento crítico sobre a instituição psiquiátrica. A segunda etapa refere-se à participação de atrizes e atores dos Movimentos das Reformas Sanitária e Psiquiátrica nos espaços de decisão do Estado. Essa ocupação da máquina estatal foi uma estratégia visando garantir a condução do processo reformista. E, na terceira etapa da Reforma, houve a criação do Movimento da Luta Antimanicomial no II Congresso Nacional do MTMS, ocorrido na cidade de Bauru, SP, em 1986. O movimento reuniu usuárias/os, trabalhadoras/es e familiares, além de outros setores da sociedade civil, e instituiu o lema, ainda atual, "Por uma sociedade sem manicômios" na luta contra todas as formas de exclusão.

As pautas dos movimentos reformistas de participação social, ampliação da clínica, democratização das instituições e relações de trabalho, dentre outras, são atualizadas na Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS. Desde 2003, o HumanizaSUS fomenta mudanças em prol do fortalecimento do Sistema Único de Saúde e, de forma concomitante, produz um mapeamento das experiências exitosas do "SUS que dá certo".

A Saúde Mental, com destaque para ética da Atenção Psicossocial e em alinhamento à luta antimanicomial, e a humanização das relações e práticas são produzidas

> […] nas bordas, nas fissuras, na contramaré, nadando contra a corrente. Se o cotidiano reproduz assujeitamentos, heteronomias, subjetividades servis e tristes, é preciso abrir brechas e fissuras neste cenário densamente conservador […]. No cotidiano e no coletivo precisamos apostar na potência da criação e da invenção que se dá em liberdade e no bom encontro (YASUI, 2012, p. 14).

Nesse complexo jogo de forças, apostamos que "construir um mundo comum é uma política" (LIMA, 2011, p. 191). E foram com esses pressupostos que dialogamos com as e os estudantes na busca por construir posicionamentos e práticas ético-políticas, em especial na situação de crise sanitária e humanitária em que vivemos. Almejamos, nos espaços de formação, construir alinhamentos para compartilhar

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> […] os incômodos de um convite a uma vida desanestesiada. Lutando para tomar parte no fluxo ininterrupto de criação e desfazimento, buscando introduzir aí outros tempos e outras modelagens, de modo a produzir singularizações (LIMA, 2011, p. 193).

Em nosso percurso, a ética extrapolou o debate filosófico e ganhou uma dimensão existencial, à medida que compreendemos que nossas práticas epistemológicas, científicas, pedagógicas, profissionais, são indissociáveis de um compromisso com a vida em sua plenitude e com a visibilização e o enfrentamento das condições sociais produtoras de desigualdade, opressão e exclusão. Assim, em nossa prática de estágio, a trajetória do movimento da Reforma Psiquiátrica, em sua luta por uma sociedade sem manicômios, serviu de inspiração:

> […] a fim de problematizarmos os dispositivos ideológicos que produzem e reiteram desigualdades (ainda quando seu propósito se pretende outro) e que retroalimentam e sustentam exclusões sociais baseadas em marcadores sociais de diferença (raça/etnia, classe, gênero, geração). Afinal, a quem se deve "fazer viver e deixar morrer"? Que vidas são biopoliticamente importantes? Por quê? Para qual(is) propósito(s)? A partir de quais condições? (OLIVEIRA; LOPES, 2019, p. 221).

O ciberespaço como *locus* da formação: Rede HumanizaSUS, InformaSUS e Rede Emancipa

A partir desses pressupostos ético-políticos, aproveitamos três experiências para dar continuidade à formação: "Experiências de Atenção Primária em Saúde no SUS: invenção e resistência em tempos de pandemia" (INFORMASUS UFSCAR, 2020); Rede HumanizaSUS; e o curso "100 anos de Paulo Freire: esperançar em tempos de barbárie" (REDE EMANCIPA, 2020).

InformaSUS e Rede HumanizaSUS são estratégias localizadas no "ciberespaSUS", que para Teixeira *et al.* (2016) é uma experimentação inovadora que conecta sujeitos e territórios virtuais aos pontos de atenção e de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como às pesquisas, eventos, publicações e demais componentes do SUS e da vida coletiva.

A Rede HumanizaSUS é um dispositivo de expansão e fortalecimento da Política Nacional de Humanização, está no ciberespaço desde 2008, fomenta a reunião de trabalhadoras/es, gestoras/es, usuárias/os, estudantes, pesquisadoras/es e movimentos sociais para trocas de experiências e conhecimentos produzidos no cotidiano em saúde. Ao longo de mais de uma década, a Rede HumanizaSUS tornou-se um importante espaço de discussão e de memória do "SUS que dá certo". A partir das postagens, experiências vividas na rede SUS são registradas,

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

sendo que a grande maioria delas não têm visibilidade na mídia hegemônica. Assim, a RHS funciona como espaço de formação horizontal, que desestabiliza a verticalidade das relações em saúde (quem fala/quem escuta; quem sabe sobre/quem ocupa o lugar de paciente, logo, silenciado pelos saberes e práticas).

Das inovações da Rede HumanizaSUS, destacamos:

> O apoio em rede social desterritorializa os lugares previamente atribuídos a apoiadores ou apoiados e, de forma rizomática, radicaliza a horizontalidade de um dispositivo como a RHS, na medida em que qualquer um pode se alternar na posição, às vezes sem ser um conhecedor do apoio institucional ou matricial como um conceito (TEIXEIRA *et al.*, 2016, p. 345).

Para encantar as/os estudantes utilizamos também as "Experiências de Atenção Primária em Saúde no SUS: invenção e resistência em tempos de " (INFORMASUS UFSCAR, 2020). Por meio do canal do InformaSUS, foi possível (re)conhecer os muitos "Brasis", compartilhar dos desafios de usuárias/os, gestoras/es, trabalhadoras/es e docentes de localidades como: Niterói, RJ; Dourados, MS; Rurópolis, PA; Palmeira das Missões, RS; Mossoró, RN; do barco Abaré, PA; e de favelas, SP.

O InformaSUS é uma plataforma de comunicação social e científica, produzida por uma rede de pesquisadoras/es de diversas universidades, com a tarefa de democratizar a informação científica e registrar, em alinhamento ao HumanizaSUS, a memória do "SUS que dá certo". Em meio à pandemia, a proposta do InformaSUS foi produzir conteúdo sobre a saúde pública brasileira, com destaque para a participação dos movimentos sociais, trabalhadoras/es da atenção e da gestão, bem como representantes do movimento sanitário e das universidades.

O InformaSUS produz uma "rede de comunicação social e científica, colaborativa e cogestiva, surgida na universidade com objetivo de conectar e disseminar informações intra e extramuros" (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 108). Em meio à pandemia e à exigência do trabalho remoto, auxiliou-nos na problematização do cenário nacional e no reconhecimento das potencialidades da Atenção Básica para o enfrentamento dos desafios.

Centramos nossos esforços, em especial, no acompanhamento e debate das lives do mapeamento de "Experiências de Atenção Primária em Saúde no SUS: invenção e resistência em tempos de pandemia", que foram produzidas entre julho e novembro de 2020. Assistimos a esses materiais para discutir nos momentos de supervisão e produzir um relatório compartilhado. As lives permitiram ampliar a compreensão sobre a atuação profissional na AB; sobre participação social como dimensão fundamental da democracia; sobre o fomento ao diálogo entre rede SUS e as redes produtoras de saúde (atrizes e atores de políticas intersetoriais, sindicatos, movimentos sociais, universidades etc.).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Destacamos que o critério de escolha das postagens na Rede HumanizaSUS, bem como os recortes a partir das lives, almejavam produzir encantamentos e estranhamentos ao cenário nacional. Em meio às mortes e adoecimentos coletivos, somos inspiradas por Manoel de Barros (2018), um dos poetas dessas terras, para quem "a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós".

Em meio aos debates sobre o SUS, acompanhamos também as aulas do Curso "100 anos de Paulo Freire: esperançar em tempos de barbárie", organizado pela Rede Emancipa, Universidade Federal do ABC e outras instituições parceiras (REDE EMANCIPA, 2020). Além de conhecer o legado e a atualidade do pensamento freireano, almejamos ampliar a formação política das/os estudantes na desnaturalização da história brasileira, bem como relacioná-la aos processos de saúde/doença e sofrimento. Além disso, o curso estava organizado de modo a encantar a partir da potência das periferias. A atuação de inúmeras atrizes, atores e movimentos sociais que lutam pela transformação dos complexos cenários ganhavam visibilidade e esses sujeitos localizados à margem nos guiavam numa outra aposta formativa.

A partir da análise da plataforma digital da Rede HumanizaSUS, tivemos a oportunidade de pensar as repercussões e potencialidades da Política Nacional de Humanização nos diferentes territórios deste imenso País. Pensada como um canal de comunicação/formação horizontal, a plataforma possibilitou que acessássemos um SUS vibrante. Por meio da valorização de distintos saberes, de respeito às trajetórias singulares, de valorização de práticas de acolhimento e do trabalho coletivo em rede, foi possível percebermos a proliferação de potentes linhas de fuga como antídoto aos projetos biopolíticos e necropolíticos do presente.

Em alinhamento ao "SUS que dá certo", afirmamos que a Saúde aqui é gestada como um projeto coletivo. Há inúmeras redes, trocas, há uma aposta na importância da experiência, da valorização das trajetórias de sujeitos e comunidades. Em que vida, teoria, prática e vivências se mesclam e encontram. Produz-se um movimento de deslocamento na rede e em rede (SOUZA; MARTINS, 2021).

Aqui a ética confunde-se com vida, com luta, com a produção de afetos. Na rede e em rede, há uma implicação coletiva no questionamento dos modelos epistemológicos, políticos, pedagógicos, profissionais, produtores de uma cidadania tutelada, de uma saúde medicalizada, de uma Psicologia comprometida com o eurocentrismo, o racismo e o sexismo epistêmico (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019; VASCONCELOS, 2015).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Os desafios ético-políticos de uma Psicologia em meio a uma crise político-pandêmica

Bader Sawaia (1999) problematiza os limites da matriz de inteligibilidade científica, que está sustentada em noções como objetividade e neutralidade. Ao voltar-se para a dimensão ético-política do sofrimento, realiza um movimento de resgate da centralidade da afetividade, ao mesmo tempo que aponta para uma práxis localizada e encarnada do fazer psicológico.

Há em tal empreendimento o exercício de pensar o sofrimento para além dos reducionismos individualizantes e uma aposta numa produção coletiva situada sócio-historicamente. De acordo com a autora, não seria possível uma análise amadurecida do social sem a consideração da noção de sofrimento ético-político. Em cena, uma concepção que se sustenta na dimensão intersubjetiva, nas polissemias das vivências do cotidiano, na compreensão do sofrimento como dimensão coletiva e socialmente produzida:

> Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 1999, p. 104-105).

Como construir pontes ao invés de muros? Como superar os sistemas produtores de desigualdades e opressões? Foi com essas inquietações que seguimos na realização de nossa experiência de estágio. Certamente que realizar um estágio que foi pensado para ser prático-aplicado nos moldes remotos apresentou vários desafios. Mas não se trata pura e simplesmente de apontar uma mudança no modo. Como pensar os estágios em um cenário de grave crise sanitária em que foram impostas algumas medidas restritivas, como o isolamento social, como alternativa para a contenção da pandemia? Como pensar o lugar e o papel da Psicologia nesse contexto? Como diria o poeta,

No Meio do Caminho
No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.
Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra[4].

Assim, atravessadas/os por uma conjuntura complexa, fomos impedidas/os de percorrer os territórios-redes do SUS – como uma "pedra no meio do caminho". Nesse percurso-percalço nos confrontamos com o desafio de pensar-gestar uma experiência de estágio que não nos colocasse numa posição de comodidade em face dos eventos do presente. As reflexões de Sawaia foram inspiradoras. Fomentamos espaços de diálogo para compartilhar reflexões sobre o presente coletivo e o futuro de novas profissionais. Tal como Sawaia e Figueiredo (2019) nos advertem:

A desigualdade mata, deprime, impõe sofrimento (ético-político), fecha o futuro e impede a abertura de horizontes, o acesso à educação e à saúde, fomenta injustiças, reforça o individualismo e a banalização dos males provocados aos homens, a natureza e culpabiliza as pessoas e grupos pelo seu próprio infortúnio (SAWAIA; FIGUEIREDO, 2019, p. 666).

Nos deixamos afetar por seu convite a uma dimensão implicada de conhecimento. Um convite que não se reduz a uma revisão teórico-metodológica, mas, principalmente, uma chamada a um engajamento ético-político que vise a uma práxis psicológica transformadora. Nesse movimento, os questionamentos dos modelos dicotômicos, cartesianos, individualizantes, organicistas, hospitalocêntrico-curativos e medicalizantes tornam-se fundamentais para a superação e enfrentamento dos mecanismos de opressão, contribuindo, assim, com a construção de narrativas e práticas contra-hegemônicas (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019). Sendo assim, o nosso posicionamento ético-político é que uma certa psicologia, que se pretende universal, neutra e que não questiona as bases epistemológicas que a constitui, está posicionada politicamente na manutenção do *status quo*, das desigualdades e das violências. Portanto, as cisões corpo/mente, indivíduo/coletivo, biologia/social, razão/emoção, natureza/cultura, quem merece viver/vidas infames e abjetas, dentre tantas outras categorias hierárquicas, precisam ser problematizadas. Nossos interesses são por perspectivas plurais e minoritárias que indagam os lugares de verdade da matriz ocidental e que ampliam nossas compreensões das humanidades e de suas inconclusas reinvenções.

4 Poema *Havia uma pedra no meio do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Inseguranças, medos, angústias, foram sentimentos que atravessaram nosso trajeto no estágio em políticas públicas. Em um universo de muitas perguntas e incertezas, as alternativas construídas em conjunto foram fundamentais para a superação das dificuldades. Nessa mudança brusca e imprevista do caminhar, foi fundamental nosso contato com modos e estratégias de vida que questionam os projetos biopolíticos neoliberais contemporâneos (VASCONCELOS, 2015). Seja pensando as repercussões sociais, sanitárias e políticas no contexto pandêmico (que acessamos através das *lives* do InformaSUS), seja tomando conhecimento do legado de Paulo Freire (através das *lives* promovidas pela Rede Emancipa), bem como pela narrativa de trabalhadoras e usuárias (pelas postagens da Rede HumanizaSUS), aprendemos tanto a importância das redes e coletivos para a vitalidade de um "SUS" que se faz no cotidiano, quanto a atualidade e potência do pensamento freireano, que nos convidou a um "esperançar em tempos de barbárie".

Por meio do acompanhamento das *lives*, das leituras sugeridas ao longo das supervisões, dos diálogos e trocas oportunizadas a cada semana, pela construção coletiva, fomos nos inventando, aprendendo, compartilhando, e também nos refazendo. Sem que nos déssemos conta, estávamos não apenas pensando em ética e política, mas fazendo-as. Assim, nem a ética nem a política estavam "lá", paradas em algum lugar esperando serem descobertas, mas também não estavam "aqui" como um produto pronto e acabado que pudesse ser transposto e aplicado em algum lugar e/ou realidade. A ética e a política não eram tão somente um campo de reflexão e/ou conhecimento-atuação, mas lá e aqui, aqui e lá, presencial e/ou remoto, ética e política tornavam-se política (enquanto possibilidade de participação) e ética (enquanto compromisso comunitário de produção de vida e cuidado de todas/os/es).

Em entrevista recente, a pensadora aymara boliviana Juliete Paredes (2020) chama a atenção para os limites da noção de bem viver. Nos termos da autora, o que é o bem viver [destaque nosso] para quem sequer tem garantido o direito ao básico, à vida? Trata-se de primeiro garantir a vida a todas/os/es, depois podemos partir para a reflexão sobre que tipo de vida podemos levar (se boa ou não). Nas palavras de Paredes,

> Nós dizemos "Viver Bem". O "Bem Viver" era dito no Equador pelo ex-presidente Rafael Correa, em que primeiro vinha o "bem" e depois o "viver". […]. Para nós, primeiro é preciso cuidar da vida. […]. O "viver" envolve a água, o pão, a tapioca, como dizem aqui. Primeiro é necessário cuidar da vida. E depois, construir o "bem", que é com todos e com todas, não somente com a humanidade, mas também com a mãe e irmã natureza. E não é o "Viver Bem"

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> de uma pessoa. Você não pode viver bem se ao seu lado tiver uma comunidade, um vizinho, um irmão ou pessoas na rua passando fome (2020, *on-line*)[5].

Inspirando-nos na Psicologia Social brasileira e latino-americana, aqui em especial com Sawaia (1999), nos feminismos, aqui em especial Paredes (2020), em nossas práticas, reflexões e lutas por "um SUS que dá certo", reiteramos o direito coletivo de sonhar com a construção de uma ética psicológica libertária, despatologizante, desmedicalizante, e em que Saúde e Vida se fazem expressão de cidadania.

Algumas inconclusões

Refletir sobre as mazelas do presente nos provoca um recuo ao passado. Não em um movimento de resgaste historicista, mas a partir de uma postura ético-política de corresponsabilização. Os grandes desastres humanos, sociais e ambientais por nós vivenciados na atualidade, e cujas populações e coletivos "minoritários" atravessados por gênero, classe e raça/etnia são as mais atingidas, não são um mero acidente de percurso. Qual o lugar e o papel da Psicologia nesse cenário?

Ao abrir nosso texto com um fragmento do intelectual indígena Ailton Krenak, quisemos chamar a atenção para a importância ético-política de um exercício de confrontação acerca de escolhas individuais e coletivas, sobre os limites do modelo econômico-predatório vigente, da mercantilização de nossa cidadania, sobre a responsabilidade ética de nossas posturas (profissionais e disciplinares) coniventes e/ou indiferentes. Afinal, "por que insistimos tanto e durante tanto tempo em participar desse clube, que na maioria das vezes só limita a nossa capacidade de invenção, criação, existência e liberdade?" (KRENAK, 2019, p. 8). A que custo? Onde esperamos chegar? Das respostas que dermos (e concretamente produzirmos) é que dependerá "adiar o fim do mundo" ou "antecipá-lo", como nos ensina Krenak.

Ao refletir sobre as marcas necrosadas do Antropoceno, Krenak nos interpela a pensarmos o quanto a concepção de humanidade serviu de base (e continua servindo) de sustentação para o projeto histórico de espoliação da natureza e dos seres humanos. Afinal, o que esperar de um projeto sustentado em violência, predação, expropriação insaciável? A quem interessa? Quem paga a conta? Ao discurso de que o cenário pandêmico veio "inaugurar" um tempo de crise, ousamos afirmar que veio apenas explicitar o que há séculos havia sido deliberadamente ocultado.

O empreendimento moderno-colonial, como diria Aníbal Quijano (2005), inaugura uma "era" de diferença intransponível entre um eu e um Outro. De

5 Disponível em: https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/. Acesso em: 22 abr. 2022.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

um lado "humanidade", de outro "selvageria", de um lado "civilização", de outro "barbárie". Tal lógica foi necessária para sustentar e naturalizar o espólio e a expropriação de uns para o lucro e o gozo de outros (poucos). Isso não deixou de produzir impactos em todas as dimensões da vida de sujeitos, grupos, comunidades, coletivos, populações: seja em suas cosmologias, em suas condições de vida, nas formas de organização social, na impossibilidade (privação) de acesso a recursos essenciais para um bem viver, em sua saúde mental etc. É isso que a noção de "humanidade" denota. E é preciso dizer que a Psicologia, enquanto saber-poder colonial, teve (e em vários momentos ainda têm) um lugar destacado na (re) produção de colonialidade. Então, cabe a nós a tarefa urgente de reinventá-la.

Encerramos este texto com as ideias debatidas na 1ª Plenária de Saúde Mental de Dourados ainda ressoando em nós. Muitas/os trabalhadoras/es e estudantes, com quem compartilhamos essas ideias estavam lá, embora lamentamos a baixa participação de usuárias/os e gestoras/es. O que ética e politicamente nos dizem com as suas ausências? Como sonhar com uma Psicologia que defenda o SUS e trabalhe na construção de políticas e práticas antimanicomiais e libertárias? Inúmeros são os desafios das reformas sanitária e psiquiátrica nos municípios de pequeno e médio porte (LUZIO; L'ABBATE, 2009), bem como que estão distantes dos grandes centros, e que mereceriam nossa ação. Aqui nos limitamos a citar a necessidade de alianças, de espaços coletivos, como a criação de fóruns e demais momentos para o debate, que não estejam limitados somente às etapas das conferências. Dentre os atuais desafios do SUS e da Luta Antimanicomial destacamos: o lema "Por uma sociedade sem manicômios", ainda como um projeto a ser defendido coletivamente; a exaustão de trabalhadoras que nadam contra a maré; o subfinanciamento histórico do SUS que funciona para justificar a sua diminuição; a necessidade de o Estado funcionar de outro modo, visando o enfrentamento das iniquidades em saúde; e a urgência de acolher e cuidar do luto coletivo em decorrência das mais de 660 mil mortes por covid-19.

Esses dilemas que em vários momentos acompanham a trajetória do SUS, longe de nos desmobilizarem, devem soar como um convite à transformação, à luta, ao desassossego contestatório, e não conveniente nem conivente. Nesses espaços heterotópicos (FOUCAULT, 2013), Ética rima com Direito, com Cidadania, com luta pela garantia de acesso às condições dignas para uma vida vivível, e com uma Psicologia não cafetinada (ROLNIK, 2018).

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Loucos pela vida**: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

BARATA, R. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. (Coleção Temas em Saúde).

BARROS, M. **Memórias inventadas**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ESTRELA, F. M. *et al.* Pandemia da Covid-19: refletindo as vulnerabilidades à luz do gênero, raça e classe. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições n-1, 2013.

INFORMASUS UFSCAR. Experiências de APS na Pandemia. Lista de reprodução com 13 vídeos, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL-61bpsJ9ChG6sXfNmqy3z1GRU3-zdCaH3. Acesso em: 9 jun. 2021.

JORDÃO, R. da S.; SILVA, S. A. da. Coronavírus e interdição da mobilidade em tempos de crise: impactos da Covid-19 para os projetos migratórios de haitianos no Brasil. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29 (supl.), p. 75-84, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, E. M. F. de A. Objetos-cicatrizes e recepção estética: experimentando pensamentos em meio a obras em obra. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da PUC-SP, ano 8, n. 13, p. 189-193, out. 2011.

LUZIO, C. A.; L'ABBATE, S. A atenção em Saúde Mental em municípios de pequeno e médio portes: ressonâncias da reforma psiquiátrica**. Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 14, n. 1, p. 105-116, 2009.

MANSANO, S. R. V.; CARVALHO, P. R.; CARVALHAES, F. F. de. Pandemia, governamentalidade e biopolítica: a vida em disputa. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 21, n. 51, p. 305-321, ago. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200002&lng=pt&nrm=iso.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MARTINS, C. P.; OLIVEIRA, E. A. de; PIZZI, B. P.; ABÍLIO, E. S.; PEREIRA, L. O cotidiano do SUS como espaço de (trans)formação. *In:* BORGES, C. de C.; SATHLER, C. N.; CORREA, L. L. **Formação e cuidado em Psicologia**: relatos de experiências de estágio. Curitiba: Brazil Publishing, 2022.

MELO, K. S. de; TOMAZ, A. da S. L. Ensino remoto e as contradições no trabalho docente. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. esp., p. 12-35, 2020.

MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, e191231, p. 1-9, 2019.

MUNIZ, T. P. Covid-19 e os números: o quesito raça/cor e as controvérsias das notificações. **Áltera**, v. 2, n. 10, p. 81-88, 2020.

OLIVEIRA, E. A. de; LOPES, D. C. Da (bio) política às biopotências: reflexões sobre as condições atuais das políticas públicas de saúde mental no Brasil. **Aceno**: Revista de Antropologia do Centro-Oeste, Cuiabá, v. 6, n. 12, p. 213-232, 2019.

OLIVEIRA, E. A. de; MARTINS, C. P.; SILVA, M. A. da. "Coronacrise": reflexões sobre alguns efeitos necropolíticos de/em uma pandemia e os desafios para as Ciências Humanas e Sociais em Saúde. **TOMO**, Aracajú, v. 39, p. 19-44, 2021.

OLIVEIRA, G. N. *et al.* Comunicação científica na web e redes sociais: a experiência do InformaSUS em tempos de pandemia. **Cadernos da Pedagogia** [UFSCAR, *on-line*], v. 14, p. 108-119, 2020.

PAIM, J. S. **Reforma sanitária brasileira**: contribuições para a compreensão e crítica. Salvador; Rio de Janeiro: Edufba; Fiocruz, 2008.

PAREDES, J. Temos que construir a utopia no dia a dia. **Apublica**, [*s. l.*], 15 maio 2020. Disponível em: https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/. Acesso em: 22 abr. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

REDE EMANCIPA. 100 anos de Paulo Freire: esperanças em tempos de barbárie. **Rede Emancipa**, [*s. l.*], 2020. Disponível em: https://emancipapaulofreire.wordpress.com/. Acesso em: 9 jun. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ROLNIK, S. **Esferas da Insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 97-118.

SAWAIA, B. B.; FIGUEIREDO, E. B. G. Psicologia Social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. **Psicol. Rev.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 659-670, ago. 2019.

SOUZA, M. P. de; MARTINS, C. P. Rizomas do fazer em saúde na Rede HumanizaSUS. **Cadernos da Pedagogia**, v. 15, n. 31, p. 9-16, 2021.

TEIXEIRA, R. R. *et al.* Apoio em rede: a Rede HumanizaSUS conectando possibilidades no ciberespaço. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 337-348, 2016.

VASCONCELOS, M. de F. F. de. Cuidado com corpos: um olhar (de gênero) para políticas de saúde. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 371-388, 2015.

YASUI, S. Entre o cárcere e a liberdade: apostas na produção cotidiana de modos diferentes de cuidar. **Sau. & Transf. Soc.**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 5-15, 2012.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ÉTICA, IMIGRAÇÃO E PSICOLOGIA: a responsabilidade como fundamento das relações humanas

Dionatans Godoy Quinhones[1]
Thalia Ternovoe Nepomuceno[2]
Mirela Oliveira Mochi[3]

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A ética como dimensão de responsabilidade e cuidado com a diferença é um tema bastante pertinente e central para as relações contemporâneas, destacam Quinhones, Cid e Trento (2019). Essa questão, apesar de ser bastante antiga, recebeu o devido enfoque apenas com o final da II Guerra Mundial, ocasião na qual o mundo assistiu atônito os horrores denunciados no Tribunal de Nuremberg.

Lévinas (1906-1995) viveu a Guerra sob duas circunstâncias, como judeu perseguido e como soldado preso durante cinco anos em um Campo de Concentração. Tornou-se um dos filósofos mais importantes do século XX segundo Jacques Derrida (2008), sendo reconhecido como "profeta" da Alteridade. É esse o autor que descortina a hegemonia do pensamento totalizador do mundo ocidental que elimina a possibilidade da coexistência entre diferentes, e aponta para a ética como a única saída da violência que reduz o "Outro" ao "Mesmo".

Essa "face do violenta do pensamento ocidental ", é possível de ser percebida em uma memória de Lévinas (1990) sobre o Campo de Concentração onde ele foi mantido prisioneiro. Ele relata que todos os dias, juntamente com os outros prisioneiros, eram levados para os campos de trabalho. Tanto os soldados nazistas, quanto as pessoas do povoado com quem cruzavam pelos caminhos, andando em fileiras, não enxergavam neles qualquer traço de humanidade, eram seres inumanos, reduzidos a uma "coisa". A exceção era um cachorro que lhes vinha ao encontro (batizado pela turba de Bobby) e lhes festejava tanto pela manhã, quanto pela tarde. Esse animal, ironicamente, era o único que via neles a humanidade que lhes era negada.

A cena trazida por Lévinas (1990) provoca reflexões variadas, uma delas é a possibilidade de pensar o tema da migração. A pessoa migrante, por vontade própria ou forçada, em certa medida, muitas vezes enfrenta fenômenos violentos como o racismo, a xenofobia, o preconceito. Fenômenos, estes, que despem "o

1 Filósofo. Psicólogo. Docente do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutorado (em andamento) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: dionatansquinhones@ufgd.edu.br.
2 Discente do curso de Psicologia da UFGD. E-mail:thalia_ternovoe@hotmail.com.
3 Discente do curso de Psicologia da UFGD. E-mail: mih.mochi@hotmail.com.

outro" de uma alteridade e o reduz a algo que pode ser aniquilado, ignorado, sendo então vítima, ora da violência, ora da indiferença, expressões contundentes de uma lógica totalitária que nega ao Outro seu Direito-Humano (Direitos Humanos!). Nesse sentido, a Psicologia precisa assumir seu compromisso social, destacado nos itens I e II do Código de Ética Profissional do Psicólogo, onde se lê: [a/o psicóloga/o] "baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da igualdade e da integridade do ser humano"; […] "e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CFP, 2005). Assim, parece primordial que uma dimensão ética de responsabilidade pelo outro indivíduo, como foi proposto por Lévinas (2005), seja articulada à atuação em Psicologia como uma forma de materializar a alteridade no cuidado com estrangeiros/as que buscam construir um novo lar no território brasileiro.

Com o objetivo de levar a cabo essa compreensão, em 2021, na cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul (MS), demos início a um projeto chamado "Viver Fronteiras". Tal proposta, foi concebida a partir das dificuldades que migrantes estavam experimentando no processo de inserção social, agravadas pela pandemia da covid-19. Esse trabalho, a nosso ver, era fundamental para colaborar com a construção do reconhecimento social de migrantes e do sofrimento oriundo da perda de suas referências culturais, e ainda, colaborar com a construção de uma disponibilidade solidária por parte da população que estava recebendo essas pessoas em seu território. Ou seja, buscou-se uma forma de materialização da responsabilidade ética pela alteridade, por meio de ações de sensibilização da população local, assumindo que a sensibilidade é exposição e vulnerabilidade ao outro, portanto, abertura ética que faz da subjetividade "um acolhimento e uma hospitalidade ao outro" (LEVINAS, 1998, 2000).

O contexto das migrações

Segundo o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) de 2021 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2021) diferente das migrações do final do século XIX até a década de 1930, em que a população do Norte Global, constituíam os principais fluxos migratórios no país, na atualidade constata-se o aumento de imigrantes provenientes do Sul Global. Em tempos anteriores foram principalmente indivíduos europeus, agora são, por exemplo, senegaleses, congoleses, angolanos, haitianos e venezuelanos.

No decorrer dos anos, considerando o contexto migratório, vem se observando a migração latino-americana como principal origem dos indivíduos que chegam ao Brasil. De 2011 a 2019, foram registrados mais de um milhão de migrantes e, levando em consideração esse total, destacam-se mais de 660 mil que em 2021 estavam no Brasil há mais de um ano (OLIVEIRA; CAVALCANTI;

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MACEDO, 2021). Essa população é composta principalmente por indivíduos refugiados haitianos e venezuelanos. Refúgio se refere à migração forçada, na qual o deslocamento está relacionado à existência de um elemento de intimidação, como ameaças à vida ou à sobrevivência, tornando o processo migratório ainda mais sofrido para quem o vivencia (OIM, 2009).

A partir da base de dados Sistema de Tráfego de Internacional, Módulo de Alertas e Restrições Ativas, gerido pela Polícia Federal brasileira, é possível constatar a nacionalidade das pessoas que em maior número ingressaram com pedidos de refúgio no país. A saber, considerando o ano de 2021, nos últimos três anos foram: 132,5 mil indivíduos vindos da Venezuela; 30,2 mil vieram do Haiti e 8,1 mil de Cuba. Esses indivíduos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados entraram com seus pedidos, em maior medida, no estado de Roraima, que recebeu (81,6%) das solicitações, à frente de São Paulo (9,7%) e Mato Grosso do Sul (3,5%).

Com isso, é possível perceber que o Mato Grosso do Sul (MS) é o terceiro estado brasileiro com mais solicitações de refúgio. A maioria dos imigrantes vêm para o MS como passagem para outras Unidades da Federação (UF) ou por já terem conhecidos e/ou familiares que estão na região. Seus principais anseios são encontrar um trabalho formal e, assim, alcançar uma melhoria da sua qualidade de vida e de sua família.

O governo federal brasileiro criou, em 2018, a Operação Acolhida com o objetivo de receber com dignidade os migrantes e refugiados venezuelanos. Ela é composta por três principais eixos: 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação-controle do Exército Brasileiro; 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; 3) interiorização – deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos de Roraima para outras UF, com objetivo de inclusão socioeconômica (BRASIL, 2018).

Com base nesse terceiro eixo da referida Operação, até o mês de julho de 2021 foram registrados 3.745 mil indivíduos venezuelanos interiorizados no MS, sendo que aproximadamente 73% se concentram apenas na cidade de Dourados. Essa estratégia desloca migrantes e refugiados, oriundos da Venezuela, de Roraima para outras UF e oferece oportunidades de inserção socioeconômica, diminuindo assim a pressão sobre os serviços públicos daquele estado.

A pandemia da covid-19 acarretou uma redução de quase 50% no número de registros de migrantes em 2020, quando comparados a 2019. Devido às restrições de mobilidade internacional de pessoas causadas pela pandemia, o Brasil apresentou uma redução de 67,8% nos movimentos de entrada e saída do país. Além de brasileiros/as, cruzaram as fronteiras, principalmente argentinos/as, seguidos/as por estadunidenses, chilenos/as, paraguaios/as e uruguaios/as, resultado que indica uma maior intensidade de movimentos feitos à curta distância.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Além dessa redução na chegada de migrantes, outros fatores também foram acarretados pela pandemia da covid-19. Vários serviços de acolhimento a essa população, como o atendimento da Polícia Federal, serviços bancários e de saúde, foram prejudicados por não conseguirem dar continuidade às suas atividades presenciais, o que exigiu de todos uma criatividade extra no exercício de uma nova modalidade: o atendimento mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Os serviços tiveram que ser ofertados por meio da *internet* e das redes sociais. Esta passaria a ser a única forma possível de agir, mas era ainda uma modalidade desconhecida e inacessível por muitos, principalmente quando se trata de serviços essenciais e necessários à sobrevivência humana não só de brasileiros/as, mas também de imigrantes. O caminho foi tortuoso e doloroso. A inacessibilidade à *internet*, dificuldades linguísticas e falta de documentação obrigatória foram as principais dificuldades enfrentadas por migrantes no acesso aos serviços no contexto pandêmico, tudo isso agravado por experiências de intolerância, racismos e xenofobias que não eram raras.

Diante desse cenário, entendeu-se que era preciso contribuir com estratégias para superação de atitudes negativas, como medo e intolerância frente ao "outro", retomando a dimensão da sensibilidade como abertura ao outro e respeito/responsabilidade frente à pluralidade social e cultural. E, também, indicar que atitudes de "acolhimento" não significam acabar com as diferenças culturais, nem criar necessariamente identidades mescladas ou mestiças, mas, proporcionar uma interação entre pertencimento e diferença, estimulando o potencial criativo desse encontro (WALSH, 2001 *apud* NASCIMENTO, 2014).

Porém, com o contexto pandêmico, as ações possíveis estavam limitadas. Era preciso buscar alternativas criativas. Então, a inserção no contexto das mídias sociais era uma forma de atingir o objetivo de produzir uma consciência de respeito e acolhimento para com migrantes construindo um olhar de empatia, promovendo uma compreensão da realidade vivida por eles/elas, a qual muitas vezes era desconhecida ou vista de forma estereotipada pela população local.

As redes sociais como espaço de atuação e intervenção psicológica

Quando se trata de intervenção psicológica no âmbito das redes sociais, importa não se deixar levar por compreensões historicamente consolidadas como plantão psicológico ou psicoterapias. A intervenção aqui tem outra conotação, trata-se de usar as redes sociais como espaço de disseminação de informações por meio da produção de conteúdos audiovisuais, visando a sensibilização da população sobre a realidade da migração, demonstrando que tal experiência é um fenômeno, mais do que uma garantia legal, é um fenômeno humano que atravessa toda e qualquer existência.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

A consciência da existência "do outro" é um movimento fundamental no processo de tornar-se humano, e se chama empatia. Empatia "é uma maneira de sentir e viver a vida" que permite ao sujeito que empatiza reconhecer "no outro" uma humanidade comum à sua, destaca Barea ao debruçar-se sobre os escritos de Edith Stein (2015, p. 12). O estabelecimento de relações com "o diferente", a interação permanente, o exercício de se colocar no lugar de outra pessoa e o acolhimento ético são fatores essenciais para a identificação de valores fundamentais para que todos os indivíduos possam ter chances iguais, exerçam seus direitos e vivam de maneira satisfatória em determinado espaço.

Para além do respeito esperado são impreteríveis ações acolhedoras que possam ser desempenhadas por qualquer indivíduo. Doar-se e estar disponível para atender e amparar "o outro" é uma prática desafiadora para a sociedade. Mas, no âmbito da atuação profissional em Psicologia, trata-se de um imperativo ético.

Posto isso, o contexto pandêmico vivenciado desde março de 2020 impôs o distanciamento/isolamento social, amplificou o medo do adoecimento e da morte, descortinou a desigualdade social, lançou as pessoas em um luto nunca antes experimentado, aumentou os índices de desemprego, e produziu sintomas proveniente das incertezas e ansiedades. A população foi assolada: além de uma crise sanitária, vivenciou uma crise humanitária. A separação dos corpos e o enfrentamento desta consternação se colocou como uma conduta coletiva necessária. O impacto na saúde mental se manifestou significativamente e, suas urgências, estados de ansiedade, depressão e pânico se colocaram como decorrência da realidade vivida. O enfrentamento da pandemia foi para além dos desafios do risco de contágio e rearranjo nas interações. Vivenciou-se a produção de sintomas, a fragilidade da vida na pele e a vulnerabilidade dos afetos.

Diante da calamidade pública, foi necessário encontrar meios de acolhimento para as premências subjetivas e, em específico, de migrantes. Sendo assim, é possível pensar no campo digital como uma possibilidade de intervenção. É válido ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia elaborou um documento, uma cartilha de orientação dos estágios (CFP, 2020), que norteia os cursos de Psicologia ao atendimento e práticas de estágios no âmbito remoto e *on-line* durante a pandemia, em consonância com as orientações sanitárias. De acordo com Viana, nota-se, com base em estudos realizados a intensificação do uso de plataformas digitais como forma de encontrar atendimento psicológico, e aumento da inserção da Psicologia nos campos mediados pela TICs:

> […] a procura por serviços psicológicos na modalidade online tem crescido desde as primeiras regulamentações, conforme demonstram os estudos temáticos nesta área. Esta tendência de crescimento do uso de TICs no campo da saúde […] também foi verificada por pesquisa da Agência Nacional de Saúde Suplementar em 2015. Este contexto de crescimento sofreu um impacto ainda

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

> maior quando o mundo foi acometido por uma pandemia de COVID-19 (doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2), em especial nos primeiros meses de 2020 (2020, p. 75).

A partir deste desdobramento, as práticas em Psicologia alcançaram campos como sites, plataformas digitais e aplicativos apontando para outras possibilidades de uso de TICs. A tecnologia favorece a elaboração de novas estratégias, garantindo a continuidade do cuidado, ampliando as possibilidades de resolução de problemas, propiciando a prestação de serviços de saúde mental para os mais variados públicos, permitindo o delineamento de novos caminhos para uma intervenção psicológica.

Com isso, faz-se necessário pensar para além das potencialidades deste campo digital, mas também nas limitações que este mesmo pode dispor, como a estafa do uso das redes, o tempo descomedido decorrente das horas de atuação (já que esta modalidade pode ser realizada no domicílio), o sentimento de solitude atrás das telas em razão do distanciamento social e a intensificação da demanda de atendimentos *on-line*. O atendimento mediado por TICs em medidas temporárias durante o período de pandemia está presente no documento de orientação de estágio "Recomendações para o exercício profissional presencial e *on-line* da psicologia frente à pandemia de covid-19" expedidas pela Sociedade Brasileira de Psicologia:

> […] os psicólogos devem priorizar ao máximo os atendimentos na modalidade *on-line*, resguardando as condições de sigilo, privacidade e segurança das informações. Deve-se suspender os atendimentos presenciais em casos eletivos, uma vez que o trânsito de profissionais e pacientes/clientes pode ser um vetor de proliferação do vírus. As consultas on-line, principalmente por meio de vídeo, oferecem uma alternativa viável para oferecer serviços psicológicos à distância (PEUKER; ALMONDES, 2020, p. 3).

O espaço de intervenção psicológica é permeado por uma afetação recíproca na qual se acolhe a dor da outra pessoa. É importante destacar que não há a intenção ou capacidade de tirar alguém do estado de sofrimento (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012), mas de colaborar para que esse sujeito possa criar possibilidades, atuar no seu processo para que sua vivência se torne mais criativa. O campo de atuação dos profissionais da Psicologia é vasto. O acolhimento e a orientação em saúde mental no âmbito virtual podem ser oferecidos para a população de diversas formas como palestras, debates, *lives*, aplicativos para tirar dúvidas, manuais informativos e outras atividades educativas no campo digital.

Assim, considerando todo o exposto, percebe-se que as redes sociais se constituíram na pandemia, e podemos dizer que para além dela, em um lócus

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

privilegiado de intervenção. No âmbito do trabalho com o fenômeno da migração, é possível a partir das redes divulgar informações sobre a migração, criar espaço de debates sobre o sofrimento inerente a esse processo e construir um ambiente de acolhimento para os indivíduos que estejam experimentando um estado de vulnerabilidade em decorrência da perda de seus representantes sociais e identitários (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012).

O Projeto "Viver Fronteiras"

O Projeto Viver Fronteiras visa a conscientização da população da sociedade acolhedora sobre a realidade vivida por migrantes. Destaca-se a importância do acolhimento para esse grupo, por meio da produção de conteúdo, que são semanalmente divulgados nas redes sociais, tais como: a produção de vídeos para o YouTube; a construção de um manual digital – traduzido para o espanhol e o francês – sobre a experiência da migração haitiana e venezuelana; publicações informativas no Instagram, e a disponibilidade de plantão psicossocial para migrantes via chamadas de vídeo ou mensagens no *direct* do Instagram. É através desses conteúdos que se buscou promover a consciencialização e sensibilização da população construindo um olhar empático para com os migrantes, a fim de facilitar um caminho para o respeito e responsabilidade ética.

O indivíduo migrante sofre por perder suas referências mais basais, como família, amizades, casa, seu próprio país e até mesmo na impossibilidade de se comunicar em seu próprio idioma. Isso pode ser caracterizado no conceito de perda de sua representação social. Em termos de uma teoria psicológica, é possível situar essa questão no âmago da Teoria do Self Gestáltico. O Self tem três funções primordiais: Id (excitamentos), Ego (função deliberada, motora e de ato) e Personalidade (representação social).

A função de personalidade é o representante linguístico do Self, cabe a ela a tarefa de dizer quem é o sujeito (experiências, biografias e territórios). Por sua vez ela tem três dimensões, antropológica (somática, territorial); política (relações de poder) e ética (valor humano, pertencimento). Um/uma migrante pode vivenciar sofrimentos em cada uma dessas dimensões. Um sofrimento antropológico, em função da perda das referências sociais como amigos e família; sofrimento político, quando é exposto à exploração da mão de obra e ao não reconhecimento de sua trajetória profissional e sofrimento ético, quando sofre preconceito ou discriminação, como se a sua condição o afastasse do pertencimento ao gênero humano.

Em qualquer uma dessas dimensões, o sofrimento se faz presente para os/as migrantes. Essa vulnerabilidade, quando ocorre, por exemplo, nas condições migratórias, pode levar a uma ruína de identidade, pois, para Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012), é como se essas pessoas tivessem perdido sua "pele

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

social" com a qual estabeleciam contato, se protegiam e se desenvolviam. Este sofrimento também é caracterizado como o resultado da perda, da marginalização e dos conflitos, é também este "sentimento de impotência frente às ameaças" (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 172). E, mais:

> […] a sensação de falta de alternativa, como se fossemos acometidos pelo esvaziamento, por uma incapacidade de reagir, pois tudo que antes nos inspirava agora pertence a outrem, especialmente nossa expectativa. Nas situações de exclusão, de aniquilação de nossas representações por motivos éticos, o sofrimento não é a ação injusta do soberano, ou a violência generalizada que nos persegue. Trata-se antes da própria exposição, da fragilidade de nossa posição, que nos quita inclusive a possibilidade de formular qual seria a nossa necessidade, a ajuda de que verdadeiramente necessitaríamos. […] sofrimento é a expressão sem objeto, sem meta, sem origem, pois o sofredor não sabe do que necessita, muito menos como operar ante o outro, uma vez que está despido de referenciais (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 173).

Neste sentido, a aflição produz um "pedido de socorro" do/da migrante que nada mais é do que um pedido por inclusão, que aparece de diversas formas e tem contornos diferentes em cada contexto. Essas estratégias denotam que migrantes não se encontram em posição de passividade por mais que estejam em condição de sofrimento, sendo assim, os pedidos por inclusão podem ser percebidos como aberturas para que possamos cooperar e atuar, junto e a favor deles, para viabilizar a humanidade que em um momento específico ainda não podem alcançar, pelos processos excludentes. Posto isto, novamente destaca-se a possibilidade que o campo digital oferece como meio de divulgação e de intervenção social, permitindo que psicólogas/os possam atuar como um corpo auxiliar, expressando solidariedade e abertura para o acolhimento:

> […] denominamos esses pedidos de ajustamentos de inclusão: são apelos gestuais, não investidos de sentido ou meta, especialmente aos cuidadores que deles se ocupam, a condição de um corpo auxiliar, de um semelhante solidário, diante de quem não há outra alternativa senão confiar. E por meio desse gesto, por meio desse apelo, os sofredores fundam a solidariedade humana. O sofredor, na condição de sofrimento, não reúne condições para identificar claramente o que é isso de que ele precisa, mas ao menos consegue compreender que precisa de alguém, a quem investe no lugar de auxiliar, corpo solidário (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012, p. 174-175).

Assim, o Projeto Viver Fronteiras se constitui em um espaço privilegiado para dialogar com a sociedade e promover uma abertura para o acolhimento

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

de migrantes. Para isso, foi criado um cronograma de conteúdos que foram produzidos e divulgados pelo YouTube, Facebook e WhatsApp. Esses conteúdos versam sobre as características geográficas e culturais dos países de origem dos/as migrantes, os desafios da migração e as principais dificuldades enfrentadas ao chegar à cidade. Também foi construído um informativo sobre a migração, no contexto do MS e em Dourados, MS, esse informativo foi impresso e entregue em igrejas, mercados, unidades de saúde e semáforos. Também foi criado um plantão de atenção psicossocial para dar informações, tirar dúvidas e fazer encaminhamentos para migrantes que estivessem sem orientação na cidade. Para além disso, a produção do material informativo, a escuta da narrativa de migrantes, os diálogos estabelecidos com a comunidade acadêmica, com a população douradense e o público que acompanha o Projeto nas redes sociais, tem a intenção de traduzir em ações a narrativa da solidariedade e do suporte, chamadas aqui de responsabilidade ética.

Este trabalho pode ser ainda mais complexo quando inseridos no campo digital, a atenção e o cuidado devem ser redobrados a fim de que a atuação do/da profissional de Psicologia seja precisa e eficaz. Para além de mobilizar em conjunto nesse novo espaço, a confiabilidade, a escuta, a produção do saber e o amparo precisam estar alinhavados para tornar a vida do/da migrante e suas experiências viáveis de possibilidades e autonomia. Afinal, o respeito ético não é algo que apenas se pensa, é algo que se vive e que se atua nos espaços possíveis, assim bem como no âmbito digital.

Considerações Finais

A pandemia da covid-19 tornou mais difícil uma realidade que, em si, já era bastante complexa. A chegada em um novo território, sem o amparo do idioma e das referências que foram constituídas ao longo da história pessoal de cada migrante são um grande fator de vulnerabilização. Quando isso é associado a preconceitos, falta de assistência e exploração, o sofrimento é agravado exponencialmente. É tarefa da Psicologia se posicionar enfaticamente contrária a qualquer forma de degradação humana, porém, nem sempre isso, que é amplamente defendido, consegue se materializar em ações concretas. Sem ação, a defesa da dignidade humana torna-se demagogia.

De modo que com o Projeto Viver Fronteiras buscou-se criar a ponte necessária entre teoria e ação; com um agravante, no contexto da pandemia essa ponte deveria ser totalmente construída pelos/as articuladores/as do Projeto. Assim, foi utilizado o que estava disponível naquele momento: as redes sociais. Esse novo *locus* se mostrou muito promissor, mas ainda será preciso tempo para que seja possível avaliar os reais impactos da ação. Contudo, uma coisa é certa: o

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

deslocamento que a Psicologia fez para o mundo digital durante a pandemia é um caminho sem volta. Parece promissor se apropriar mais desses espaços virtuais e aprender lançar mão de suas potencialidades.

A aproximação com o tema das migrações permitiu vislumbrar como muito ainda precisa ser feito no combate às violências de todos os tipos. A humanidade precisa de cuidado, e esse cuidado deve ser ético: retomar as reflexões sobre o fazer ético e seus desdobramentos em relação à vida social para que seja possível recuperar a capacidade dos indivíduos se manterem sensíveis "ao outro", às suas peculiaridades e à diversidade. Sem a ética prática, viva e vivida estaremos fadados à decair ao domínio do mesmo, ou seja, à uma compreensão tão rasa sobre a vida que o máximo que restaria seria uma imagem deformada de nós mesmos refletida no pálido espelho do mundo.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

BAREA, R. **O tema da empatia em Edith Stein**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Operação Acolhida**. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida. Acesso em: 5 maio 2021.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a. Acesso em: 5 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia de covid-19**: recomendações. Brasília: CFP: Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, 2020. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientações-formação-e-estágios_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 010**, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.

DERRIDA. J. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. Tradução de Fábio Landa e Eva Landa. São Paulo: Perspectiva: 2008.

LEVINAS, E. **Difficult freedom**: essays on judaism. Translated by Seán Hand. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.

LEVINAS, E. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Tradução de Pergentino S. Pivatto. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEVINAS, E. Linguagem e Proximidade. *In*: LEVINAS, E. **Descobrindo a existência com Husserl e Heidegger**. Lisboa: Inst. Piaget, 1998.

LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2000.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

MÜLLER-GRANZOTTO, M. J.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Fenomenologia e gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2012.

NASCIMENTO, A. M. Interculturalidade: apontamentos conceituais e alternativas para a educação bilíngue. **Revista Sures**: Diversidade, plurilinguismo e interculturalidade, n. 3, 2014. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/12. Acesso em: 7 jun. 2022.

OLIVEIRA, T.; CAVALCANTI, L.; MACEDO, M. **Dados consolidados da imigração no Brasil 2020**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento de Migrações. Brasília: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/. Acesso em: 5 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Glossário sobre migração**. Genebra: OIM, 2009. (Direito Internacional da Migração, n. 22). Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.

PEUKER, A. C.; ALMONDES, K. M. de. Recomendações para o exercício profissional presencial e *on-line* da psicologia frente à pandemia de covid-19. **Sociedade Brasileira de Psicologia**, Tópico 5, 2020. Disponível em: https://www.sbponline.org.br/arquivos/To%CC%81pico_5_Tudo_em_um_documento_s%C3%B3_atendimento_online_volunt%C3%A1rio_presencial_e_hospitalar_durante_a_COVID-19.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.

QUINHONES, D. G. Q.; CID, A. V. C.; TRENTO, Y. L. A transgeneridade como resistência à uma lógica totalitária: uma leitura a partir do self gestáltico. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. esp. 3, 2019. DOI: 10.1590/1982-3703003228567.

VIANA, D. M. Atendimento psicológico online no contexto da pandemia de covid-19. **Cadernos Esp. Ceará**, v. 14, n. 1**,** p. 75, jul. 2020. Disponível em: https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/399/215. Acesso em: 25 ago. 2021.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção psicossocial 8, 12, 93, 129, 130, 132, 153

C

Ciência 9, 10, 11, 12, 14, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 46, 51, 53, 54, 57, 62, 63, 76, 82, 83, 87, 112, 114, 116, 122, 126, 127, 128, 141, 156

Ciências 25, 31, 33, 41, 55, 71, 78, 116, 117, 121, 125, 131, 142

Código de Ética 7, 11, 14, 20, 30, 53, 59, 60, 61, 63, 83, 112, 113, 114, 125, 146, 155

Conselho 5, 9, 13, 23, 30, 32, 53, 57, 58, 62, 63, 94, 97, 104, 110, 112, 114, 115, 124, 125, 149, 155

Conselho Federal de Psicologia 23, 30, 32, 57, 58, 63, 110, 112, 125, 149, 155

Conselho Nacional de Saúde 94, 97, 104, 114, 125

Conselho Regional de Psicologia 9, 53

Contexto 14, 15, 19, 23, 27, 35, 38, 43, 51, 61, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 78, 83, 88, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 122, 123, 125, 126, 130, 136, 137, 146, 148, 149, 152, 153, 155, 156

Covid-19 7, 8, 9, 10, 12, 35, 81, 109, 110, 112, 113, 114, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 140, 141, 142, 146, 147, 148, 150, 153, 155, 156

D

Debate 10, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 34, 57, 94, 105, 111, 129, 133, 134, 140, 143

Debates 12, 13, 22, 73, 93, 135, 150, 151

Democracia 19, 53, 55, 62, 63, 95, 102, 134

Democrática 20, 58, 130

Diálogos 9, 11, 13, 122, 138, 153

Direitos humanos 7, 10, 11, 21, 29, 34, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 146

E

Empatia 7, 11, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 148, 149, 155

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Estado 9, 13, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 53, 56, 57, 59, 62, 77, 95, 96, 103, 132, 140, 147, 150, 151

Ética 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 37, 46, 47, 48, 50, 53, 59, 60, 61, 63, 83, 87, 89, 94, 99, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 125, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 146, 151, 153, 154, 155

Ética profissional 10, 11, 13, 20, 30, 33, 61, 63, 83, 87, 112, 113, 114, 125, 146, 155

Éticas 11, 12, 27, 34, 62, 82, 84, 93, 115, 122

Ético 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 19, 33, 45, 46, 49, 50, 57, 58, 77, 83, 86, 87, 88, 93, 95, 113, 117, 122, 127, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 143, 149, 151, 153, 154

Ético-política 8, 12, 129, 135, 139

Ético-políticas 132

Ético-político 7, 11, 93, 130, 136, 137, 143

Ético-políticos 130, 133, 135

Éticos 7, 10, 12, 13, 14, 34, 62, 80, 84, 85, 86, 87, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 128, 152

F

Fronteira 147

Fronteiras 22, 67, 146, 147, 151, 152, 153

H

Humanos 7, 10, 11, 15, 21, 26, 29, 34, 38, 39, 40, 41, 43, 48, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 73, 88, 99, 114, 116, 117, 120, 122, 125, 139, 146

I

Identidade 7, 11, 12, 19, 33, 34, 35, 36, 68, 77, 81, 85, 88, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 125, 127, 151

L

Laicidade 7, 10, 11, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32

M

Migração 12, 81, 145, 146, 147, 148, 151, 153, 156

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

P

Pandemia 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 35, 46, 81, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 133, 134, 136, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 156

Pandemias 11, 12, 107, 110

Pandêmico 11, 35, 83, 109, 119, 122, 137, 139, 148, 149

Pesquisa 12, 15, 55, 57, 81, 82, 89, 97, 99, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 149

Pesquisador 7, 114, 115, 116, 117, 118, 122

Pesquisadores 12, 42, 54, 88, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124

Pesquisas 9, 12, 13, 21, 23, 30, 34, 36, 46, 47, 54, 74, 80, 81, 82, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 133, 141

Pessoas 22, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 55, 56, 59, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 79, 80, 82, 85, 87, 88, 109, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 123, 129, 130, 131, 137, 138, 145, 146, 147, 149, 151

Política 8, 12, 20, 23, 24, 28, 30, 48, 55, 58, 59, 76, 87, 94, 102, 104, 111, 112, 129, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 142, 151

Políticas 10, 12, 20, 22, 26, 34, 60, 61, 62, 68, 70, 87, 93, 95, 96, 97, 99, 103, 104, 128, 131, 132, 134, 137, 140, 142, 143

Profissão 9, 11, 12, 14, 19, 20, 21, 27, 28, 32, 51, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 76, 79, 80, 85, 104, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 156

Psicóloga/o 11, 12, 21, 33, 41, 44, 46, 60, 61, 65, 77, 79, 80, 83, 86, 87, 88, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 146

Psicólogas/os 9, 10, 14, 27, 29, 45, 46, 47, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 74, 99, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 121, 122, 152

Psicologia 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 84, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 146, 149, 150, 153, 154, 155, 156

Pública 12, 14, 24, 27, 32, 84, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 111, 115, 121, 124, 130, 134, 149, 155, 156

Públicas 7, 10, 12, 19, 22, 27, 30, 60, 61, 62, 95, 96, 97, 99, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 127, 128, 129, 137, 142

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

R

Rede HumanizaSUS 130, 133, 134, 135, 137, 143

Redes sociais 10, 11, 13, 68, 70, 71, 76, 84, 88, 114, 142, 148, 150, 151, 153

Relações 8, 12, 13, 15, 26, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 43, 44, 50, 54, 56, 59, 60, 68, 70, 71, 72, 77, 78, 85, 88, 93, 95, 96, 101, 110, 120, 121, 122, 132, 133, 145, 149, 151

S

Saúde mental 7, 11, 12, 73, 74, 90, 93, 96, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 132, 139, 141, 142, 149, 150

Sistema Único de Saúde 27, 45, 93, 97, 99, 105, 130, 132, 133

Sociedade 7, 9, 10, 11, 15, 20, 21, 27, 30, 33, 35, 48, 53, 54, 57, 58, 59, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 90, 96, 103, 111, 112, 114, 115, 117, 119, 121, 123, 131, 132, 133, 136, 140, 142, 149, 150, 151, 152, 156

Sociedades 21, 44, 59, 68, 70, 71

Sofrimento 26, 35, 42, 46, 57, 87, 120, 126, 135, 136, 137, 143, 146, 150, 151, 152, 153

Subjetividade 26, 43, 53, 74, 126, 141, 146

Subjetividades 21, 22, 23, 88, 95, 96, 101, 132

T

Tecnologia 67, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 82, 87, 109, 150

Tecnologias 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 90, 103, 112, 114, 148

Trabalho remoto 109, 113, 118, 119, 121, 123, 128, 134

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SOBRE O LIVRO
Tiragem: 1000
Formato: 16 x 23 cm
Mancha: 12,3 x 19,3 cm
Tipologia: Adobe Garamond Pro 10,5 | 11,5 | 13 | 16 | 18
Papel: Pólen 80 g (miolo)
Royal Supremo 250 g (capa)